



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

JESSYKA LOPES RICKLI

**SER MÃE/MULHER EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: UMA
DISCUSSÃO INTERSECCIONAL DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO**

IRATI/PR
2023

JESSYKA LOPES RICKLI

**SER MÃE/MULHER EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: UMA
DISCUSSÃO INTERSECCIONAL DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Comunitário.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

IRATI / PR

2023

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da UNICENTRO

Rickli, Jessyka Lopes
R539s Ser mãe/mulher em famílias monoparentais: Uma discussão interseccional de classe, raça e gênero / Jessyka Lopes Rickli. -- Irati, 2023.
xii, 133 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário. Área de concentração: Desenvolvimento Comunitário, 2023.

Orientadora: Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Banca examinadora: Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, Silvia Maria Favero Arend, Ariane Carla Pereira

Bibliografia

1. Famílias monoparentais femininas. 2. Interseccionalidade. 3. História Oral.
I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário.

|

CDD 306.85



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO

JESSYKA LOPES RICKLI

“SER MÃE/MULHER EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: UMA DISCUSSÃO INTERSECCIONAL DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO”

Dissertação aprovada em 13 de março de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Dr.^a Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO) – Orientadora

Dr.^a Ariane Carla Pereira (UNICENTRO) – Examinadora Interna

Dr.^a Silvia Maria Favero Arend (UDESC) – Examinadora Externa

Irati, 03 de maio de 2023

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875 – Cx. Postal 3010 – Fone: (42) 3621-1000 – FAX: (42) 3621-1090 – CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA – PR

Campus CEDETEG: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Fone/FAX: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-080 – GUARAPUAVA – PR

Campus de Irati: PR 153 – Km 07 – Riozinho – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000 – FAX: (42) 3421-3067 – CEP 84.500-000 – IRATI – PR

Aos meus filhos, Heitor e Helena, por me ensinarem a ser mãe. Vocês são o motivo para eu tentar ser melhor, lutando por um mundo com menos desigualdades para vocês viverem.

AGRADECIMENTOS

Chegar aos agradecimentos é um momento de retrospectiva, pensar em todas as pessoas que se fizeram presentes, possibilitando assim chegar até aqui.

Primeiramente agradeço à família que constituí, ao meu amor, amigo, pai dos meus filhos, esposo, companheiro, Robson. Obrigada, obrigada, obrigada, sem você esse momento com certeza não seria possível, você sempre esteve aqui, sempre deixou claro que eu conseguiria, entendeu minhas ausências, esteve com as crianças para que eu pudesse escrever, leu minha pesquisa, enxugou minhas lágrimas e comemorou comigo, sou grata por você, eu te amo.

Aos meus filhos, Heitor e Helena, essa pesquisa eu dedico a vocês. Escrever, trabalhar e cuidar de duas crianças pequenas ao mesmo tempo foi uma tarefa árdua, mas vocês me deram motivos para continuar. Heitor, com seu jeitinho, já compreendia quando eu pegava o computador e me fechava em algum cômodo da casa. Vocês são luz e motivação na minha vida.

À minha família de origem, que são parte de mim, aos meus pais, Mara e Ronaldo. À minha mãe por ser uma “mãe suficientemente boa”, por estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida, porém, sem invadi-los por inteiro, por me aplaudir por trás da cortina, por sempre acreditar em mim. Ao meu pai, talvez mesmo sem saber, por ter nos educado de maneira forte, e sempre orgulhoso das nossas conquistas.

Aos meus irmãos, Milayne, Paulo e Nathália, por dividirem a vida comigo, pelas conversas intermináveis, pelo tempo passado juntos, por incentivarem a sempre continuar, por nunca desacreditar, por serem vocês.

A todas as maternidades que passam pela minha vida, a minha mãe, as minhas tias, minhas avós, a minha cunhada e minha sogra. Vocês possibilitaram que eu pudesse olhar a maternidade em sua amplitude, o cuidado, o tempo, a dedicação, a renúncia, o desejo, a presença.

Às minhas amigas de infância e de vida, Michele, Bruna e Dominique, por estarem por perto durante todo o processo, por se orgulharem, por torcerem, por nunca duvidarem.

À Nayara, a amiga que a vida me deu de presente, que partilhava comigo as vivências da pesquisa, obrigada por ajudar, por ouvir, por se prontificar, por estar sempre por perto, por entender e dividir comigo esse momento. A você devo muito, pelas discussões sobre gênero, as revisões na pesquisa, mas, acima de tudo, por sua amizade.

Aos meus diferentes amigos, que vêm de diferentes lugares, do trabalho, da psicologia, da vida. Sheilla, Guilherme, Daya, Rafa, Gi, que me ouviram, que entenderam minha ausência e incentivaram essa pesquisa.

Às meninas e meninos do CIEG - Grupo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, por serem pessoas cheias de luz, acolhendo nossos medos e anseios, além do aprendizado e conhecimentos divididos, compartilhados e construídos.

À Bruna, pela amizade construída no mestrado, obrigada pela relação de companheirismo e partilha, obrigada por estar disposta, por ajudar, por discutir e revisar.

À professora Luciana Klanovicz, minha orientadora, por aceitar minha pesquisa, por entender minhas individualidades, por acolher minhas angústias, por compartilhar seu enorme conhecimento. À professora Silvia Maria Fávero Arend, por ler minha pesquisa de maneira atenta e contribuir ricamente, e à professora Ariane Carla Pereira, pelas valiosas considerações na banca de qualificação.

A todas as participantes dessa pesquisa, por dividirem suas histórias comigo, por abrirem a sua vida, pelo tempo disponibilizado, por permitirem assim que essa pesquisa fosse possível.

RESUMO

Esta dissertação buscou caracterizar o fenômeno da monoparentalidade feminina, segundo as interseções de classe, raça e gênero. Pretendemos compreender essa problemática a partir da perspectiva interseccional. Considera-se que essas discussões podem contribuir para pensar a monoparentalidade feminina de forma heterogênea, destacando as particularidades vivenciadas pelas mulheres/mães que cuidam de seus filhos sozinhas. O desenvolvimento desta pesquisa inicia-se com as mudanças nos arranjos familiares, com uma discussão histórica que parte do modelo nuclear burguês, até chegar às novas configurações familiares, destacando as famílias monoparentais femininas. Dando fundamento para essa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, objetivando identificar os conceitos desenvolvidos pela academia científica brasileira sobre o fenômeno da monoparentalidade feminina, utilizando-se de dissertações e teses com recorte temporal dos anos 2000 a 2020, podendo, dessa forma, contextualizar sobre o discurso produzido diante desse fenômeno para, então, podermos retornar para o âmbito local e ouvir as histórias das mulheres/mães em famílias monoparentais. A metodologia de pesquisa pauta-se em uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados, tendo como alicerce as teorias e técnicas da História Oral, permitindo, assim, visualizar as experiências vivenciadas no cotidiano de famílias monoparentais femininas. Dessa forma, foram realizadas doze entrevistas com uma diversidade de mulheres/mães, destacando as subjetividades em ocupar esse lugar. As análises das entrevistas dividiram-se em três categorias: significação da maternidade, responsabilidade paterna e redes de apoio. A partir das análises bibliográficas e das entrevistas realizadas, percebe-se as dificuldades em ocupar o lugar materno, cercado este, por sentimentos de exaustão, abandono, sobrecarga, mas também sentimentos de bem-estar e realização, vivências essas atravessadas por diferentes desigualdades sociais. Os relatos das entrevistadas corroboram com as prerrogativas dos papéis de gênero, em que a naturalização da maternidade é vista como o único destino possível, sendo direcionado apenas a elas a responsabilidade pelo cuidado, proteção e sustento de seus filhos.

Palavras-Chave: Famílias monoparentais femininas; Interseccionalidade; História Oral.

ABSTRACT

This thesis aimed to characterize the phenomenon of female single parenthood, according to the intersections of class, race and gender. We intend to understand this problem from the intersectional perspective. It is considered that these discussions can contribute to thinking about female single parenthood in a heterogeneous way, highlighting the particularities experienced by women/mothers who take care of their children alone. The development of this research begins with changes in family arrangements, with a historical discussion that starts from the bourgeois nuclear model, until it reaches new family configurations, highlighting female single-parent families. As a basis for this research, a bibliographical survey was carried out, aiming to identify the concepts developed by the Brazilian scientific academy on the phenomenon of female single parenthood, using dissertations and theses with a temporal cut from the years 2000 to 2020, being able, in this way, to contextualize about the discourse produced in the face of this phenomenon, so that we can return to the local scope and hear the stories of women/mothers in single-parent families. The research methodology is based on a qualitative research, with data collection, based on the theories and techniques of Oral History, thus allowing the visualization of the experiences lived in the daily life of female single-parent families. In this way, twelve interviews were carried out with a variety of women/mothers, highlighting the subjectivities in occupying this place. The analyzes of the interviews were divided into three categories: meaning of motherhood, paternal responsibility and support networks. Based on the bibliographical analyzes and the interviews carried out, one can see the difficulties in occupying this place, surrounded by feelings of exhaustion, abandonment, overload, but also feelings of well-being and accomplishment, experiences that are crossed by different social inequalities. The interviewees' reports corroborate the prerogatives of gender roles, in which motherhood is destined only to women, who, in most cases, are solely responsible for caring for their children.

Keywords: Female single-parent families; intersectionality; Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pesquisas sobre monoparentalidade feminina publicadas do ano de 2003 a 2018. Fonte: A autora.	46
Figura 2 - Áreas de conhecimento das pesquisas sobre monoparentalidade feminina publicadas. Fonte: A autora.	56
Figura 3 - Evolução do percentual de domicílios sob a responsabilidade de mulheres. Fonte: Lacerda, 2006.	59
Figura 4 - Total de famílias monoparentais brasileiras, segundo o censo demográfico - IBGE. Fonte: A autora.	63
Figura 5 - Dados sobre a cor das mulheres entrevistadas - IBGE. Fonte: A autora.	78
Figura 6 - Dados sobre a renda das mulheres entrevistadas. Fonte: A autora.	80
Figura 7 - Dados sobre a responsabilidade paterna afetiva e financeira, segundo as participantes da pesquisa. Fonte: A autora.	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação das dissertações e teses levantadas.....	39
Tabela 2. Quantidade de domicílios, por sexo e espécie da unidade doméstica. Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita.....	57
Tabela 3. Proporção das famílias chefiadas por mulheres: Fonte: IBGE/PNAD.....	62
Tabela 4. Critérios de Inclusão e Exclusão. Fonte: A autora.....	74
Tabela 5. Dados preliminares sobre as mulheres entrevistadas. Fonte: A autora.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
SARS-CoV-2	Coronavírus
OMS	Organização Mundial de Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
CF	Constituição Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. NOVOS ARRANJOS FAMILIARES - UM OLHAR DIANTE DO GÊNERO....	22
1.1 A família ideal burguesa	23
1.2. A norma familiar burguesa no Brasil	28
1.3 O grande número de mulheres que cuidam dos seus filhos sozinhas.....	34
2. AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS EM PERSPECTIVA ACADÊMICA.....	38
2.1 Levantamento bibliográfico sobre as famílias monoparentais femininas	38
2.2 Intersecção de Raça, Classe e Gênero	43
2.2.1 Raça.....	47
2.2.2 Classe	49
2.2.3 Gênero	52
2.3 Um tema para diversos campos de conhecimento	55
2.4 Dados estatísticos sobre as famílias monoparentais.....	56
2.5 Perfil das Famílias Monoparentais Femininas	60
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	67
3.1 História Oral.....	68
3.2 Aplicação da Pesquisa.....	73
3.3 O encontro com as Famílias Monoparentais Femininas – Dados preliminares.	76
3.3.1 A história das mulheres entrevistadas	80
4. ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS HISTÓRIAS NARRADAS PELAS MULHERES/MÃES EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS.....	89
4.2 Significação da Maternidade.....	89
4.3 Responsabilidade Paterna.....	98
4.4 Relações Sociais e Afetivas.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES.....	127
Apêndice A - Parecer consubstanciado do comitê de ética em pesquisa (cep).....	127
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	130
Apêndice C: Roteiro de Entrevista	132

INTRODUÇÃO

E aí a gente se separou, e fiquei com o A. Ele não me ajudava, mas ficar sozinha é muito mais aterrorizante, porque o mínimo que eles fazem, que ele fazia, me ajudava (riso de nervosa). Então literalmente ele não me ajudava, ele me dava uns respiros. ‘Mas beleza, enquanto a gente estava separado e que ele ainda ajudava minimamente, mas ajudava, que ele ficava com o A. duas horas duas vezes por semana, e dormia com o A. de um dia para o outro, ficava 12 horas uma vez por semana de sexta pra sábado. Nunca tive um fim de semana inteiro sozinha, sempre com o A. no domingo, então nunca pude me relacionar de novo ou ter uma vida né, tipo assim, então eu, tipo, fiquei **digamos assim, eu me sentia, me sinto de certa forma presa à maternidade. É difícil, é quase impossível você ser mulher e ser mãe individualmente, você tem que ser mãe e o resto que dá fazer ao mesmo tempo, porque separar não dá.** (Jasmim¹, 38 anos).

Iniciamos esta pesquisa com o relato de uma das mulheres entrevistadas. Este relato estará presente em vários momentos, mas de diferentes formas, as histórias narradas pelas mulheres entrevistadas trazem as dificuldades no exercício da maternidade e as imposições sociais que determinam a mulher, o lugar materno, sendo esse o seu principal papel social. O relato de Jasmim é o espelho da grande maioria das entrevistadas, mulheres/mães que desempenham o papel da maternidade de maneira isolada/solo/solitária/sozinha, ou seja, uma mãe em uma família monoparental.

Esta dissertação buscou discutir o fenômeno da monoparentalidade feminina à luz das interseções de classe, raça e gênero. Buscamos compreender essa questão a partir de uma perspectiva interseccional, e acreditamos que essas discussões podem nos ajudar a pensar a monoparentalidade feminina de uma perspectiva heterogênea, enfatizando as experiências das diferentes mães que são as únicas responsáveis pelos cuidados com seus filhos.

A pesquisa propôs demonstrar como o fenômeno da monoparentalidade feminina é perpassado por diferentes interseções, como: as desigualdades de gênero, que acabam por direcionar as mulheres à obrigatoriedade da maternidade e ao cuidado exclusivo com os filhos; as questões referentes à classe, em que as famílias monoparentais femininas com baixa renda familiar apresentam maiores vulnerabilidades, intensificando as dificuldades experimentadas por elas; e as questões referentes à raça, pois as mulheres negras encontram-se na encruzilhada dos sistemas de poder, vivenciando, assim, as desigualdades de gênero, classe e raça².

¹ Todas as entrevistadas receberam codinome de flores, preservando o sigilo de suas narrativas.

² O percentual de mulheres negras chefes de família está acima da média nacional, com 27,9% em 2001 e 41,1% em 2015. Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNADs anuais, 2001-2015.

As famílias monoparentais vêm se destacando na sociedade brasileira, principalmente pelo crescente aumento com o passar dos anos. Nas especificidades das famílias monoparentais, encontramos um número expressivo, provenientes de grupos populares, sendo chefiadas por mulheres, as quais desempenham diversas funções: provedoras, responsáveis pela educação dos filhos, pela organização do dia a dia, dentre outras (CÚNICO; ARPINI, 2016).

Portanto, para que possamos caracterizar a monoparentalidade feminina, diante de sua complexidade, segundo as intersecções de classe, raça e gênero, essa investigação divide-se em quatro capítulos, sendo os dois primeiros capítulos a base histórica, científica e social desse fenômeno, para que, então, no terceiro e quarto capítulos, pudéssemos nos direcionar a conhecer e compreender as histórias das mulheres/mães em famílias monoparentais entrevistadas nessa pesquisa.

Para realização desta pesquisa, autoras e autores se fizeram presentes, contribuindo na compreensão do fenômeno da monoparentalidade feminina. Joan Scott, historiadora, apresenta as definições de gênero que serão base nessa pesquisa, e, seguindo nessa mesma linha, contamos também com as pesquisadoras brasileiras, estudiosas das perspectivas de gênero, como: Joana Maria Pedro, Silvia Maria Fávero Arend, Ana Silva Scott, além de teóricas femininas negras, Djanira Ribeiro, Carla Akotirene, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge.

Sobre a monoparentalidade feminina, algumas autoras brasileiras apresentam destaque, como: a professora Dr. Maria Amalia Faller Vitale, sendo umas das primeiras pesquisadoras brasileiras a apresentar a temática, em seu artigo “Famílias Monoparentais: Indagações”, em 2002; a socióloga Maria dos Santos Macedo, e o trabalho da psicóloga Lisette Weissmann.

Para o desenvolvimento desta dissertação escolheu-se para a abordagem o pressuposto qualitativo, de caráter exploratório, fazendo uso de instrumentos de coleta de dados, com uma pesquisa bibliográfica acompanhada de entrevistas com uso das técnicas da história oral.

De acordo com Portelli (2001), a história oral apresenta uma maneira única de discurso, em que história é a evocação de uma narrativa do passado, enquanto a oral apresenta a forma de expressão. Sendo assim, a história oral é vista como um discurso dialógico, desenvolvido a partir da narrativa do entrevistado, mediado pela relação com o pesquisador.

As narrativas trazidas durante uma entrevista da história oral, geralmente, nunca foram contadas daquela forma anteriormente, pois “a estória de uma vida como uma completa e coerente narrativa oral não existe na natureza, ela é um produto sintético da ciência social”. (PORTELLI, 2001, p. 11). Dessa forma, a história oral é uma história que ainda não foi contada, sendo apenas o relato de alguns episódios que anteriormente foram repetidos nos ambientes familiares.

A história oral apresenta um lugar de relevância, pois os depoimentos orais, além de possibilitarem ampliar e desenvolver a pesquisa, contribuem para alterar, modificar e trazer à tona depoimentos de atores excluídos, contribuindo para uma ampliação da história, ou seja, mostrar a história do cotidiano e da vida privada à história local e enraizada (ARIAS, 2010).

Para essa pesquisa, foram realizadas doze³ entrevistas com mães/mulheres em famílias monoparentais, as entrevistas foram realizadas com mulheres de diferentes classes sociais⁴, pensando nas diversidades de raça, idade e espaço geográfico⁵. As análises das entrevistas dividiram-se em três categorias: significação da maternidade, responsabilidade paterna e redes de apoio.

Durante as entrevistas, nos preocupamos constantemente em ter cuidado com a história que nos foi contada, tendo respeito e entendendo o valor de cada indivíduo, independente de quem é esse indivíduo. “Em nossa área de atuação, a voz de todos esses indivíduos, isolados e obscuros — e, sem exceção, muito especiais —, é igualmente importante e necessária” (PORTELLI, 1997, p. 18).

As narrativas expressam as expectativas e entendimentos do que tem sido a maternidade para essas mulheres, que falam livremente sobre suas vivências e experiências, sem rótulos. Descreveram a sobrecarga de trabalho, os desafios na educação, as vulnerabilidades financeiras, os sentimentos de abandono, preconceito, falta, mas também as relações de afeto, cuidado e presença. Em todas as entrevistas foi perceptível a sensibilização que a temática apresenta, demonstrando as dificuldades e exigências sofridas por elas na criação de seus filhos.

As inquietações a respeito do tema se articulam também com minha própria trajetória acadêmica e profissional; parte, portanto, de diferentes lugares, sendo um deles o meu, como mestranda, pesquisadora, profissional, mulher e mãe.

Desde a graduação em Psicologia venho me dedicando às questões referentes à maternidade e suas múltiplas formas. Em 2012, em meu Trabalho de Conclusão de Curso, estudei os sentimentos vivenciados pelas mulheres mães após o fim da licença-maternidade. A dissertação tinha como título: “A vivência da mãe diante do fim da licença-maternidade”. Nessa pesquisa foram entrevistadas seis mães, que estavam prestes a retornar para o ambiente de

³ Essa pesquisa foi encaminhada para a Plataforma Brasil; sendo aprovada pelo comitê de ética, o projeto de pesquisa encaminhado objetivava entrevistar 24 mulheres, porém, em decorrência da dificuldade de acesso às mulheres, no período da pandemia, e, ainda, a dificuldade de acesso às mulheres negras de rendas mais elevadas, optou-se pela realização de 12 entrevistas.

⁴ A renda das entrevistadas foi dividida em quatro quotas: abaixo de 1/2 salário mínimo – extrema pobreza; até um salário mínimo - pobreza; de um a dois salários mínimos – baixa renda; e acima de dois salários mínimos. Essa divisão se dá diante do recorte de renda dos programas sociais.

⁵ As entrevistadas residem no Estado do Paraná, nas cidades de Curitiba, Guarapuava, Pinhais e Turvo.

trabalho, onde percebeu-se que os sentimentos de culpa e medo eram predominantes nessas mulheres, situação que se dá diante das desigualdades de gênero, que direciona as mulheres à maternidade e ao cuidado exclusivo com as crianças.

Após isso, venho estudando e escrevendo sobre a maternidade na contemporaneidade e seus diferentes encontros, como o desejo de ser ou não mãe, a construção histórica do instinto materno, dentre outros temas que cercam essa problemática⁶.

Outrossim, articula-se também com minha atuação profissional em um CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, situado no município de Turvo, no Paraná. Como psicóloga, realizo um trabalho contínuo com um público marcadamente de mulheres, em sua grande maioria atravessadas pelo lugar materno, exercendo-os sozinhas, sendo mulheres/mães em famílias monoparentais.

Para além das questões acadêmicas e profissionais, minha vida pessoal é, também, atravessada pela maternidade. Faço parte de uma família onde diversas mulheres exerceram esse papel materno em minha vida: avós, tias, madrinhas e minha mãe. Mulheres que me colocaram a refletir sobre esse lugar reservado a nós.

Atualmente sou mãe de um menino de cinco anos e uma bebê de 1 ano; durante a realização desta investigação, estive grávida. Na qualificação deste trabalho estava com 38 semanas de gestação. Em muitos momentos escrevi com um bebê no seio e outro no colo, portanto, a minha maternidade também foi um atravessador a ser destacado.

Ainda sobre as especificidades dessa pesquisa, ela foi elaborada durante a pandemia do novo coronavírus - SARS-CoV-2. Entrei no programa de pós-graduação em março de 2020, e no dia 11 de março de 2020 a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia. Com isso, algumas entrevistas aconteceram de forma remota, com o uso das tecnologias, como as plataformas digitais, *google meet*, *zoom* ou *whatsapp*, sendo necessário enfatizar que a pandemia impactou toda a sociedade, e as mulheres/mães em famílias monoparentais também sofreram seus efeitos. Muitas mulheres ficaram desempregadas, as creches e escolas foram fechadas, e suas redes de apoio tornaram-se ainda mais escassas.

As mulheres entrevistadas na pesquisa retratam o cenário da pandemia; em suas falas são presentes as dificuldades que esse momento trouxe, limitando ainda mais suas vivências. A falta das políticas públicas de educação é um ponto destacado pelas mesmas. Azaleia, uma das entrevistadas, relata: "aí veio a pandemia, e então não sofri tanto assim, mas estava bem assim

⁶ RICKLI, Lopes Jessyka; Klanovicz, Luciana Rosar Fornazari. Mulher e Mãe, os Impasses da Maternidade na Contemporaneidade. XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR. Maringá, 2020.

angustiante, que eu queria fazer e não podia”. Azaleia relata que deseja realizar um curso, mas, em decorrência da pandemia, teve de cancelar, pois não havia ninguém que pudesse ficar com seu filho para que ela pudesse se ausentar. Também relata a distância de outras pessoas em decorrência da pandemia, como avós e tios, direcionando o cuidado de seu filho apenas para si.

A situação vivenciada por Azaleia se fez presente no relato das mulheres entrevistadas. Elas apontam que as dificuldades no exercício da maternidade intensificaram-se nesse período. Essa investigação não pretende abordar as particularidades do período da pandemia, porém, situar-lhes que esse momento impactou a vida dessas mulheres torna-se necessário.

Após abordar os diferentes caminhos pelos quais essa dissertação caminhou para que fosse elaborada, cabe destacar que essa pesquisa objetivou, durante toda sua elaboração, compreender essa problemática, a monoparentalidade feminina, como um fenômeno múltiplo, heterogêneo e complexo; sendo assim, a perspectiva interseccional é um atravessador a ser destacado.

Com isso, a interseccionalidade será utilizada nesta dissertação como uma ferramenta analítica para reflexão e discussão sobre as mulheres/mães em famílias monoparentais, a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica pode ser entendida como uma lente que busca olhar os diferentes fenômenos sociais presentes na sociedade, com base em algumas ideias centrais, como a “desigualdade social; a relacionalidade, a justiça social e a complexidade”, ideias estas presentes no fenômeno da monoparentalidade feminina.

“Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.” (COLLINS; BILGE, 2021 p. 0).

A interseccionalidade é fundada segundo dois princípios organizacionais, sendo eles a interseccionalidade enquanto uma forma de investigação crítica, uma epistemologia; e a interseccionalidade como uma prática crítica. Como forma de investigação crítica, se faz uso das diversas estruturas interseccionais para estudar os mais variados fenômenos sociais; e enquanto prática crítica, a interseccionalidade está voltada à ação, à mudança social, às transformações das relações de poder (COLLINS; BILGE, 2021).

A interseccionalidade precisa ser vista nesta pesquisa como uma epistemologia, mas também como uma prática. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, em seu livro *Interseccionalidade*, sugerem que a interseccionalidade seja pensada a partir desses dois princípios organizacionais, sendo um complemento do outro (COLLINS; BILGE, 2021).

Sendo assim, a interseccionalidade surge como uma maneira de analisar e compreender algumas estruturas complexas da sociedade, dentre elas a monoparentalidade, que abrange diferentes mulheres em contextos sociais distintos. A interseccionalidade enquanto ferramenta analítica será um instrumento para visualizar esse fenômeno social.

As vivências e experiências das mulheres/mães em famílias monoparentais foram analisadas neste trabalho, tendo como premissa as categorias interseccionais de raça, classe e gênero; dessa forma, é essencial apresentar discussões acerca das categorias, destacando nesse momento os estudos de gênero.

Joan Scott, historiadora, referência sobre a temática de gênero, terá um papel fundamental, pois pensar gênero enquanto uma categoria de análise nos faz refletir de maneira mais ampla sobre as mudanças que ocorreram ao longo da história e a necessidade de olhar para o mundo segundo o contexto de gênero. De acordo com a historiadora, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21).

As relações de poder estabelecidas em nossas sociedades são pensadas de acordo com as relações de gênero, são elas que fundamentam nossa política, nossas relações sociais, definindo os papéis que cada sujeito deve desempenhar, tendo na diferença sexual a justificativa para exercício do poder na sociedade. De acordo com Scott (2002, p. 26), “quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a diferença sexual não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social”.

Dessa forma, a divisão entre público e privado presente na sociedade estabelecia-se também na relação de gênero, ou seja, associa-se o privado à família e o público à ordem política e econômica. Esta traduz a diferenciação entre homens e mulheres, reproduzindo diferenças e excluindo as mulheres do espaço público (ABOIM, 2012).

Segundo Aboim (2012), na perspectiva de gênero, a esfera pública é vista enquanto espaço coletivo de cidadania e de sociabilidade e o espaço privado é descrito como um lugar individual de intimidade e desigualdade. A separação entre público e privado tem sua intensificação no século XIX, principalmente nas camadas burguesas, objetivando afastar homens e mulheres, direcionados às suas funções sociais. Sendo assim, o espaço privado foi destinado às mulheres, para o desempenho de cuidados, afetos e sentimentos maternos, enquanto o espaço público, da produção, exercício da cidadania e da política, fica direcionado aos homens (ABOIM, 2012).

Ligada ao espaço doméstico, dentro da noção de lar burguês, distante das preocupações sociais, da política, do trabalho remunerado, das guerras, do desenvolvimento global; por fim, longe das relações que ocorrem no espaço público, sua função restringia-se ao cuidado com a casa e com os filhos (HALL, 2003).

É diante da construção social das diferenças de gênero e da separação das esferas pública e privada que as mulheres são direcionadas ao exercício da maternidade. A maternidade é uma discussão que vem sendo realizada em diversos espaços, sendo historicamente esse papel desenhado e moldado para ser desempenhado pela mulher (BADINTER, 1989).

De acordo com Laqueur (1994); Badinter (1985); Mattar e Diniz (2002); Zanello (2018), o lugar destinado às mulheres enquanto mãe tem suas raízes nos papéis construídos social e historicamente, definindo assim as funções necessárias a elas, funções estas que em diversos momentos mostram-se ambivalentes, proporcionando sentimentos de prazer e bem-estar, como também defrontando-se com as pressões causadas pelas exigências sociais que este lugar reserva, como ser uma boa mãe, estar pronta para realização dos cuidados, proporcionar uma boa educação, amar incondicionalmente, dentre outras atribuições direcionadas.

Diante das funções que são atribuídas às mães, os sentimentos de culpa e sobrecarga apresentam-se nas narrativas desta pesquisa, com certa ênfase, de acordo com Zanello (2018, p.156): “A culpa é o sinônimo de que o dispositivo materno está funcionando e de que o ideal de maternidade foi introjetado”.

Entender como as problemáticas de gênero, a separação das esferas pública e privada e a maternidade foram construídas historicamente é essencial para que possamos compreender as vivências, experiências e histórias das mulheres mães em famílias monoparentais. Dessa forma, para que pudéssemos chegar a essas narrativas e caracterizar o fenômeno da monoparentalidade feminina, essa pesquisa divide-se em quatro capítulos.

Na primeira seção, analisamos como os arranjos familiares foram se modificando historicamente. Partiremos pela definição da família nuclear burguesa, a sua influência nas famílias brasileiras, enfatizamos as mudanças familiares e, por fim, iniciaremos a discussão sobre as famílias monoparentais femininas.

A realidade das famílias brasileiras ultrapassa o ideal posto socialmente. Atualmente temos um grande número de famílias diversas, plurais e complexas, como: as famílias unipessoais, famílias extensas, famílias homossexuais, famílias chefiadas por mulheres,

famílias monoparentais, dentre outras que, juntas, somam a maioria das famílias brasileiras⁷; dessa forma, necessitam ser estudadas e problematizadas, rompendo com uma visão eurocêntrica, patriarcal e heteronormativa.

A seção intitulada “As famílias monoparentais femininas em perspectiva acadêmica” objetiva debruçar-se no fenômeno da monoparentalidade feminina, identificando quem são essas mulheres/mães em famílias monoparentais. Para esse fim, serão analisados os conceitos sobre monoparentalidade feminina, desenvolvidos pela academia, utilizando dissertações e teses com recorte temporal dos anos 2000 a 2020, buscando compreender as especificidades desse fenômeno social complexo.

No terceiro e no quarto capítulos, articulando o recorte teórico-metodológico com os relatos obtidos durante a pesquisa, daremos vozes às histórias das mulheres/mães, buscando analisar essas narrativas sob a perspectiva da interseccionalidade.

A temática da monoparentalidade feminina envolve uma complexidade de relações permeadas por atravessamentos sociais e culturais, atravessamentos estes que serão caracterizados e analisados nesta pesquisa, enfatizando a importância de um olhar pautado na subjetividade e singularidade de cada mulher entrevistada, cada história narrada, cada vivência compartilhada e cada espaço ocupado.

Ao ouvir a história das doze mulheres entrevistadas nesta pesquisa, destaca-se como a maternidade nos moldes que nos é posta hoje é uma maternidade que causa diversos sofrimentos psíquicos, principalmente se essa mulher/mãe é a única responsável pelos cuidados e proventos de seus filhos; nas falas das entrevistadas, alguns sentimentos merecem destaque, como: *Desamparo* (Azaleia, 2021), *Sobrecarga* (Jasmim, 2021), *Preconceito* (Orquídea, 2021) e *Medo* (Calêndula, 2022).

Com isso, dedicar-se a essa temática, pensando nas diversas dificuldades que as mulheres mães vivenciam no exercício dessa função, desde questões de sobrevivência, como questões alimentícias, trabalho e de moradia, além, também, dos momentos de lazer e das vivências das relações sociais, possibilita contribuir para o desenvolvimento de maternidades mais justas, igualitárias, saudáveis e possíveis.

Essa dissertação não tem por objetivo a criação de políticas públicas, mas sim, a compreensão desse fenômeno social, a monoparentalidade feminina. Porém, destaco nesse momento, quanto à necessidade de políticas públicas pensando nestas mulheres, essa ênfase se

⁷ A composição familiar predominante, composta por casal com filhos, reduziu-se de 57% a 42% nas últimas duas décadas.

dá diante da minha experiência prática em janeiro de 2023. No mês de janeiro deste ano, diversas mulheres/mães em famílias monoparentais procuraram o CRAS em que trabalho, solicitando auxílio-alimento; elas não podiam trabalhar, pois seus filhos estavam em casa, de férias escolares, e sem alternativa para essa situação só lhe restava essa possibilidade. As famílias dessas mulheres encontram-se em insegurança alimentar.

Sendo assim, apesar da discussão sobre maternidade estar presente nos mais diversos espaços acadêmicos, debruçar-se sobre a maternidade solo, sobre as famílias monoparentais femininas, em que as mulheres são as únicas/principais responsáveis por exercer as funções de provedoras, cuidadoras e protetoras de seus filhos, apresenta tanto a sua relevância social como a acadêmica, principalmente diante do fato dessas maternidades estarem em uma posição subalterna; essas mulheres encontram-se desassistidas de diversas formas, pelo poder público, pela imposição social materna, pelas exigências sociais e pela legitimação da ausência paterna.

1. NOVOS ARRANJOS FAMILIARES - UM OLHAR DIANTE DO GÊNERO

Esta seção busca apresentar como as transformações sociais e culturais atravessaram e modificaram a “instituição familiar”. Como recorte temporal, partiremos das definições e normas sobre família do século XVIII, período em que há uma intensificação na discussão sobre essa instituição social. Seguiremos pela definição da família nuclear burguesa, a sua influência nas famílias brasileiras, e, por fim, enfatizamos as mudanças familiares e as famílias monoparentais femininas.

Falar sobre os caminhos da origem familiar envolve díspares conjunturas históricas e culturais. Para Claude Lévi-Strauss (1979, p. 95), “[...] a vida em família apresenta-se em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo aquelas cujos hábitos sexuais e educativos são distantes dos nossos”. Esse arranjo fez com que por anos a fio a idealização de família fosse composta por um pai, uma mãe e seus filhos, sendo os outros arranjos familiares considerados desestruturados e imperfeitos. No Brasil, a despeito de se levar em consideração a família nuclear como padrão de conduta, a realidade dos formatos é distinta e mutante.

De acordo com o relatório “Arranjos Familiares no Brasil” (2021), do Observatório da Família, elaborado a partir de bases de dados do IBGE e do IPEA, os arranjos dividem-se em: Unipessoais masculinos; Unipessoais femininos; Mulheres com filhos; Homens com Filhos; Casais com filhos; Casais sem filhos.

Concomitante às mudanças nas estruturas familiares, temos a transformação do papel desempenhado pelas mulheres ao longo dos anos, ultrapassando o espaço privado e invadindo os espaços públicos. Estamos falando de mulheres protagonistas, trabalhadoras, brancas, negras, lésbicas e todas aquelas que exercem a posição de chefia no seio familiar.

Para pensar as mudanças nos arranjos familiares, teremos como recorte teórico as contextualizações de gênero, uma vez que pretendemos discutir como as transformações nas estruturas familiares vão ao encontro da evolução da função social destinada à mulher. De acordo com Scott (1989), gênero não deve ser apenas uma terminologia para se referir à relação entre os sexos, mas uma problemática que tem por objetivo analisar a sociedade segundo as relações de gênero; dessa forma, podemos perceber como nossa concepção sobre a história da humanidade é marcada pela dominação de gênero e poder.

Para seguir o entendimento de família, torna-se importante destacar como as famílias em nossa sociedade foram evoluindo. Estamos falando nesse momento sobre as famílias ocidentais, que passam por três grandes períodos de evolução. No primeiro período histórico, com início no século XVI, até o XVIII, a família é nomeada como “tradicional” e tinha como objetivo principal a transmissão do patrimônio, onde os casamentos eram arranjados e tinham como lógica uma ordem do mundo imutável, submetidos a uma ordem patriarcal (ROUDINESCO, 2003).

De acordo com Roudinesco (2003), o segundo período inicia-se no século XVIII e vai até meados do século XX, com destaque principalmente na Europa, onde a família é nomeada como “moderna”, sendo constituída sob a lógica afetiva, fundada no amor romântico, nos desejos carnavais, mas ainda valorizando a divisão do trabalho entre os sexos, com homens responsáveis por prover as necessidades da família e mulheres pelos cuidados da casa e dos filhos. Neste modelo, junto com a família “moderna” do século XVIII, a maternidade é vista como destino biológico e social destinado às mulheres.

É apenas em meados dos anos 1960 que o terceiro período de transformações nas constituições familiares ganha forma, tendo início a família dita contemporânea ou pós-moderna, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. “A transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais problemática, à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam” (ROUDINESCO, 2003 p. 19).

1.1 A família ideal burguesa

A discussão sobre famílias e a norma social estabelecida em relação a ela intensificam-se durante o século XVIII na Europa, contudo, sua existência e função são percebidas por diversos autores anteriores a esse período. Durante o século XVIII, a instituição familiar vai tornando-se um dos principais reguladores da sociedade, tendo definidos os deveres e lugares de seus membros. A família monárquica, como também as famílias burguesas, são colocadas como exemplo de uma constituição familiar ideal.

Catherine Hall, em “*Sweet Home*”, realiza uma reflexão sobre família, tendo como base as famílias britânicas, utilizando como exemplo a família real, destacando o rei Jorge IV, que não conseguiu a obediência e o respeito de seus súditos sem uma base familiar sólida. De acordo com a autora, “depois de 1920, ficou evidente que, para ser popular, o monarca teria de ser um homem do lar. O casamento e a família estavam na moda” (HALL, 2003, p. 55).

Hall apresenta sua percepção sobre a instituição familiar, destacando a domesticidade destinada às mulheres. Além de Catherine Hall, Michelle Perrot, em “*Funções da Família*”, realiza uma contextualização sobre a família, iniciando-se no marco histórico da Revolução Francesa (1789), além de destacar o papel da mulher nessa instituição. De acordo com Perrot (2003), a família vai sendo incorporada como a base para o desenvolvimento da sociedade, tornando-se uma forma de regulação eficaz, seguindo pela fronteira entre público e privado.

É nesse momento histórico, durante o século XVIII, que a instituição familiar ganha espaço na sociedade, pois apresenta como seu principal objetivo a regulação social, estabelecendo funções para seus membros, sendo o homem o responsável pelo bom andamento e obediência de todos pertencentes ao lar.

De acordo com Hall (2003), um dos grandes determinantes para a instituição familiar no século XVIII é o papel do evangelismo, pois a família era considerada o alicerce da vida cristã. Sendo a sociedade vista pelos evangélicos como um espaço de pecado e orgulho, os cristãos deviam afastar-se ao máximo das “tentações da vida terrena”, porém, para os homens tal tarefa tornava-se mais difícil, pois a eles era destinado o espaço público. Com isso, o espaço do lar era visto como um refúgio, protegido das tentações mundanas, lugar também destinado às mulheres.

De acordo com Hall (2003, p. 56), “o evangelismo, assim, via a família como o centro da luta para reformar os hábitos e a moral”. Hannah More, escritora, convertida aos ideais cristãos, dedicou-se a escrever sobre as normas e condutas dos evangélicos. Sua obra de maior destaque é “*Coelebs*”, na qual a autora dá conselhos sobre o dia a dia em família, destacando a importância da submissão feminina, e, com isso, a dicotomia entre o homem e a mulher ganha cada vez mais espaço. Os movimentos que não seguiam esse padrão eram vistos como imorais, pois a mulher, ao afastar-se da esfera privada, estaria negando um dever divino que lhe foi dado, o cuidado com a casa e com os filhos (HALL, 2003).

Hall (2003) apresenta as modificações no papel desempenhado pelas mulheres no decorrer dos séculos. Anteriormente ao século XVIII, as mulheres de diferentes classes sociais na Europa ainda podiam exercer certas funções públicas. As mulheres burguesas podiam frequentar alguns espaços públicos, e isso se dava em decorrência de seu sobrenome. Nas

famílias de classe média, os trabalhadores tinham seus empreendimentos em conjunto com suas residências, com isso, as mulheres podiam exercer alguma função no ofício da família, o que tornava a divisão público e privado ainda limitada.

Com o passar dos anos, o espaço destinado ao trabalho começa a ser separado do ambiente doméstico e, com isso, o papel da mulher na sociedade também se torna cada dia mais limitado aos cuidados com a casa e com as crianças, ou seja, as relações econômicas e sociais são determinantes no confinamento das mulheres ao espaço privado. Dessa forma, em meados do século XIX, um marido que atendia às necessidades da família e uma esposa que se dedicava exclusivamente aos cuidados do lar eram vistos como o modelo ideal a ser seguido (HALL, 2003).

Durante o século XIX há um movimento dos evangélicos, como também da classe burguesa, de conversão e moralização das camadas pobres, definindo como deve ser um ideal familiar, difundindo a ideia da separação entre os sexos. Esses movimentos direcionaram-se tanto para as mulheres quanto para os homens (HALL, 2003).

O modelo de família burguesa acaba sendo em parte aderido também pelo proletariado. Hall (2003, p.73) afirma que “a classe operária não adotou inteiramente a representação burguesa do modo de vida ideal, mas integrou certos aspectos do discurso religioso ou laico que pareciam razoáveis e respondiam a certas necessidades”. Um exemplo é o movimento dos homens operários para ter uma renda que permitisse sustentar sua família sem que fosse necessário que sua esposa exercesse trabalhos remunerados, e, com isso, permanecesse apenas no espaço doméstico (HALL, 2003).

Nesse sentido, a família nuclear burguesa é considerada a principal instituição reguladora da sociedade, sendo incorporada nas diferentes classes sociais e culturais, e sua estrutura foi sendo construída por diversas instâncias: econômica, social e religiosa.

Como uma instituição reguladora importante, durante o século XVIII, as discussões sobre família vão se tornando pauta de diferentes pensadores, como Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Immanuel Kant, Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play, bem como de vertentes sociais como os Tradicionalistas, os Socialistas e os Comunistas. Entretanto, apesar da ampla reflexão sobre a instituição familiar, a dicotomia entre público e privado e divisão sexual ainda é a base dessa organização (PERROT, 2003). De acordo com Perrot (2003), Hegel entende a família como um organismo macrossocial; é na família que os ensinamentos morais necessários para a sociedade serão transmitidos. O casamento monogâmico é visto por ele como a chave para os acordos econômicos e sociais, sendo o “casamento arranjado” o caminho para o sucesso familiar, deixando de lado as relações de afeto e paixão.

Enquanto Hegel destaca a família e sua influência macrossocial, Kant discute a organização familiar em seu micro espaço. De acordo com Hegel, “a casa é o fundamento da moral e da ordem social”. É o cerne do privado, mas um privado submetido ao pai, o único capaz de refrear os institutos, de domar a mulher” (PERROT, 2003 p. 95). O autor acreditava que a mulher necessitava estar sempre sob o domínio de um homem, pai, marido, irmão, pois havia riscos iminentes a uma mulher que não tivesse um homem para controlá-la.

De acordo com os tradicionalistas, é preciso ter um cuidado constante com a instituição familiar, principalmente diante de possíveis mudanças que possam surgir, como a flexibilidade dos papéis sexuais desempenhados. Um dos principais motivos de preocupação é com a possibilidade do divórcio, autorizado em 1792 e suprimido em 1816. O divórcio era visto pela sociedade com maus olhos, como sinônimo de imoralidade. Além disso, ele abria precedente para que as mulheres pudessem ter algum controle sobre suas vidas e, dessa forma, enfraquecer o poder paterno e masculino (PERROT, 2003).

Segundo Le Play, para que a sociedade se desenvolvesse de forma bem-sucedida, a família necessitava ser feliz. Para ele, a “vida privada imprime sua marca na vida pública: a família é o princípio do Estado” (PERROT, 2003, p. 99). Além disso, o autor entendia que algumas regras familiares não traziam uma relação saudável para seus membros. Um exemplo é a herança ser destinada apenas ao primogênito.

Os socialistas também apresentavam discussões sobre a família. Apesar das críticas realizadas sobre a instituição familiar, pouquíssimos são os socialistas que pensam em sua eliminação, como também igualmente raros são os que criticam uma subversão dentre os papéis sexuais, seguindo a lógica da desigualdade de gênero (PERROT, 2003).

Os teóricos comunistas também apresentavam algumas considerações sobre a organização familiar. Alguns acreditavam na emancipação feminina e no progresso social, sendo a favor de uma modernização da instituição, contudo, o casamento monogâmico continua sendo olhado por eles como o fundamento de uma família afetivamente saudável (PERROT, 2003).

Além disso, Engels escreve sobre a família, destacando o matriarcado nos tempos primitivos da barbárie, que acaba sendo abolido em decorrência da autoridade e supremacia masculinas. Para que a herança e a propriedade pudessem ser passadas para os descendentes, era preciso romper com o direito materno.

A derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero

instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revertido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado. (ENGELS, 2019, p. 61).

Contudo, apesar da discussão sobre família, os teóricos marxistas não se aprofundam nessa luta, e as mulheres são incluídas na luta de classes, sendo a luta pela igualdade de gênero um derivativo secundário (PERROT, 2003).

Como demonstrado por Perrot (2003), a discussão sobre família foi sendo destrinchada por diferentes vertentes e teorias, contudo, todas partem do princípio onde o homem, pai de família, é o responsável e chefe da casa, sendo os outros membros submissos às suas ordens. As mulheres são destinadas ao trabalho de cuidado com a casa e com os filhos, sendo este um trabalho gratuito e invisível.

Toda organização familiar se estabelece a partir desse pensamento, a dicotomia público e privado, sendo reservado à mulher o lugar de submissão, proporcionando à sociedade um trabalho gratuito. A criação da mão de obra e manutenção do espaço doméstico possibilita aos homens dedicar-se exclusivamente à sua vida pública e, com isso, ao exercício do poder. Sendo assim, de acordo com Perrot (2003), a instituição familiar que se estruturava no século XVIII, início do século XIX, tinha por definição:

A família, átomo da sociedade civil, é responsável pelo gerenciamento dos "interesses privados" cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um sem número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Candeio da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e civilidade. (PERROT, 2003, p. 105).

Independentemente da existência de patrimônios na família, a família é vista como um sistema econômico, sendo nitidamente utilizado durante a Revolução Industrial. Desta forma, a condição de vida do proletário também é regida pelo sistema familiar, o salário do pai corresponde à principal fonte de renda, sendo complementado, assim que possível, pelo trabalho exercido pelos filhos (PERROT, 2003).

Essa organização familiar também é percebida no meio rural, sendo cada membro da família responsável por uma função. Em decorrência dessa organização, há um alto índice de natalidade (PERROT, 2003).

Sendo assim, segundo Perrot (2003), o trabalho remunerado é realizado por todos os membros da família, chegando também a ser exercido pelas crianças e mulheres, conforme a

necessidade da família. O trabalho feminino, por exemplo, é regulado pelas exigências familiares, ocorrendo em momentos de necessidade, quando o homem, chefe da família, permitia, e ainda assim, resultava em pouco retorno.

O trabalho feminino, para as famílias operárias, ganhava destaque em momentos de crises econômicas; nesses momentos os trocados das mulheres se tornaram essenciais (PERROT, 2003).

Após a Revolução Francesa (1789) é redigido o novo Código Civil francês, que irá influenciar diretamente diversos países, como no Código Civil do Brasil, de 1916. O novo código civil francês modifica algumas normas sociais sobre família, dentre elas a proibição do direito ao testamento, a eliminação do direito do primogênito, além da igualdade de sexos entre os herdeiros. Apesar das mudanças em alguns âmbitos, a desigualdade entre os sexos continua sendo presente, justificando a submissão feminina como uma característica natural (PERROT, 2003). A organização familiar da Europa, durante o século XVIII, irá influenciar diretamente a norma familiar que se estabelecerá no Brasil.

1.2. A norma familiar burguesa no Brasil

A família nuclear burguesa que iria se desenvolver fortemente no Brasil, no final do século XIX, teve como referência os países da Europa. De acordo com a historiadora brasileira Ana Silvia Volpi Scott (2012, p. 15-16),

Por muito tempo, ao longo da história do Brasil, os valores patriarcais, que remontam ao período colonial, foram referência quando o assunto é família: pressupunham a ideia de submissão de todos (parentes e/ou dependentes) que estivessem sob o poder do *pater familias*.

Mulheres deviam obediência a uma figura masculina, sendo primeiramente o pai, transferindo posteriormente essa autoridade ao marido, em um casamento monogâmico e indissolúvel. Os matrimônios tinham por função a propriedade e/ou trabalho, o amor não era incentivado, o sexo tinha por finalidade a reprodução, e o desejo era proibido às mulheres (SCOTT, 2012).

Segundo Perrot (2003), a instituição familiar terá grande expansão na Europa no século XVIII. No Brasil, principalmente no final dos anos oitocentos, iniciam-se algumas transformações que iriam impactar na organização da sociedade, como o fim oficial da escravidão, o advento da República e expansão da industrialização. Porém, a mudança em relação à instituição familiar só irá acontecer no Brasil no final do século XIX, início do século XX, sendo denominada como a família conjugal moderna” (SCOTT, 2012).

Anterior ao século XIX, as famílias no Brasil seguiam uma ordem colonial, majoritariamente rural, distante ainda do ideal da família burguesa que se desenvolvia na Europa. De acordo com D’Incao (2001, p. 223), “a chamada família patriarcal brasileira, comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala”.

Até o século XIX, as casas brasileiras eram produtoras de suas próprias necessidades. As mulheres tinham por responsabilidade o cuidado com a casa e com os filhos, e os homens eram destinados aos espaços públicos. Porém, a casa não recebia nenhum cuidado especial, sendo residências pobres, com poucos móveis e escassos itens de decoração (COSTA, 1979).

A falta de cuidado com o espaço doméstico durante o período anterior ao século XIX revela um desprestígio do espaço dedicado à família, apresentando segundo o autor uma ausência dos sentimentos de intimidade e privacidade familiar; tais valores serão incentivados com o desenvolvimento da família burguesa, mas que não eram existentes nas famílias patriarcais no Brasil (COSTA, 1979).

Essas diferenças são visualizadas em diversos momentos, um dos exemplos é o momento da alimentação. Na família burguesa, o momento da alimentação é compreendido como um encontro familiar, o ato da família sentar-se à mesa, de maneira disciplinada, higienizada e políptica é tido como um dever essencial. Na família colonial, esses momentos eram ausentes, no momento da refeição existia uma carência de utensílios, em alguns casos apenas o pai poderia utilizar a faca, os outros membros comiam com as mãos, muitas vezes as mulheres não sentavam-se à mesa, ocorrendo a inexistência dos “padrões de civilidade”. O momento da alimentação tinha como objetivo apenas a nutrição (COSTA, 1979).

A família colonial era uma instituição escravocrata, e sua casa dependia principalmente do trabalho escravo. A população escrava era presente no núcleo familiar, sendo responsável por tarefas íntimas, como a higiene e amamentação dos membros familiares, fator que impossibilita o desenvolvimento da intimidade familiar. “O sentimento de intimidade familiar, tal como começou a ser concebido e estimulado pelos médicos do séc. XIX era, até então, inexistente ou despercebido” (COSTA, 1979, p. 87).

Na organização familiar patriarcal havia pouca sociabilidade, hábitos como receber pessoas e famílias não eram costumeiros, e apenas aconteciam caso houvesse grande proximidade. Apenas com a urbanização é que iniciam-se mudanças nos ciclos de relacionamentos, oferecendo alternativas de convivência (COSTA, 1979).

Com a falta de intimidade familiar, as relações de afeto, compreensão de individualidades e particularidades eram raras; é apenas com o desenvolvimento das famílias

burguesas, com instrumentos de higienização, que as famílias se abrem para o convívio social e iniciam-se as relações de intimidade (COSTA, 1979).

Dessa forma, de acordo com Cerezer (2009), até o século XIX não havia uma organização urbana no Brasil, sendo um país predominantemente agrário, porém, com o comando de alguns patriarcas regionais, o país foi sendo reorganizado seguindo os modelos europeus, e algumas práticas vão sendo excluídas das vivências familiares e sociais. Para isso, as medidas higienistas apresentam destaque.

A Faculdade de Medicina tinha sido aberta, e muitas ideias novas sobre higiene e saúde espalhavam-se pouco a pouco entre as famílias das classes altas. A cidade estava literalmente podre. Pessoas morriam de pragas e de doenças desconhecidas. A adoção dos almotacéis (taxas) de limpeza não teve sucesso completo; entretanto, medidas higiênicas contribuíram para a nova face da vida social urbana brasileira e o discurso médico colaborou para a construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral. (D'INCAO, 2001, p. 225).

Com esse processo de transformação da sociedade, a construção da República no Brasil é entendida como sinal de progresso e civilidade, tendo como discurso a construção de novas práticas que iriam trazer uma melhor condição de vida, como as questões higienistas, práticas médicas, incentivo ao conhecimento científico e a instalação do modelo de família burguesa, diferenciando-se da família patriarcal, seguindo por um ideal “à européia” (CEREZER, 2009).

Com a instalação da família burguesa como ideal e o desenvolvimento das cidades no século XIX, há uma influência no espaço doméstico, objetivando tornar a casa um ambiente acolhedor, apresentando os espaços de convívio e os limites a serem postos, além de deixar claras as distinções sociais entre povo e classe, ocorrendo assim o processo de privacidade da família e destacando a importância da intimidade (D'INCAO, 2001).

Nessa nova organização social, a mulher também recebe novos papéis, apresentando-se com destaque, sendo considerada “rainha do lar”. A nova mulher da família burguesa não pode mais estar em uma casa com grande criadagem, a família burguesa deve ser composta pelo marido e pai dos filhos e a esposa/mãe, e deve ser apenas ela a responsável por governar a casa (CEREZER, 2009). No final do século XIX, início do XX, no Brasil, a nova organização familiar preconiza o amor romântico, sendo este incentivado pelo Estado e pela Igreja; além disso, a família então é vista como espaço de proteção, cuidado e higiene (SCOTT, 2012).

“A nova família” também exigia uma “nova mulher”: uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos (não recorrendo mais às amas de leite, por exemplo), responsabilizando-se também pela formação moral das crianças. Essa “nova mulher” seria também a esposa afetiva, ainda submissa ao marido, mas não mais completamente sem voz. (SCOTT, 2012, p. 16-17).

Apesar desse modelo de família ter sido tido como ideal, nem todos os cidadãos puderam ou mesmo quiseram seguir esses moldes. Torna-se importante enfatizar a sociedade desigual e diversa do Brasil, permeada pelas intersecções de raça e classe, sendo assim, nem todos os indivíduos puderam seguir a norma burguesa, mas, independentemente de seu alcance, a família burguesa tornou-se o novo parâmetro (SCOTT, 2012).

A extensão da norma familiar burguesa às outras camadas populares começa a se desenvolver no final do século XIX; esse novo arranjo familiar é composto pelo pai, mãe e filhos, com base no amor romântico entre os cônjuges e pelos filhos. As crianças e os jovens são entendidos como seres em desenvolvimento. Entretanto, as relações familiares continuam submetidas às diferenças de gênero — a mulher destinada ao mundo doméstico e o homem como provedor e chefe da família —, pautadas em dois pontos principais, a consanguinidade e a afetividade (AREND, 2017).

A discussão sobre a família no Brasil encontra-se nas controvérsias das desigualdades. Para que a família burguesa obtivesse sucesso, era necessário que as classes populares fornecessem mão de obra, o que incluía mulheres e crianças. No início da industrialização no Brasil, em 1872, as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas; em 1950 esse número caiu drasticamente para 20%. Entretanto, a diminuição da mão de obra feminina se dá por diversos fatores, como o incentivo à permanência das mulheres operárias no lar e ao aumento de trabalhadores masculinos no início do século XX (SCOTT, 2012).

Com as mulheres das classes operárias mais restritas aos espaços privados, outra função era destinada a elas: criar o “trabalhador ideal”, um homem que fosse disciplinado e entendesse seu lugar. Na prática, mesmo com a saída das mulheres das fábricas, elas não deixam de combinar suas funções domésticas com atividades que pudessem gerar algum rendimento, auxiliando na garantia de condições mínimas para a família (SCOTT, 2012).

As problematizações desenvolvidas sobre as transformações da família e da sociedade apresentam nitidamente as desigualdades de gênero, criando, assim, outras dicotomias para além de feminino e masculino e do público e privado. Para legitimar a extensão dessa norma social para todas as famílias no Brasil, a criação do Código Civil de 1916 se apresenta como um instrumento importante. De acordo com Silvia Arend (2017, p. 3):

O Código Civil de 1916, em seu Livro I, intitulado “Do Direito de Família” 5, constitui-se, nesse contexto, em poderoso instrumento no que tange ao Poder Judiciário, uma vez que práticas de determinados grupos sociais — parte das elites e das camadas médias — foram elevadas, pelo Estado republicano, ao status de valores legítimos para todo o corpo social. Os representantes do Poder Judiciário, ao pautarem

seus discursos e decisões pelo conteúdo da referida lei, desempenharam importante papel nesse processo histórico, cujo resultado foi a tentativa de implantar a nova configuração da família junto à população, especialmente a urbana, entre as décadas de 1940 e 1970.

No código civil de 1916, as mulheres eram entendidas como civilmente incapazes e dependiam da autorização do marido para qualquer ação. As mulheres da época eram entendidas como tendo um espaço bastante restrito, sendo seu papel definido em virtude de sua “natureza”; uma mulher que não seguisse os padrões esperados era desqualificada e marginalizada.

De acordo com Arend (2017) e Scott (2012), o Código de 1916 estipulava os deveres de todos os membros da família, enfatizando o lugar da mulher na sociedade. A mulher devia obediência ao marido e necessitava de autorização para desenvolver praticamente todas as funções sociais, desde uma simples compra até o exercício de uma profissão. A desigualdade de gênero presente na construção da família estruturalmente se inseriu na forma de lei. As mulheres eram destinadas a um lugar de subalternidade, excluídas dos espaços públicos, privados de direitos sociais, do poder sobre seus filhos ou mesmo sobre si mesmas.

As primeiras mudanças nas configurações familiares são percebidas nos anos 1960 na Europa, fruto de diversos movimentos sociais. Esses movimentos impulsionaram principalmente a evolução nos papéis desempenhados pelas mulheres, promovendo sua emancipação e seus direitos (ARENDA, 2013).

Em contrapartida, na década de 60, o Brasil ainda vivencia uma ditadura militar, e com isso, as novas configurações familiares têm suas transformações ocorrendo lentamente. “O presidente João Goulart aprovou a Lei nº 4.121, em agosto de 1962. A lei dava nova redação a um conjunto de artigos do Código Civil de 1916” (ARENDA, 2017, p.5) ou seja, era uma lei complementar, que ganhou o nome popular de *estatuto da mulher casada*. Nele estavam contidos alguns direitos até então não permitidos às mulheres casadas, como o exercício da profissão e aos bens e valores oriundos desse trabalho, além de uma pequena abertura em relação aos direitos dos filhos. Cabe enfatizar, entretanto, que essa pequena abertura em relação aos direitos da mulher deu-se, principalmente, por uma necessidade da época, qual seja, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, com objetivo de aumentar a economia do país (ARENDA, 2017). Os anos 1960 também são marcados em todo o mundo pela difusão da pílula anticoncepcional, fator decisivo para as mudanças na instituição familiar, pois é com a pílula que ocorre a separação entre reprodução e sexualidade (SARTI, 2008).

Ainda sobre esse período no Brasil, outra lei que irá apresentar destaque e influência sobre as configurações familiares, é a Lei nº 6.515 de 1977, em que instituiu o divórcio no Brasil.

As pessoas, todavia, só poderiam se divorciar após o transcurso de um ano da separação judicial. O “fantasma” da reconciliação e a consequente preservação dos bens adquiridos pelo casal justificavam esse prazo. A crítica à norma familiar burguesa, norteadas, em grande parte, por valores individualistas e igualitários, começava a ser realizada de forma bastante tímida pelos setores médios urbanos. Já para as autoridades parlamentares e jurídicas do regime ditatorial, a aprovação da chamada lei do divórcio estava mais propensa à recomposição familiar. As mulheres desquitadas das camadas médias, assim como seus filhos/as, sofriam grande preconceito no período (ARENDA, 2017, p.6).

Ampliando a discussão proposta por Arend diante dos arranjos familiares, como também os novos espaços ocupados pelas mulheres, utilizaremos as análises das mudanças das famílias brasileiras realizadas por Berquó (1989). Elza Berquó é uma das pioneiras no estudo das demografias no Brasil, a autora realiza uma pesquisa sobre as mudanças nos arranjos familiares no país, levando em conta os censos de 1960, 1970 e 1980 e as estatísticas do registro civil de 1960 a 1985.

A autora destaca a dificuldade da realização de pesquisas de cunho demográfico no Brasil, devido à escassez de dados. Percebe-se nos dados apresentados que não houve muitas alterações nesses 30 anos, as mulheres casavam-se em média com 22 anos, e o índice de celibato era de 8%, já os homens casavam-se por volta dos 25 anos e o índice de celibato era de 6%.

O destaque dado pela autora sobre a exiguidade dos dados pode, ainda, ser reafirmado quatro décadas mais tarde. Os dados sobre as famílias monoparentais só irão aparecer com relevância nos censos demográficos que ocorrem a cada 10 anos.

Berquó (1989) destaca o aumento nas taxas de separação judicial. Em 1960 a taxa era de 0,8%, em 1970 essa taxa passou para 1,7% e em 1985 para 13,3%. Assim, percebe-se que o crescimento nos índices de separação; outro dado trazido pela autora é que os homens se recasavam mais que as mulheres.

De acordo com a autora supracitada, em razão do aumento das separações, houve também um aumento das famílias monoparentais. Destaca-se que o aumento foi no tipo de família “mãe e filhos” que passou de 7,7% a 9,1%. Além disso, é importante destacar que em 86% dos casos a guarda dos filhos fica com a mãe, e somado a isso também existe uma maior incidência de viúvas entre as mulheres, o que vai ao encontro da predominância de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

No Brasil também cresce o número de coabitações, relações conjugais sem vínculo legal ou união consensual; além disso, cresce o número de nascimentos fora do casamento. Com isso,

a autora aponta que a maternidade não está ligada somente com a instituição familiar tradicional, a decisão de ter um filho pode ser tomada individualmente (BERQUÓ, 1989).

Dessa forma, a autora apresenta uma discussão sobre as tendências demográficas para os próximos anos em decorrência das tecnologias reprodutivas, do aumento na expectativa de vida, da significativa ampliação no número de divórcios, dos movimentos feministas e das mudanças no papel da mulher, portanto, podemos esperar para o novo século uma pluralidade nos arranjos familiares.

O artigo de Berquó foi escrito em 1989, mas seus estudos podem ser visualizados na atualidade. Em razão do aumento das chefias femininas e das famílias monoparentais, há hoje uma nova estrutura de sociedade, com novas configurações familiares e novos espaços sendo ocupados.

1.3 O grande número de mulheres que cuidam dos seus filhos sozinhas

No Brasil as novas configurações familiares só irão ganhar força nos anos 1980, junto aos movimentos de redemocratização, aos movimentos estudantis e aos movimentos feministas. Foi apenas na Constituição Federal de 1988 que outros arranjos familiares são entendidos como configurações familiares perante a lei, um exemplo são as famílias monoparentais (AREND, 2013).

A Constituição Federal estabeleceu mudanças profundas sobre o entendimento de família, como: “1. A quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher. 2. O fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos” (AREND, 2017, p. 24). Ou seja, com as mudanças da sociedade, as estruturas familiares também se modificaram, o que resultou em diferentes papéis e padrões familiares, tendo como base a solidariedade, ajuda mútua e laços afetivos (SARTI, 2008).

A Constituição de 1988 trouxe um novo olhar sobre os arranjos familiares, “o art. 226 declara a família como ‘base da sociedade’ e a define a partir do casamento, da união estável, ou da monoparentalidade” (GELINSKI; MOSER, 2015, p. 130). Além disso, é a partir dela que as políticas públicas ganham destaque por meio do tripé da seguridade social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social, garantindo direitos sociais à população.

As políticas sociais são importantes instrumentos para o desenvolvimento do país, com ações focalizadas na educação, saúde, assistência social, saneamento básico, dentre outros, sendo então políticas públicas sociais. A Constituição Federal descreve políticas públicas

sociais como aquelas direcionadas para a oferta de bens e serviços básicos à população, como ações nas áreas de saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O movimento de mulheres esteve presente durante a formulação e implementação da Constituição Federal em 1988, sendo apresentado pelo movimento de mulheres uma carta com propostas, tendo como temas: saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade à terra (FARAH, 2004).

Apesar das resistências iniciais, tanto dos movimentos feministas como do Estado, os movimentos sociais feministas passaram a integrar as agendas para formulação das políticas públicas. Destaca-se a importância das mulheres nesse espaço, uma vez que elas, principalmente as mulheres pobres, têm sido consideradas um dos segmentos mais vulneráveis da população, iniciando-se uma discussão sobre a feminização da pobreza (FARAH, 2004).

A proposta de focalização (targeting women) baseia-se no argumento de que esta garantirá maior eficiência às políticas de combate à pobreza: a atenção privilegiada às mulheres – seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja ainda pela presença significativa de mulheres entre a população pobre – terá impacto na sociedade como um todo. Movimentos e entidades de mulheres no Brasil e no exterior passaram também a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais tenham as mulheres como um de seus alvos prioritários (FARAH, 2004, p. 55).

Apesar das famílias monoparentais serem legitimadas no Brasil apenas com a Constituição de 1988, essa problematização já acontecia em outros países. Em 1975, Andrée Michel, socióloga e feminista, introduziu na França a expressão “família monoparental”, que serviu para designar, sem estigmatizar, um novo modelo familiar, acompanhada do termo “mãe solteira”. A família monoparental pode ser entendida como aquela em que o poder é exercido pela mulher-mãe, sendo a única figura de autoridade (WEISSAMAN, 2015).

É importante pensar que as famílias monoparentais são constituídas por diferentes motivos: “viuvez do cônjuge, escolha pessoal, várias uniões das quais se conceberam os filhos” (WEISSAMAN, 2015 p. 153).

O termo “monoparental”, inicialmente era destinado apenas aos casos de morte de um dos genitores, abandono, ou nos casos de “mães solteiras”. Recentemente, a monoparentalidade passa a ser nomeada nos casos de divórcios e separações, como também nas situações de adoção por pessoas solteiras ou ainda nos casos de reprodução assistida independente. (BENATTI, et al., 2021).

De acordo com Macedo (2008), atualmente há um aumento das famílias monoparentais femininas, porém, cabe destacar que as famílias monoparentais eram uma estrutura recorrente desde o século XIX, principalmente nas famílias em maior vulnerabilidade social, ou seja, apesar do aumento do número dessas famílias, sempre existiram mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas, principalmente nas camadas mais pobres da população.

Dessa forma, a ampliação dos domicílios com chefias femininas é um processo multideterminado e multifacetado, sendo resultado de várias transformações, tais como: a precarização das condições de vida da população, os fatores demográficos, o crescimento das uniões consensuais e das chamadas produções independentes, a mulher no mercado de trabalho e o avanço dos movimentos sociais e feministas (MACEDO, 2008). Tudo isso resulta em novos arranjos do tipo monoparentalidade.

De acordo com Leonardo e Morais (2017), o aumento das famílias monoparentais femininas possui grande concentração nas camadas populares, e a participação das mulheres no mercado de trabalho é uma exigência de sua condição de vulnerabilidade, pois o que motiva essas mulheres das camadas populares ao mercado de trabalho é principalmente a luta pelo sustento.

A variedade de arranjos domésticos dos grupos populares — onde sobressai a presença de famílias monoparentais femininas — é atribuída a uma maior instabilidade do vínculo conjugal, fato que tem alimentado o mito da desorganização familiar entre os pobres (LEONARDO; MORAIS, 2017).

Segundo dados do IBGE, o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres aumentou de 15,3% (2000) para 16,2% (2010). Além disso, um grande número de famílias pobres é chefiado por mulheres. De acordo com novo relatório realizado em 2021, pelo “Observatório da Família”, o percentual das famílias denominadas “Mulheres com filho” é de 19,9%, o que confirma o aumento das famílias monoparentais femininas.

Conforme Sarti (2008), discutir acerca da instituição família no século XXI nos exige de antemão a noção de transformações e mudanças; os laços que antes definiam a família já não o fazem mais, tornando-se cada vez mais difícil afirmar quais laços definem uma família.

As mudanças nas relações familiares são derivadas tanto de interferências internas como externas. Pensar família na atualidade não se restringe às questões biológicas, mas imprime diferentes respostas sociais e culturais (SARTI, 2008).

A autora também enfatiza a importância de pensar a família a partir de sua própria história.

Pensar família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à sua própria realidade, mas que permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, supondo evidentemente que isto se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco. (SARTI, 2008 p. 27).

Com as novas estruturas que se apresentam na sociedade, a fronteira entre homens e mulheres, público e privado, estabelecida nos séculos passados, não é vista mais de maneira tão clara. As mulheres têm conseguido, por meio de diversas lutas, adentrar para o espaço público, contudo, é importante enfatizar que tais mudanças só ocorreram pela entrada do privado no espaço público, ou seja, “à medida que a cidadania se tornou mais inclusiva, passando a abranger, além dos homens, também as mulheres e outros grupos inicialmente excluídos” (ABOIM, 2012 p. 100).

A despeito de tais modificações na atualidade, ainda é destinado à mulher a responsabilidade pelo espaço doméstico e o cuidado com os filhos, sendo o homem entendido como apenas um ajudante (PEDRO, 2000). Por outro lado, mesmo quando a mulher está inserida nos espaços públicos, em um trabalho remunerado, é apenas considerada como ajudante.

Além disso, várias das profissões predominantemente desempenhadas pelas mulheres foram entendidas como extensão das atividades do lar, como professoras e enfermeiras, porém, é devido a essas profissões que diversas mulheres ganharam destaque na vida pública. Nos dias atuais, as mulheres têm cada vez mais destaque, marcando presença em diferentes áreas de trabalho, em funções que até então eram desempenhadas exclusivamente por homens. Mas, apesar das modificações dos papéis destinados às mulheres, as desigualdades de gênero ainda são evidentes em nossa sociedade, e intensificam-se ainda mais diante das intersecções de classe e raça, sendo necessária uma contínua luta coletiva a fim de que mais direitos sejam adquiridos e conquistados (PEDRO, 2000).

Logo, é necessário refletir sobre as novas configurações familiares. Para além de simples definições, pensar família pode ser encarado até mesmo como um processo subjetivo. A evolução das definições de famílias é atravessada pela desigualdade de gênero vivenciada em nossa sociedade, intensificando esse fenômeno nas famílias monoparentais femininas, as quais são transpassadas pelas diferentes posições sociais e culturais.

2. AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS EM PERSPECTIVA ACADÊMICA

Após a apresentação das mudanças nos arranjos familiares no decorrer da história, que partem de uma família nuclear burguesa centrada no masculino, para então chegar às novas configurações atuais — a saber, as famílias monoparentais femininas —, neste capítulo discutimos os discursos acadêmicos sobre quem são essas mulheres/mães das famílias monoparentais femininas, tendo como recorte temporal e material as dissertações e teses produzidas entre os anos 2000 a 2020⁸.

Será com o desenvolvimento desse capítulo que poderemos analisar qual discurso está sendo produzido sobre as famílias monoparentais femininas. Para isso, a seção é dividida em cinco partes. Primeiramente, apresentaremos os métodos utilizados durante o levantamento bibliográfico, apresentando as categorias que serão utilizadas para sua análise. No segundo momento do capítulo, foram analisadas as dissertações e teses levantadas segundo a crítica interseccional.

No terceiro momento do capítulo, os dados obtidos serão pensados com base no conceito da interdisciplinaridade. Por fim, na quarta e quinta partes do capítulo, serão apresentados os dados estatísticos sobre as famílias monoparentais, e ainda, elaborado de acordo com esses dados, o perfil atual das famílias monoparentais femininas.

2.1 Levantamento bibliográfico sobre as famílias monoparentais femininas

As famílias monoparentais femininas sempre estiveram presentes na sociedade, sempre existiram mulheres que exerciam os cuidados com seus filhos sozinhas. Atualmente esses números continuam em ascensão, sendo este um dos fatores de relevância social desse trabalho, visto que se trata de um tema contemporâneo que parte da realidade de diversas famílias no Brasil e no mundo.

Os dados do IBGE nos mostram que o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres aumentou de 15,2% (2000) para 16,1% (2010), com relação a todas as famílias brasileiras, sendo que a proporção entre famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge e

⁸ Esse recorte temporal se dá diante do aumento das famílias monoparentais femininas, e, com isso, um aumento de pesquisas acadêmicas nesse período.

chefiadas por homens sem cônjuge é de 87,4%, ou seja, de todas as famílias monoparentais existentes no Brasil, apenas 12,6% são chefiadas por homens.

O levantamento bibliográfico consiste em uma pesquisa em bases de dados nacionais que procura e apresenta bibliografias sobre determinado tema a partir de dados oferecidos pelo pesquisador, como palavras-chave, tipologia do material e idioma. Dessa forma, o levantamento bibliográfico realizado partiu das seguintes categorias temáticas: Famílias Monoparentais, Famílias Monoparentais Femininas, Gênero, Políticas Públicas, Maternidade, Paternidade, Raça, Classe e História Oral.

Os bancos de teses e dissertações que serão discutidos neste trabalho foram avaliados partindo de critérios como a afinidade com as categorias apresentadas acima, a duplicidade em mais de um banco de dados ou em outra categoria, como também há trabalhos que não foram categorizados por não ser possível o acesso a eles.

Os primeiros resultados brutos alcançados foram 77 teses e dissertações, presentes no banco de teses e dissertações da CAPES; após a filtragem e análise dos materiais foram catalogados 42 trabalhos, sendo 38 dissertações e 04 teses.

A análise que será realizada neste capítulo restringiu-se aos trabalhos que traziam como principal temática as definições e contextualizações das famílias monoparentais e suas relações com gênero, raça e classe.

Dessa forma, foram analisadas 23 dissertações e 04 teses, com recorte temporal dos anos 2000 a 2020; para análise desse material foram criadas categorias, como: título, ano, área de conhecimento, objetivos, metodologia, intersecções com gênero, classe e raça, dados estatísticos e resultados.

Para explicitação dos trabalhos pesquisados, segue abaixo uma tabela com o título das dissertações e teses, autores, ano, área de pesquisa e objetivo.

Tabela 1: Relação das dissertações e teses levantadas. Fonte: A autora.

Título	Autor	Ano	Área de pesquisa	Objetivo
Renegociando tempos e acionando redes sociais: um estudo sobre famílias monoparentais e unipessoais femininas das camadas médias	Marinely Dione de Sena Leal	2003	Sociologia	Investigar como as mães sem cônjuge residente organizam o tempo cotidiano mediante o acionamento e uso de redes de apoio buscando compreender como ocorre binômio trabalho e Família.

Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG	Luciana de Castro Álvares	2003	Serviço Social	Compreender a formação das famílias brasileiras e as suas configurações familiares na atualidade, enfocando a família monoparental feminina, é o tema abordado por este estudo.
Atando e desatando os nós: A auto-eco-organização das mulheres chefes de famílias monoparentais	Kelinês Cabral Gomes	2006	Serviço Social	Problematizar a auto-eco-organização (Um dos princípios da complexidade de autonomia e dependência. São múltiplas as dependências que nos permitem construir nossa organização autônoma) em rede das mulheres chefes de famílias monoparentais que passam a demandar políticas sociais complexas.
Monoparentalidade, um fenômeno em expansão	Carmen Silvia Mauricio de Lacerda	2006	Direito	Analisar as famílias monoparentais que têm mulheres como pessoa de referência, tendo por escopo a realidade destas entidades familiares incluídas sob a proteção do estado a partir da constituição de 1988.
Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas e monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar	Ana Paula Souza	2008	Serviço Social	Analisar o processo de organização das famílias monoparentais masculinas e das famílias monoparentais femininas, compreendendo se a questão de gênero influencia nos resultados familiares.
Criando os filhos sozinha: a perspectiva feminina da família monoparental	Moncorvo, Maria Cecília Ribeiro; Magalhães, Andrea Seixas	2008	Psicologia	Explorar a vivência de mulheres separadas ou divorciadas com filhos ainda pequenos.
Famílias monoparentais: um olhar psicanalítico	Weissmann Lisette	2008	Psicologia	A dissertação se dá diante da queixa clínica de mulheres que frequentavam os consultórios, além de ser analisada de acordo com a teoria das configurações vinculares.
“Ensina a teu filho o caminho que deve andar”. Opções e vivências religiosas de mulheres chefes de família, em Salvador	Reina, Vanderlay Santana	2008	Família na Sociedade Contemporânea	Reconstruir e explorar as trajetórias de vida e experiência religiosa de famílias monoparentais, no Município de Salvador, Bahia, com a intenção de compreender que mudanças e transformações ocorrem quando a mulher provedora, mãe solteira ou separada, converte-se a uma igreja evangélica.
Famílias Monoparentais e Vulnerabilidades: Uma abordagem a partir dos centros municipais de educação infantil de Ponta Grossa – 2007-2008	Virginia Souza	de 2008	Ciências Sociais Aplicadas	Estudar o cotidiano das famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, atendidas nos centros de educação infantil.
De donas-de-casa a donas-da-casa: o protagonismo feminino nas camadas médias urbanas na cidade de São Paulo'	Paola Gambarott	2009	Sociologia	Analisar as famílias monoparentais de classe média chefiadas por mulheres na cidade de São Paulo, a autora se pauta na transformação da condição feminina na segunda metade do século XX, com especial atenção para o seu processo de individualização.

Proteção social em saúde para famílias vulneráveis com monoparentalidade feminina via Estratégia Saúde da Família (TESE)	Gelinski, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez	2010	Sociologia	Verificar se a ESF atende as necessidades de proteção social em saúde de famílias com monoparentalidade feminina do município de Florianópolis e a participação das mesmas no que se refere à co-responsabilidade nos cuidados proposta pela ESF.
APERTANDO AQUI E ALI Mulheres chefes de família nas tramas do cuidado e da provisão	Aline Tosta dos Santos	2010	Serviço Social	Tem como objeto as mulheres pobres chefes de família na qualidade de articuladoras das dimensões do cuidado e da provisão em suas famílias.
O protagonismo das mulheres nas famílias contemporâneas	Regina Lydia Rocha de Andrade Silva	2011	Serviço Social	Analisar o protagonismo das mulheres integrantes dos grupos do PAIF; além disso, compreender como as mulheres atendidas no PAIF, em situação de vulnerabilidade social, encontravam respostas de sobrevivência e manutenção de seus filhos e famílias frente aos desafios e condições adversas impostas pelo sistema capitalista de produção ao analisar quais os principais papéis desenvolvidos pelas mulheres na atualidade para verificar seu protagonismo ou não.
Um olhar sobre o cuidado em famílias monoparentais femininas de classes populares	Maria Cristina Ostermann Barbieri	2012	Ciências Sociais Aplicadas	Compreender sobre como acontece o cuidado dos filhos em famílias monoparentais femininas de classes populares é o tema principal deste trabalho, tendo como referência os aspectos sociais, culturais e históricos envolvidos nessa relação.
O impacto da hospitalização infantil nas rotinas de cuidado das famílias monoparentais	Rumor Pamela Camila Fernandes	2012	Enfermagem	Compreender o impacto da hospitalização infantil nas rotinas de cuidado das famílias monoparentais.
A mãe na dobradiça: A função educativa da maternidade em Famílias monoparentais femininas contemporâneas	Vitarello Marcia Aparecida	2013	Educação	Investigar as representações de maternidade em mulheres situadas na configuração monoparental feminina da contemporaneidade, analisando as implicações dessas significações no exercício da maternidade. Compreender a função educativa da mãe nas famílias monoparentais femininas.
Mãe/Mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere às famílias monoparentais femininas	Silva, Amanda Daniele	2014	Serviço Social	Estudar as modificações ocorridas na organização da família monoparental feminina quando a principal responsável – a mulher – é detida. Buscamos também assinalar a importância e a existência ou não de uma rede de parentesco ou de proteção social para o cuidado e a subsistência dos filhos e filhas destas reclusas que, com a prisão materna, acentuam seu grau de vulnerabilidade social.

Direito Humano à Educação e as determinantes de raça, gênero, classe e família: Análise sobre a interação entre famílias monoparentais chefiadas por mulheres de cor preta e instituição escolar, no município de Juiz de Fora - Minas Gerais	Siqueira Lia Maria Manso	2015	Direitos Humanos Inovação	Compreender as especificidades para realização do direito humano à Educação neste contexto social com recortes interseccionais de raça, gênero e classe. (Como a escola estabelece relação com a família monoparental chefiada por mulher negra).
Monoparentalidade feminina e gênero: uma abordagem sistêmica sob a ótica de mulheres chefes de família e de terapeutas familiares	Fabiana Verza	2016	Psicologia	Compreender, a partir da perspectiva ecológico-sistêmica e dos estudos de gênero, como se dá o funcionamento das famílias monoparentais femininas, desde a ótica de mulheres chefes de família e de terapeutas familiares.
E NÃO VIVERAM FELIZES PARA SEMPRE: A vulnerabilidade emergente do divórcio e seus efeitos sobre o comportamento de consumo para a criança em famílias monoparentais femininas	Andressa Sullamyta Pessoa de Souza	2016	Administração	Caracterizar as experiências de vulnerabilidade vivenciadas nas relações de consumo direcionadas aos filhos de famílias monoparentais.
Um estudo sobre famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social	Marília Rufino de Menezes	2017	Psicologia	Compreender o exercício da chefia materna em famílias monoparentais, que vivem em situação de vulnerabilidade social.
A função do Avô na Família Monoparental Feminina	Maria Mirtes Magalhães Viturino	2017	Psicologia	Descrever a função do avô na família monoparental feminina e suas perspectivas.
Do Patriarcal ao Monoparental: Consumo Material e a Construção de Identidade da Família Monoparental Feminina	André Henrique Sousa Barros	2017	Administração	Investigar como a mulher da família que se torna monoparental utiliza a cultura material para minimizar e enfrentar os efeitos causados pela separação ou falecimento do cônjuge durante a construção da identidade da família monoparental feminina
Dispêndios com bebidas alcoólicas: uma análise a partir de arranjos familiares brasileiros	Pedro Layane de Castro	2017	Economia	Estudar o impacto dos dispêndios com álcool no orçamento das famílias brasileiras, considerando os diferentes arranjos familiares.
GÊNERO, CLASSE E RAÇA: uma aproximação da experiência de vida de mulheres empobrecidas chefes de famílias monoparentais no município de Campos dos Goytacazes/RJ	Rego, Anna Paula de Almeida	2017	Política Social	Refletir a trajetória e as estratégias desenvolvidas por mulheres trabalhadoras empobrecidas, que vivem com os seus filhos sem a presença do cônjuge, residentes no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Monoparentalidade feminina no Brasil: dinâmica das trajetórias familiares	Minamiguchi, Márcio Mitsuo	2017	Demografia	Analisar a monoparentalidade feminina como uma transição familiar, caracterizada por eventos que envolvem a entrada e saída para esse tipo de arranjo familiar no Brasil.
A teoria da justiça de John Rawls e a missão do Programa Bolsa Família: o caso das famílias monoparentais femininas no município de Palotina-PR	Capelette, Paula Cristina	2018	Ciências Sociais Aplicadas	Estudar a teoria da justiça presente na obra de John Rawls e a análise das políticas públicas que buscam atender as demandas de famílias chefiadas por mulheres diante das desigualdades existentes. Refletir se este programa se aproxima ou não do conceito de justiça discutido na obra de John Rawls.

As pesquisas levantadas objetivavam compreender o universo da monoparentalidade feminina, abordando diferentes temas, como renda, raça, protagonismo feminino, divórcio, trabalho, consumo, mudanças familiares, educação, bebidas alcoólicas, políticas públicas e gênero.

Com as pesquisas catalogadas, realizou-se um panorama dos temas abordados no universo acadêmico sobre as famílias monoparentais femininas.

2.2 Intersecção de Raça, Classe e Gênero

Pensar as mulheres em famílias monoparentais requer abrir com as visões que nos foram apresentadas desde muito cedo, com histórias prontas e colocadas em “caixinhas”; ao meu ver, precisamos pensar nessas mulheres em sua singularidade, em seu contexto social e suas relações no mundo, a interseccionalidade se apresenta nesse trabalho como uma forma de refletir criticamente sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres mães em famílias monoparentais.

Entender o conceito de interseccionalidade nos exige primeiramente romper com uma ideia cronológica e organizada de como o conceito surge. O conceito de interseccionalidade foi sendo desenvolvido com diferentes bases, antes mesmo de sua denominação já havia autores e teóricos que realizavam uma análise interseccional sobre as relações de poder presentes na sociedade.

De acordo com Collins e Bilge (2021), as principais ideias para construção do conceito da interseccionalidade iniciam-se no final de década de 1960 e vão até 1980, momento de expansão do ativismo social nos Estados Unidos. Discutia-se, nesse momento, questões como a desigualdade social, o poder, a relacionalidade, o conceito social, a complexidade e a justiça

social. Esses temas ganham força diante da luta contra o racismo, colonialismo, sexismo e a expansão capitalista.

As mulheres de cor são um dos principais movimentos a usar desta teoria enquanto práxis, tendo em vista o fato de estarem nas encruzilhadas dos sistemas de poder, sofrendo com o racismo e sexismo, como também com a desigualdade social. Dessa forma, são criados por elas movimentos autônomos com as ideias centrais da interseccionalidade, porém, naquele momento, outras terminologias eram utilizadas (COLLING; BILGE, 2021).

Apesar da importância dos movimentos sociais do final dos anos 60, nos Estados Unidos, para o desenvolvimento das teorias e práxis da interseccionalidade, muitos autores determinam que a interseccionalidade não existia antes do final da década de 80, tendo como sua única origem os anos 90, com a teoria de Kimberlé Crenshaw (COLLING; BILGE, 2021).

Kimberlé Crenshaw é considerada a criadora do termo “interseccionalidade” no seu artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra as mulheres de cor”, publicado em 1991. O artigo possibilitou a visualização da aceitação do termo interseccionalidade na academia, baseado na junção entre a forma de investigação e a práxis crítica (COLLING; BILGE, 2021).

O artigo de Crenshaw apresenta as vivências das mulheres de cor, um grupo desvalorizado tanto do ponto de vista acadêmico, como também do social. A autora destaca que as experiências dessas mulheres são determinantes para a compreensão e resolução de questões sociais importantes.

Partindo da noção de práxis crítica, com base no conceito de interseccionalidade, reconhece as experiências vivenciadas pelas mulheres negras como epistemologia de pesquisa, sendo elas criadoras de conhecimento (COLLINS; BILGE, 2021).

Segundo Collins e Bilge (2021), Crenshaw tem grande importância no movimento da interseccionalidade, contudo, destaca-se que mesmo antes do seu trabalho envolvendo a temática, outros autores foram essenciais para o desenvolvimento da metodologia, teoria e práxis da interseccionalidade.

Sendo assim, de acordo com as autoras, a interseccionalidade é uma teoria que proporciona uma investigação mais ampla sobre os fenômenos sociais:

“Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.” (COLLINS; BILGE, 2021 p. 0).

Sobre o conceito de interseccionalidade, como já apontado por Collins e Bilge, ele surge a partir das epistemologias feministas negras, ou seja, a interseccionalidade é “demarcada pelo paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra” (AKOTIRENE, 2019 p. 40). Para Akotirene, a mulher negra é o coração desse conceito.

Segundo a autora, tomando emprestadas as discussões de Sojourner Truth, torna-se imprescindível articular “discursivamente as estruturas do racismo, capitalismo, cis-heteropatriarcado e etarismo, marcando a sensibilidade analítica da interseccionalidade à compreensão das experiências atribuídas as mulheres negras” (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Será partindo do conceito de interseccionalidade que poderemos discutir criticamente as diversas identidades subalternas vítimas de preconceitos, opressões de gênero, de classe e raça, tendo como origem a ordem colonial (AKOTIRENE, 2019).

Portanto, com base nessa ferramenta analítica é que as dissertações e teses produzidas foram analisadas e discutidas, possibilitando, dessa forma, evidenciar a complexidade do fenômeno da monoparentalidade.

As pesquisas analisadas têm como recorte temporal as dissertações e teses dos anos 2000 a 2020. Do ano de 2003 até o ano de 2009, temos 08 dissertações e 01 tese, enquanto que de 2010 a 2018, temos 3 teses e 15 dissertações, ou seja, a maior incidência de pesquisas é desenvolvida após 2010.

Após os anos de dois mil e dez, temos uma ampliação no número de pesquisas, que tem como justificativa diversos fatores, como o aumento de cursos de pós-graduação e a ampliação das famílias monoparentais femininas. Além disso, nas pesquisas a partir de 2010, nota-se a presença de análises interseccionais, fato que pode ser justificado pela expansão da teoria nos últimos anos.

Com o gráfico abaixo, nota-se a crescente ampliação de pesquisas sobre a temática da monoparentalidade feminina.

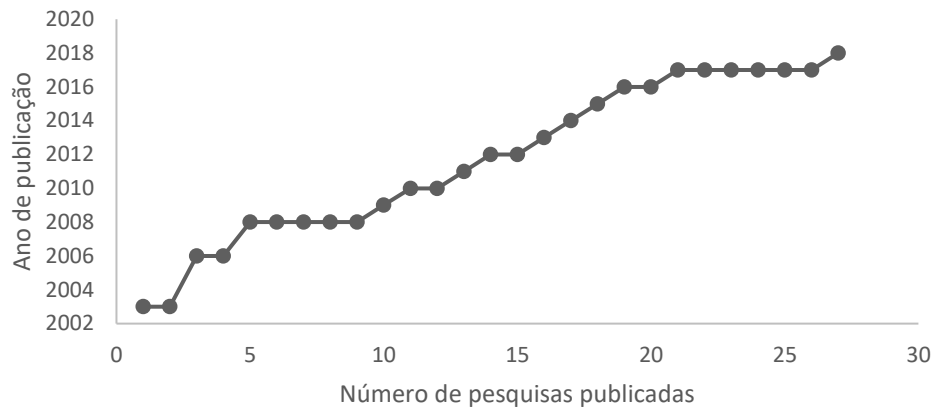


Figura 1 - Pesquisas sobre monoparentalidade feminina publicadas do ano de 2003 a 2018. Fonte: A autora.

De acordo com Silva e Menezes (2020), há um aumento do número de produções acadêmicas que abordam os marcadores sociais de gênero, classe, raça e etnia de modo interseccional.

Além disso, a expansão das pesquisas sobre monoparentalidade feminina pode ser justificada pelo aumento desse fenômeno social e por principalmente estar atingindo diferentes classes sociais, chegando a fazer parte das vivências das próprias pesquisadoras. Algumas temáticas só se tornam relevantes quando atingem segmentos sociais com sujeitos privilegiados (MACEDO, 2008; WOORTMANN; WOORTMANN, 2002).

O primeiro trabalho dos materiais filtrados é uma dissertação escrita em 2003 intitulada “Renegociando tempos e acionando redes sociais: um estudo sobre famílias monoparentais e unipessoais femininas das camadas médias”, sendo a área de pesquisa dentro da Sociologia. Leal (2003) objetiva investigar como as mulheres em famílias monoparentais organizam seu tempo e a importância das redes de apoio nesse cotidiano, tendo como binômio principal a relação entre “Família e Trabalho”. A autora tem como público-alvo as mulheres de classe média. Nesse trabalho a autora destaca as desigualdades de gênero, contudo, nesse período algumas contextualizações sobre as desigualdades desse lugar ainda não eram realizadas amplamente.

Tendo como exemplo a dissertação da autora supracitada, pretendemos neste capítulo apresentar os discursos produzidos pelos pesquisadores sobre as famílias monoparentais femininas, e quais ênfases são dadas sobre esse fenômeno, ou seja, compreender as mulheres mães em famílias monoparentais. Rompendo com um olhar excludente e homogêneo, partiremos da realização dessa análise seguindo pelas intersecções de raça, classe e gênero.

2.2.1 Raça

Trabalhar com a temática da monoparentalidade sem trazer os atravessamentos sociais pertinentes às questões de raça abrem uma lacuna que necessita ser discutida. De acordo com Butler, “se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER; AGUIAR, 2003 p.21). Sendo assim, o gênero irá transcender esse indivíduo e teremos as diversas intersecções, pois o gênero não é constituído de maneira única, depende de diferentes modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade, sendo construída pelo discurso. Portanto, percebemos a impossibilidade de pensar a monoparentalidade feminina sem seu atravessamento pelas intersecções políticas e culturais.

Nas pesquisas produzidas nos anos de 2003 a 2009 percebemos que os trabalhos produzidos ficam restritos às áreas de sociais aplicadas e humanas, nessas pesquisas ainda não são realizados aprofundamentos sobre as intersecções de classe e gênero. Além disso, as problematizações referentes às desigualdades raciais não chegam a ser abordadas durante esse período nos trabalhos acadêmicos analisados.

Porém, a partir de 2010, nas pesquisas das áreas sociais e humanas como psicologia, serviço social, políticas sociais e direitos humanos, há um destaque nas discussões da monoparentalidade e seus atravessamentos de gênero, classe e raça.

A dissertação realizada por Siqueira, “*Direito Humano à Educação e as determinantes de raça, gênero, classe e família: Análise sobre a interação entre famílias monoparentais chefiadas por mulheres de cor preta e instituição escolar, no município de Juiz de Fora - Minas Gerais*”, em 2015, destaca que algumas pesquisas realizadas sobre a instituição familiar acabam por reforçar a norma social da família nuclear burguesa, deixando de lado o crescimento das famílias monoparentais femininas, inviabilizando assim os diferentes arranjos familiares.

Como contraponto a estudos homogêneos sobre família, Berquó (2001) firma um crescimento das famílias monoparentais femininas, com mulheres mais jovens, sozinhas, negras, de classes sociais mais baixas e com pouca escolaridade.

Além disso, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras podem estar expostas a inúmeras vulnerabilidades sociais, e pouco se tem conseguido em relação a políticas públicas efetivas destinadas a essa população (SIQUEIRA, 2015).

No início dos movimentos feministas e das discussões sobre gênero, percebe-se que as particularidades e as desigualdades das mulheres negras são colocadas longe do enfoque das demandas de igualdade de gênero. Apesar da agenda feminista branca não contemplar as vulnerabilidades das mulheres negras, “desde muito tempo as mulheres negras vêm lutando

para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra-hegemônicos” (RIBEIRO, 2019, p. 18).

Conforme Ribeiro (2019), um exemplo dessas mulheres é Sojourner Truth, que em um discurso realizado na Convenção dos Direitos das Mulheres, apresentou uma de suas falas mais célebres, trazendo a seguinte questão: “E eu não sou uma mulher?”. Ou seja, durante muito tempo, as demandas das mulheres negras ficaram em segundo plano.

Lélia Gonzalez, feminista brasileira, também refletiu sobre a ausência das mulheres negras nos movimentos feministas, movimentos estes que reproduziam um feminismo europeu, não condizente com a realidade das mulheres colonizadas (RIBEIRO, 2019). Sendo assim, para que esse trabalho possa abarcar as mulheres negras e suas particularidades, torna-se indispensável uma análise crítica interseccional.

Essas questões serão problematizadas no desenvolvimento desta pesquisa, a fim de que o discurso produzido insira as particularidades e diversidades das famílias monoparentais femininas, sem homogeneizá-las.

Marcia dos Santos Macedo realizou uma pesquisa importante sobre as famílias monoparentais femininas. De acordo com Macedo (2008), os trabalhos científicos que vêm sendo desenvolvidos apresentam as mulheres chefes de famílias de maneira homogênea, enfatizando a vulnerabilidade social e a pobreza vivenciada por essas mulheres. É importante destacar que a discussão sobre mulheres chefes de família deve ter uma contextualização com as perspectivas de gênero, classe, raça, etnia. Só assim é possível uma reflexão sobre as mudanças nas relações familiares e a desconstrução de um ideal de família. Além disso, essa contextualização traz à tona diversas problemáticas vivenciadas pela mulher chefe de família, como a divisão sexual do trabalho de produção e reprodução, divisão de poder, exercício da sexualidade e controle reprodutivo, mundo do trabalho, redução das redes de solidariedade e violência intrafamiliar.

Ao analisar as dissertações produzidas, confirmamos com as afirmações de Macedo (2008), ainda há pesquisas que acabam por olhar a monoparentalidade de maneira homogeneizada, reforçando pensamentos normativos, como o ideal de maternidade, o cuidado com a escolarização dos filhos, a falta do provedor (masculino) e seu impacto sobre o consumo da família, sem realizar uma contextualização com as diferentes perspectivas sociais.

2.2.2 Classe

Nas pesquisas catalogadas para essa análise, destaca-se a existência de uma frequente contextualização com a perspectiva de classe, porém, diversos trabalhos acabam por corroborar a relação que vem sendo estabelecida entre pobreza e monoparentalidade feminina, criando, dessa forma, estereótipos de incapacidade das mulheres em criar seus filhos sozinhas, sem contextualizar as desigualdades de classe e gênero.

De acordo com a dissertação produzida por Álvares (2003):

“A noção de monoparentalidade tem ficado associada não só à questão de gênero, mas também à pobreza” (VITALE, 2002, p. 50). Ao gênero, porque a maior parte das famílias monoparentais possuem como adulto responsável a mulher. E a pobreza porque, segundo Vitale (2002, p. 50), o “Censo 2000 aponta que a média da renda dos homens chefes de famílias é de R\$ 827,00, enquanto a das mulheres é R\$591,00. Mas para 5,5 milhões de mulheres chefes de famílias o rendimento não ultrapassa R\$276,00.” (ALVARES, 2003 p. 70).

Luciana de Castro Álvares, em sua dissertação *“Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG”*, produzida no ano de 2003, é a primeira pesquisadora a trazer a relação que foi estabelecida entre famílias monoparentais e pobreza. Ela realiza uma crítica sobre essa afirmativa, destacando que o crescimento das famílias monoparentais ocorre em todas as classes sociais e não somente nas classes mais pobres, como supõe o senso comum, reforçado por algumas pesquisas científicas.

Validando a autora acima apresentaremos a discussão sobre o fenômeno denominado “Feminização da Pobreza”. Sua primeira definição surge da ideia de que as mulheres são e continuaram sendo mais pobres que os homens. De acordo com o relatório *Human Development Report* (1995), “A pobreza tem rosto de mulher – de 1.3 bilhões de pessoas na pobreza, 70% são mulheres” (NOVELLINO, 2004).

A primeira definição de feminização da pobreza é realizada por Diane Pearce em 1978. Para ela, esse fenômeno se constitui diante de uma família na qual a mulher passa a não ter mais um marido e torna-se responsável pelo sustento daquela. A fim de realizar essa análise, a autora irá examinar diferentes fontes, com o objetivo de destacar os motivos pelos quais a pobreza atinge principalmente as mulheres chefes de família (NOVELLINO, 2002).

Os domicílios chefiados por mulheres foram reconhecidos a partir da identificação realizada pelos censos e pesquisas estatísticas. As bases de dados estatísticos irão definir três tipos de domicílios chefiados por mulheres: “a) domicílios compostos por somente uma pessoa; b) domicílios em que há mulheres e crianças, mas não homens adultos; c) domicílios em que

há homens adultos presentes, mas, devido à invalidez, ao desemprego, ao alcoolismo ou a outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica” (NOVELLINO, 2004 p. 9).

Dessa forma, pode-se perceber que os estudos e mesmo os dados publicados sobre as mulheres chefes de família têm como forma as primeiras discussões produzidas por Pearce, contudo, com o passar dos anos, algumas concepções vão se modificando, como a pobreza sendo analisada de forma multidimensional e o crescimento do movimento feminista, que proporciona discussões sobre as desigualdades entre homens e mulheres.

As primeiras definições de “feminização da pobreza” destacam uma perspectiva pautada em identidades de gênero definidas, em que o lugar de provedor era destinado apenas aos homens. Rompendo com esse olhar limitador, os trabalhos mais atuais apresentam uma discussão ampliada sobre o tema, demonstrando como as desigualdades de gênero e o sistema capitalista têm destinado às mulheres lugares subalternos no mercado de trabalho.

Perante as problematizações reducionistas sobre a feminização da pobreza, Castro (2001) desenvolve um trabalho pontuando as limitações das leituras liberais e fragmentadas sobre a pobreza vivenciada pelas mulheres, sem uma contextualização com o sistema vigente e com as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade.

Castro (2001) também alerta sobre a associação entre a pobreza e as mulheres chefes de família. Apesar da autora apresentar dados do PNAD, que demonstraram que um grande número de mulheres chefes de famílias encontra-se em situação de pobreza, ela destaca que esse aumento se dá diante de inúmeros fatores e necessita de contextualizações.

Em consonância com Castro (2001), Macedo (2008) afirma que a ampliação dos domicílios com chefias femininas é um processo multideterminado e multifacetado, sendo resultado de várias transformações, a saber: a precarização das condições de vida da população, os fatores demográficos, o crescimento das uniões consensuais e das chamadas produções independentes, o que resulta em novos arranjos do tipo monoparentalidade, além de outros fatores como a mulher no mercado de trabalho e o avanço dos movimentos sociais e feministas.

Segundo Castro (2001), é necessário pensar em políticas públicas ativas e compensatórias diante do fenômeno da feminização da pobreza, ou seja, pensar políticas ativas, destacando as mulheres enquanto sujeitos na classe, e políticas compensatórias diante das vulnerabilidades específicas vivenciadas.

A autora destaca que as desigualdades e precariedades no mercado de trabalho são existentes em ambos os gêneros das classes trabalhadoras, porém as mulheres, crianças e jovens vivenciam um aumento da vulnerabilidade social não apenas em termos de rendimentos financeiros, mas também em decorrência de violências nos âmbitos privado e público.

Além disso, a mulher no mercado de trabalho é permeada por diversos estereótipos de gênero: a menos produtiva, a responsável pelos filhos, a dupla ou tripla jornada de trabalho, tendo mais possibilidades de não dispor dos atributos necessários para as vagas (CASTRO, 2001).

O reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações se cruzam, como os de classe, de raça e de gênero, o que me leva a insistir que políticas de ações afirmativas se fazem necessárias mais no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha — não **ao azar** [de] grupos mais vulneráveis, ou que vêm se destacando entre os que se encontram em relações mais precárias de trabalho, no setor informal, no serviço doméstico, em formas de terceirização, trabalhos a tempo parcial e domiciliar. (CASTRO, 2001, p. 90).

Como apontado por Castro (2001), as mulheres estão mais propensas a vivenciar as situações de pobreza não pela falta de um homem no domicílio como provedor, mas pelas inúmeras vulnerabilidades destinadas a esse lugar de uma mulher que cuida de seus filhos sozinha, destacando que as mulheres pobres, ou, ainda, mulheres negras e pobres são colocadas em nossa sociedade em um lugar de subalternidade. Além do fato de que esse homem, o pai, possui o poder de “escolher” desempenhar sua função paterna.

As mulheres em famílias monoparentais, que antes eram parte de uma família constituída por cônjuges, não se tornaram pobres porque deixaram de ter um provedor e ocuparam o lugar de chefe de família, mas porque antes ocupavam o lugar de esposa e, devido às determinações regidas pelo poder de gênero, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens casados ou vivendo sós, como o investimento na carreira, a oportunidade de qualificação profissional, conhecer as regras do mercado (CASTRO, 2001).

Por mais que as mulheres e os homens vivenciem a mesma situação social e conjugal com igual escolaridade e idade, ainda assim as oportunidades são maiores para os homens. À vista disso, independentemente do lugar que essas mulheres ocupem, a maternidade e a chefia feminina, elas ainda seriam vistas como esposas e mães no mercado de trabalho (CASTRO, 2001).

Podemos destacar nesse momento, utilizando os autores acima, que as mulheres vivenciam diversas vulnerabilidades e desigualdades diante de sua condição de ser mulher, ou ainda, por sua condição de raça ou/e classe, o que pode intensificar-se ainda mais nas mulheres que ocupam o lugar materno em uma configuração monoparental. Além dos discursos estereotipados e discriminatórios vivenciados por essas mulheres em seu cotidiano, destacamos que alguns discursos produzidos pela ciência reforçam as desigualdades de gênero e legitimam

a culpabilização da mulher, conforme o apontamento realizado na dissertação de Maria Mirtes Magalhães Viturino, “*A função do Avô na Família Monoparental Feminina*”:

“Nas classes sociais menos favorecidas, onde há uma grande ocorrência da chefia feminina monoparental, a mesma ocorre sem planejamento e pela incidência do sexo sem proteção e sem os cuidados contraceptivos. As mulheres têm como objetivo o ato sexual, mas não estão conscientizadas ou não consideram a possibilidade de engravidar, assim surgindo uma nova família.” (VITURINO, 2017 p. 14).

Portanto, para que as mulheres chefes de famílias e as mulheres em famílias monoparentais sejam lidas de maneira ampla, na complexidade dos diversos atravessamentos sociais e culturais que vivenciam, não penso ser possível olhar as famílias monoparentais sem enfatizar as relações de gênero desse cenário, principalmente diante do fato de 87,4% das famílias monoparentais serem femininas, ou seja, ainda hoje é esperado que os cuidados dos filhos sejam de inteira e única responsabilidade da mulher.

2.2.3 Gênero

Pensar a monoparentalidade feminina, sem a contextualização da perspectiva de gênero, nos impossibilita olhar as experiências vivenciadas por essas diferentes mulheres. Nas dissertações analisadas, destacam-se alguns trabalhos que focam a monoparentalidade apenas em seu fenômeno conceitual, reafirmando, dessa forma, as desigualdades de gênero.

Durante a leitura das dissertações percebemos que, apesar da grande maioria das pesquisas abordarem as discussões de gênero, muitas delas não aprofundam essa problematização, enfatizando apenas algumas temáticas específicas, como a modificação dos papéis da mulher no interior da família, seu acesso ao mercado de trabalho, os direitos reprodutivos e o empoderamento feminino.

Com isso, é necessário que as discussões sobre a perspectiva de gênero possam aprofundar as problematizações e, com isso, olhar para as diferentes mulheres que ocupam esse lugar, apresentando as temáticas, como a construção histórica dos papéis destinados à mulher, a dicotomia do público e privado, as problematizações sobre a maternidade e seu destino biológico, as desigualdades sociais, as discussões baseadas na interseccionalidade e as novas contribuições das teorias decoloniais.

Enfatizamos que tais questões necessitam de um lugar central nas pesquisas, principalmente diante do fato de estarmos pesquisando mulheres em suas múltiplas formas, que, antes de serem vistas apenas como mães dentro de uma família, são mulheres que foram

constituídas socialmente para desempenharem um papel específico e que atualmente vivenciam diversas vulnerabilidades em decorrência dessa construção.

A discussão sobre desigualdade de gênero nos exige primeiramente sua conceituação, salientando como as relações entre homens e mulheres se estabelecem na sociedade e como essas relações são construídas historicamente, com intenções claras de regulação social. Por muito tempo, as mulheres foram esquecidas e destinadas apenas à reprodução, como se estivessem fora dos acontecimentos do mundo. “O silêncio é comum às mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada.” (PERROT, 2005, p. 9).

Sendo assim, para que possamos falar sobre essas mulheres, traremos algumas contextualizações sobre gênero e a construção histórica do papel da mulher.

Uma das autoras que vêm debatendo contemporaneamente o conceito de Gênero é Joan Scott. Em sua obra a essência do conceito de gênero segue a seguinte definição: “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1989, p. 21).

As relações de poder estabelecidas em nossas sociedades são todas embasadas de acordo com as relações de gênero, são elas que fundamentam nossa política e nossas relações sociais, definindo quais os papéis que cada sujeito deve desempenhar.

Para Scott (1989), gênero deve ser pensado enquanto uma categoria de análise, um método de analisar a história da sociedade, as relações intrínsecas entre homens e mulheres. De acordo com ela, é necessário ultrapassar a visão simplista de que gênero é sinônimo de mulher, ou seja, essa discussão engloba as relações de poder entre os sexos. Com isso, pensar gênero enquanto categoria de análise proporciona uma modificação dos paradigmas do conhecimento tradicional.

A definição de gênero formulada por Scott (1989) implica em quatro elementos. O primeiro elemento são as *representações culturais* existentes na sociedade. Temos na sociedade representações do que seria uma mulher ideal, como a ideia de Maria como virgem, mãe dedicada e submissa aos desejos do “pai”. O segundo elemento são os *conceitos normativos* que irão trazer a norma, eles podem ser vistos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. Tais conceitos normativos pretendem determinar o sentido do masculino e do feminino. O terceiro elemento consiste na *contribuição da política, instituições e organizações sociais para a representação binária e fixa de gênero*, ou seja, a forma pela qual as relações sociais e culturais são fixadas durante o decorrer da história, tidos como verdade. Relações estas que pretendem ser demonstradas como mutáveis conforme cada espaço e tempo, pelas diversas teorias metodológicas sobre gênero.

Neste trabalho, Scott (1989) aponta a importância de ampliar a categoria de gênero para além das relações de parentesco, pois, apesar de ela iniciar-se nestas relações, as desigualdades de gênero perpassam essas relações, estando presentes em todos os âmbitos da sociedade, como na política, na educação, no mercado de trabalho, dentre outros espaços.

O último e quarto elemento para definição de gênero é a *identidade subjetiva*. As definições de poder são distribuídas na sociedade conforme o gênero, é a partir das distinções sexuais que são definidos os papéis (SCOTT, 1989). Portanto, nota-se, nas relações vinculares entre os quatro elementos, como as relações de poder são constituídas na sociedade. Essas relações podem ser percebidas na distinção moderna do mundo entre esfera pública e privada.

A divisão entre público e privado é considerada uma das grandes dicotomias da sociedade ocidental, sendo geradora de várias discussões do pensamento contemporâneo e perpassando diversas áreas do conhecimento, como filosofia, política, economia, feminismo, sociologia, história, dentre possíveis outras áreas em que se faz pertinente essa discussão (ABOIM, 2012).

Portanto, diversas definições foram desenvolvidas diante dessa dicotomia, dentre as quais destaca-se, no âmbito deste trabalho, o apontamento das teorias feministas:

[...] associar o privado à família e o público à ordem política e econômica na tentativa de demonstrar a conexão entre uma ordem de gênero desigual e a construção moderna da dicotomia artificialmente criada entre público-privado. Esta traduz a diferenciação entre homens e mulheres, reproduzindo diferenças e excluindo as segundas do espaço público. (ABOIM, 2012 p. 97).

Aboim (2012) seguirá seu trabalho realizando uma crítica às fronteiras estabelecidas entre público e privado, pensando público enquanto espaço coletivo de cidadania e de sociabilidade e privado enquanto espaço individual de intimidade e desigualdade numa perspectiva de gênero.

A separação entre público e privado tem sua intensificação no século XIX, principalmente nas camadas burguesas, objetivando afastar homens e mulheres, direcionados às suas funções sociais. Sendo assim, o espaço privado foi destinado às mulheres para o desempenho de cuidados, afetos e sentimentos maternos, enquanto o espaço público da produção e o exercício da cidadania e da política, fica direcionado aos homens (ABOIM, 2012).

É nessa distinção entre público e privado que a maternidade enquanto destino para mulheres ganha espaço. De acordo com Badinter (1985), com o passar do tempo é construída a ideia de que os cuidados de uma mãe são insubstituíveis para a vida do bebê. Com isso a mulher passa a desempenhar antes de tudo o papel de mãe, que trará consigo responsabilidades cada vez maiores.

É apenas no final do século XX que iniciam-se estudos que criticam a organização social dividida em público e privado, objetivando desnaturalizar tais funções, demonstrando como a sociedade mantém esforços para a manutenção dessa relação (PEDRO, 2000).

Apesar de tais modificações na atualidade, ainda são destinados à mulher a responsabilidade pelo espaço doméstico e o cuidado com os filhos, sendo o homem entendido como apenas um ajudante (PEDRO, 2000). Por outro lado, mesmo quando a mulher está inserida nos espaços públicos trabalhando e sendo remunerada é apenas considerada como ajudante.

Além disso, várias das profissões predominantemente desempenhadas pelas mulheres foram entendidas como extensão das atividades do lar, como professoras e enfermeiras, porém, é devido a essas profissões que diversas mulheres ganharam destaque na vida pública (PEDRO, 2000).

As discussões sobre a dicotomia entre público e privado demonstram a forma como as funções sociais foram estabelecidas e mantidas na sociedade, objetivando a dominação e a regulação das formas de poder; além disso, implica também a pensar como as relações de poder impostas pela sociedade não são vivenciadas de maneira igualitária por todos os indivíduos, não apenas nas relações entre homens e mulheres, mas entre mulheres e mulheres.

É pensando nessa heterogeneidade que essa pesquisa em questão objetiva olhar para essa mulher diante de suas inúmeras particularidades, utilizando-se de epistemologias que rompam com a visão universal de mulher.

Vale destacar que a definição de famílias monoparentais ocorre a partir de movimentos feministas, sendo assim, é preciso considerar as relações de gênero estabelecidas na sociedade, e os movimentos feministas que se organizam para romper essa lógica estruturante da sociedade.

Portanto, é seguindo por esse entendimento que essa pesquisa estará estruturada, rompendo com alguns discursos normatizantes, para que seja possível pensar as mulheres em famílias monoparentais para além do papel de mãe, mas também como mulher.

2.3 Um tema para diversos campos de conhecimento

Nas pesquisas sobre a temática da monoparentalidade feminina, destacou-se, nos dados coletados, a multiplicidade de áreas do conhecimento que desenvolveram diferentes trabalhos.

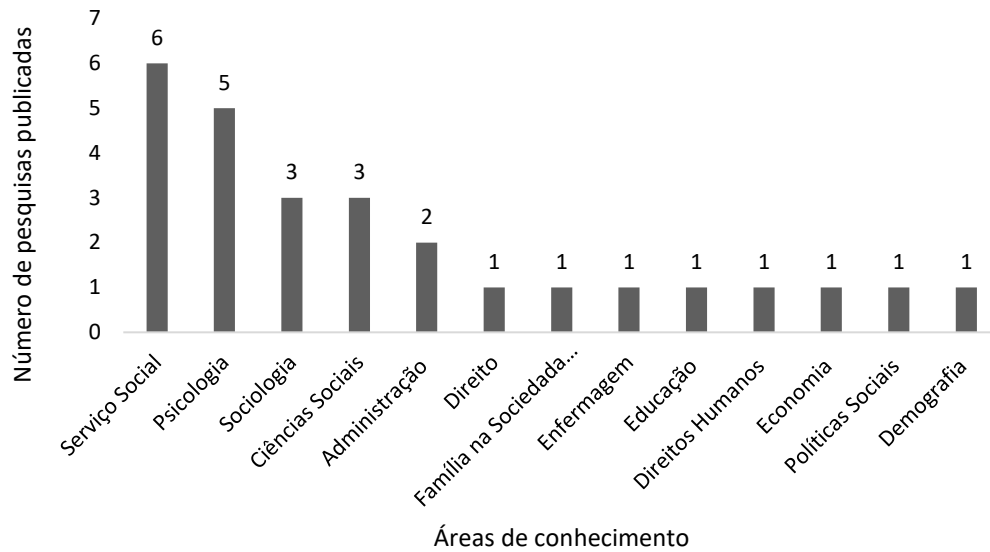


Figura 2 - Áreas de conhecimento das pesquisas sobre monoparentalidade feminina publicadas.
Fonte: A autora.

Salienta-se que as áreas de conhecimento que mais realizaram pesquisas sobre a temática são Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Ciências Sociais. Apesar da proximidade das áreas, as pesquisas abordaram a monoparentalidade sob diferentes perspectivas. Chamamos atenção para as outras nove áreas de conhecimento que desenvolveram pesquisas, demonstrando a multiplicidade das dissertações e teses catalogadas e a relevância social dessa temática.

A interdisciplinaridade das pesquisas catalogadas apresenta potenciais para pesquisas futuras, nas quais será possível olhar o fenômeno diante de diferentes frentes, conseguindo dessa forma adquirir uma perspectiva ampla da temática. Contudo, se olharmos para elas de maneira individual, veremos conceitos e discussões disciplinares que acabam por não contextualizar o fenômeno com a multiplicidade de questões que o envolvem.

2.4 Dados estatísticos sobre as famílias monoparentais

Os dados obtidos com as pesquisas catalogadas buscam trazer informação sobre as famílias monoparentais, concentrando-se nos seguintes eixos: número de famílias monoparentais; número de famílias monoparentais femininas; o aumento nos números de divórcios; o aumento nos números das mulheres chefes de família; o número das famílias

monoparentais por estado; os graus de escolaridade das mulheres em famílias monoparentais; a renda das famílias monoparentais femininas; o número de mulheres negras chefes de família; o tempo médio gasto pelas mulheres nos serviços domésticos; o declínio nos números das famílias nucleares; dados sobre a entrada e a saída das mulheres em famílias monoparentais.

A grande maioria dos dados utilizados para o desenvolvimento dos trabalhos são extraídos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Alguns trabalhos trazem dados de outros trabalhos científicos e também de reportagens encontradas na internet.

Como podemos perceber, há um grande número de informações produzidas sobre as famílias monoparentais, enfatizando as famílias monoparentais femininas. A partir da análise desses dados, nota-se que os trabalhos apresentam diferentes dados, de diferentes formas, trazendo em alguns momentos ambiguidade em relação a eles.

Uma das ambiguidades presentes em mais de uma pesquisa é a não diferenciação de famílias monoparentais femininas e mulheres chefes de família, tal associação pode trazer dados falsos sobre o número das famílias monoparentais femininas. Alguns autores das pesquisas, preocupados com essa assimilação, logo apresentaram as definições de mulheres chefes de famílias, diferenciando-as de famílias monoparentais (SILVA, 2014; SOUZA, 2008; ÁLVARES, 2003).

De acordo com Berquó, autora muito utilizada na discussão demográfica sobre mulher,

Uma chefia feminina tem vários significados: uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou [porque] adultos, já saíram de casa, ou [porque] já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa. (BERQUÓ, 2002, p.246).

De acordo com os dados do PNAD/IBGE, no ano de 2015 o Brasil tinha 28.614.895 mulheres chefes de família; segundo a amostra do PNAD em 2019, temos um número de 34.883.000 famílias sendo chefiadas por mulheres.

Tabela 2. Quantidade de domicílios, por sexo e espécie da unidade doméstica. Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita.

Domicílios chefiados por mulheres por espécie de unidade doméstica no Brasil				
Espécie de unidade doméstica	Ano			
	2016	2017	2018	2019

Unipessoal	5.470.000	5.476.000	5.705.000	6.058.000
Nuclear	16.387.000	17.898.000	19.236.000	21.314.000
Estendida	6.207.000	6.546.000	6.716.000	7.040.000
Composta	491.000	442.000	513.000	471.000
Total	28.555.000	30.362.000	32.170.000	34.883.000

Como apontado por Berquó (2002), nem todas as mulheres chefes de família são consideradas famílias monoparentais femininas. Os últimos dados das famílias monoparentais femininas são dos censos demográficos. Os dados do IBGE nos mostram que o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres aumentou de 15,3% (2000) para 16,2% (2010) com relação a todas as famílias brasileiras.

A última dissertação catalogada, “*A teoria da justiça de John Rawls e a missão do Programa Bolsa Família: o caso das famílias monoparentais femininas no município de Palotina-PR*”, do ano de 2018, de Ana Cristina Capelette, confirma as informações contidas no IBGE.

De acordo com dados do IBGE (2010), entre 2000 e 2010 as famílias monoparentais femininas tiveram aumento de um ponto, de 15,3% para 16,2%, somando um total de aproximadamente 7.442.863 famílias enquanto as masculinas mantiveram patamares próximos, 1,9% para 2,4%, sendo que em 87,4% dessas famílias as mulheres foram declaradas como responsáveis pelos domicílios. (CAPELETTE, 2018, p. 15).

Apesar de destacarmos os dados que corroboram a realidade das famílias monoparentais, como foi apontado acima, encontramos trabalhos que apresentam dados confusos em suas pesquisas. Como os dados apresentados na tese escrita por Gomes (2006), na qual o autor afirma: “A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2004 (PNAD) salienta que a monoparentalidade feminina representa 22,6% das famílias brasileiras.” (GOMES, 2006, p. 84).

Esse dado foi procurado no PNAD (2004), não sendo possível confirmar, além do fato de que no censo demográfico de 2000 o número de famílias monoparentais femininas é de 15,2%, dessa forma, há uma diferença bastante expressiva de um dado para o outro.

A dissertação “*Monoparentalidade: Um fenômeno em expansão*” apresenta diversos dados sobre a evolução das famílias monoparentais, entretanto alguns dados aparecem sem a distinção de chefia feminina e família monoparental feminina, como apontado abaixo (LACERDA, 2006).

Lacerda (2006) apresenta uma tabela sobre a evolução das famílias chefiadas por mulheres, mas a introduz com a seguinte afirmação: “A tabela seguinte mostra o recente crescimento da monoparentalidade no Brasil.” (LACERDA, 2006, p. 136).

Tabela 4. Evolução do percentual de domicílios sob a responsabilidade de mulheres.

Ano	Percentual
1991	18,1
1993	22,3
2000	24,9
2003	28,8

Fonte: IBGE: Síntese dos indicadores sociais 2002 e 2004

Figura 3 - Evolução do percentual de domicílios sob a responsabilidade de mulheres. Fonte: Lacerda, 2006.

Dessa forma, percebemos que os gráficos trazem a evolução da chefia familiar feminina, contudo o autor apresenta o gráfico como crescimento da monoparentalidade feminina, o que nos traz dados irrealistas sobre a realidade das famílias.

Trouxemos para discussão esses dois exemplos de trabalhos que apresentam os dados sobre as famílias monoparentais, de forma a confundir a realidade e a existência delas, e também encontramos trabalhos que não apresentam nenhum dado demográfico sobre a realidade das famílias monoparentais, o que pode ser uma problemática para o entendimento do fenômeno.

Apesar das diferentes formas como os dados foram organizados nos trabalhos, trazendo dificuldade para o leitor entender o fenômeno da monoparentalidade, se lidos de maneira ampla e utilizando das diferentes pesquisas é possível fazer um perfil das famílias monoparentais femininas, contudo, é preciso apontar que os dados demográficos brasileiros se encontram defasados, o que pode distanciar o pesquisador da realidade atual.

Os dados sobre as famílias monoparentais são diversos e há, ainda, a questão de como as pesquisas fazem uso de determinado dado para determinado objetivo. Além disso, muitos trabalhos justificam seus problemas de pesquisa a partir do aumento da família monoparental e do decréscimo das famílias nucleares.

Contudo, se olharmos atentamente percebemos, como já discutido acima, alguns dados incoerentes, que acabam por confundir o pesquisador. Será com o uso cuidadoso dos dados das pesquisas acima mencionadas, além dos dados do IBGE, PNAD, IPEA, dentre os manuais da síntese dos indicadores sociais, que iremos traçar um perfil das famílias monoparentais femininas.

2.5 Perfil das Famílias Monoparentais Femininas

De acordo com Maria Amalia Falle Vitale, em *Famílias Monoparentais*, as primeiras definições sobre as famílias monoparentais femininas surgem com as problematizações das sociólogas e feministas francesas, que tinham por objetivo buscar o reconhecimento de unidades domésticas em que havia apenas um responsável familiar, tendo como origem as rupturas de uniões, adoções, ou mesmo a ausência ou abandono de um dos genitores (VITALE, 2002).

Em 1975, Andrée Michel, socióloga e feminista, introduziu na França a expressão “família monoparental”, que serviu para designar, sem estigmatizar, um novo modelo familiar, acompanhada do termo “mãe solteira”. A família monoparental feminina pode ser entendida como aquela em que o poder é exercido pela mulher-mãe, sendo a única figura de autoridade (WEISSAMAN, 2015).

Segundo Minamiguchi (2017), pode-se definir família monoparental como um núcleo familiar, no qual um dos pais vive com seus filhos sem cônjuge ou companheiro, sendo considerado o único responsável por aquele domicílio. Além disso, a entrada em uma família monoparental se dá diante da ruptura de uma união, podendo ser uma separação conjugal, um divórcio judicial, uma situação de viuvez, ou o nascimento de um filho fora do casamento.

Apesar do fenômeno da monoparentalidade estar em ascensão nos últimos anos, esse não é um fato novo, existiram mulheres que cuidavam dos seus filhos sozinhas. De acordo com as evidências históricas, anterior ao período das contagens demográficas, era alta a prevalência das famílias monoparentais, principalmente nas camadas mais pobres (MINAMIGUCHI, 2017 *apud* THERBORN, 2006).

Moreira escreve um documento que tem por objetivo apresentar os novos rumos para o trabalho com famílias, sendo elaborado para contribuir com aqueles que realizam trabalhos com crianças, adolescentes e suas famílias. Nesse documento Moreira apresenta uma definição de monoparentalidade de duas maneiras, simples ou extensa. Na monoparentalidade simples, o

genitor reside apenas com seus filhos, enquanto que a monoparentalidade extensa se refere a situações em que o genitor, geralmente a mãe, reside com seus filhos, coabitando com outros adultos, podendo estes serem parentes ou não, como por exemplo, o caso de uma avó que reside junto. (MOREIRA, 2013).

Um destaque sobre as famílias monoparentais, além da menção já apresentada sobre a feminização da pobreza, é o expressivo número de mulheres pobres que são as únicas responsáveis pelo lar.

Conforme Leonardo e Morais (2017), o aumento das famílias monoparentais femininas possui grande concentração nas camadas populares, e a participação das mulheres no mercado de trabalho além de poder ser um desejo pessoal, que possibilita autonomia, é também uma exigência de sua condição de vulnerabilidade, pois a luta pelo sustento é um das necessidades vivenciadas pelas mulheres das camadas populares.

variedade de arranjos domésticos dos grupos populares – onde sobressai a presença de famílias monoparentais femininas – é atribuída a uma maior instabilidade do vínculo conjugal, fato que tem alimentado o mito da desorganização familiar entre os pobres (LEONARDO e MORAIS, 2017).

Sendo assim, há diferentes motivos que levam as mulheres pobres a cuidar de seus filhos sozinhas. Podemos destacar algumas raízes históricas desse fenômeno, como a escravização das mulheres negras, que eram abusadas e obrigadas a manter relações com os grandes senhores, ou mesmo outros homens, produzindo dessa forma filhos considerados bastardos (REGO, 2017).

Ademais, muitas mulheres pobres sustentavam e ainda sustentam suas famílias com o serviço doméstico remunerado e precarizado, enquanto o homem, que é parte dessa família, sem emprego fixo e sem remuneração, não conseguindo realizar o ideal construído de que o homem/marido/pai deve ser o provedor da casa, acabava por abandonar aquele lar, deixando a responsabilidade do cuidado pela prole apenas para as mulheres (FONSECA, 2004).

Portanto, com a evolução das instituições familiares, o aumento do número de divórcios, a maior emancipação feminina dos direitos reprodutivos e o aumento das mulheres no mercado de trabalho, a monoparentalidade começa a fazer parte de um grande número de lares, de diferentes classes sociais e configurações diversas.

Será partindo das definições postas sobre as famílias monoparentais que apresentaremos nesse momento a resposta sobre a pergunta: quem são as mulheres em famílias monoparentais? Afirmamos, desde já, que os dados utilizados foram todos revistos para que seja possível chegar a dados consistentes, pois, como afirmam Berquó (1989) e Minamiguchi (2017), os dados sobre

famílias monoparentais são escassos e fragmentados, necessitando de cada vez mais pesquisas para o conhecimento desses sujeitos.

No censo demográfico do ano 2000, o número de mulheres chefes de família era de 22,22%, número que em 2010 sobe para 37,4%, um percentual de mais de 10 pontos de diferença.

Dessas famílias, de acordo com o IBGE (2000), 52,62% são mulheres de famílias brancas e 46,38% são negras. No censo de 2010, esse número se inverte, o número de mulheres de famílias brancas cai para 46,38%, enquanto o número de mulheres negras sobe para 51,92%, ou seja, a maioria das mulheres chefes de famílias é negra, dado importante a ser destacado, principalmente diante do fato da maioria das pesquisas catalogadas não abordarem as categorias de raça.

Ainda de acordo com o censo demográfico, no ano 2000, das 22,22% das mulheres chefes de famílias, 28,99% recebiam menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e dentre estas, 62,40% são mulheres negras. Evidenciamos novamente a vulnerabilidade das mulheres chefes de famílias negras. Nos dados do censo demográfico de 2010, essa vulnerabilidade de renda e raça intensifica-se: das 37,4% famílias chefiadas por mulheres, 32,96% recebem menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo que 66% delas são mulheres negras.

Com os dados do PNAD é possível apresentar uma proporção do aumento da chefia feminina.

Tabela 3. Proporção das famílias chefiadas por mulheres: Fonte: IBGE/PNAD.

Porcentagem das famílias chefiadas por mulheres (%)					
Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Mulheres Brancas	37,5	37,8	38,5	39,3	39,7
Mulheres Negras	37,4	38,3	39,1	40,3	41,1
Total de Famílias chefiadas por mulheres	37,4	38,1	38,8	39,8	40,5

Dessa forma, podemos evidenciar o crescimento das mulheres chefes de família, como também o aumento das famílias negras nessa posição. Isso possibilita ratificar o entendimento de discurso de Foucault (1971) em que o poder do discurso acaba por legitimar o apagamento das mulheres negras.

Um percentual importante sobre as chefias femininas é sua distribuição em território nacional. De acordo com o IBGE, “o maior aumento é encontrado na região Sul, passando de

24,4% para 33% de 2001 a 2009. Em seguida ficou a região Sudeste, cujo avanço foi 28% para 36%.” (VITORELLO, 2013, p. 28).

Como já apontado, de todas as famílias brasileiras, 22,22% (2000) tinham as mulheres como responsáveis familiares; dessas, 68,73% eram famílias monoparentais, ou seja, predominantemente as mulheres chefes de famílias eram mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas. Em 2010, esse número atinge 37,4% mulheres chefes de famílias, onde 43,45% são monoparentais.

Percebemos uma grande diferença nos dados do censo demográfico dos anos 2000 para 2010. Em 2000, a grande maioria das famílias chefiadas por mulheres eram monoparentais. Contudo, em 2010, temos redução dessa proporção demonstrando outros motivos que levam à chefia feminina, como o aumento das famílias unipessoais femininas e das famílias nucleares, em que a mulher se encontra no lugar de chefe de família, mesmo na presença de um cônjuge; consequentemente, temos o aumento da autonomia feminina e sua inserção no mercado de trabalho.

De todas as famílias brasileiras, segundo os censos demográficos de 2000 e 2010, 17,26% (2000) eram famílias monoparentais, subindo para 18,53% (2010). Das porcentagens totais de famílias monoparentais, 15,27% (2000) eram famílias monoparentais femininas, chegando a 16,19% em 2010. Ou seja, de todas as famílias monoparentais, 87,41% (2010) têm como responsável a mulher-mãe.

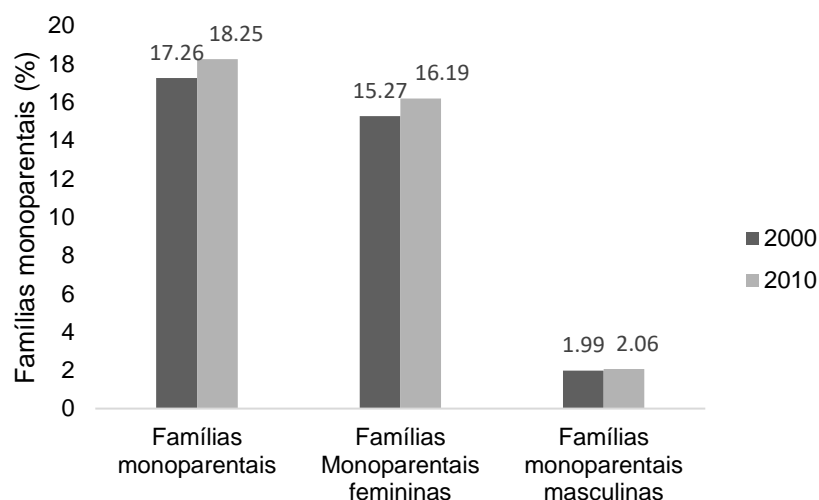


Figura 4 - Total de famílias monoparentais brasileiras, segundo o censo demográfico - IBGE. Fonte: A autora

Essa expressiva diferenciação demonstra as desigualdades de gênero presentes nas constituições familiares, em que se espera das mulheres a responsabilidade pelos cuidados das crianças, afastando os homens dessa obrigação.

Conforme dados do PNAD (2015), o percentual de mulheres em famílias monoparentais continua próximo dos 16%, no ano de 2015 estava em 16,3%; além disso, os dados sobre a questão de raça apresentam destaque novamente, sendo que 58,8% das famílias monoparentais femininas são compostas por mulheres negras.

Ainda com os dados retirados do PNAD/IBGE (2015), pode-se afirmar que a grande maioria das famílias monoparentais femininas encontra-se nos perímetros urbanos, com percentual de 17,4%, enquanto o percentual de mulheres monoparentais que residem no âmbito rural está em 10,1%.

A respeito da distribuição das famílias em território nacional, a maior concentração encontra-se na região Nordeste (19,5%), seguida pela região Norte (18,8%); em contraponto, o menor percentual é na região Sul (13,9%). Os dados apresentados sobre a região Sul trazem uma reflexão importante, pois, apesar do menor percentual de famílias monoparentais femininas (13,9%), esta região concentra a maior prevalência de chefia feminina, 33%. Tal diferença se apresenta diante de várias questões, como o aumento das famílias unipessoais femininas e uma maior concentração de renda, apresentando assim o seguinte cenário: mulheres chefes de família, porém, não necessariamente mães, ou mesmo não sendo as únicas responsáveis pelos cuidados com seus filhos.

Um dado concomitante com o aumento das famílias monoparentais é o aumento no número de divórcios. De acordo com a pesquisa de Souza (2016), em 2011 o IBGE anunciou que 30% dos casamentos brasileiros acabam em divórcio. Como apontado por Souza (2016), esse número equivale apenas aos rompimentos dos casamentos civis, porém o número de uniões estáveis e não oficiais é grande no Brasil, “os tabelionatos de notas de todo o Brasil registrou um aumento de 57% no número de formalizações de uniões estáveis de 2011 (87.085) a 2015 (136.941), enquanto os casamentos cresceram aproximadamente 10% no mesmo período” (COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL). Dessa forma, os dados sobre divórcios no Brasil podem ser encarados como uma parcial do término de uniões conjugais.

Ainda sobre as famílias monoparentais no Brasil, utilizando-se da pesquisa produzida por Minamiguchi (2017), o autor apresenta diferentes dados sobre essa configuração familiar, destacando também a relação das mulheres em famílias monoparentais com a educação.

Para a compreensão dos dados apresentados por Minamiguchi, primeiramente é necessário o entendimento de suas categorias, sendo elas as duas possibilidades de eventos de

origem para as famílias monoparentais, quais sejam: aquela que surge a partir do nascimento do primeiro filho fora de uma união, ou a monoparentalidade por dissolução de união (BLAYO, 1990 *apud* MINAMIGUICHI 2017).

Utilizando-se dos censos demográficos dos anos de 1990, 2000 e 2010, podemos notar a relação entre a monoparentalidade a partir do nascimento do primeiro filho e os anos de escolaridade. Das famílias monoparentais que residem sozinhas, com filhos de até um ano, sem apoio de familiares, apenas 2,2% têm mais que 12 anos de escolaridade, enquanto que em famílias biparentais, esse número sobe para 67,1% segundo o censo de 2010 (MINAMIGUICHI, 2017).

Os dados demonstram que uma família monoparental feminina sem apoio de outros familiares, ou mesmo sem políticas pensadas para esse público, ficam excluídas do ambiente educacional, o que pode ter como resultado a vulnerabilidade de renda de um grande número dessas famílias. O autor observa que a entrada na monoparentalidade de mulheres por nascimento do primeiro filho fora de uma união relaciona-se com o grau de escolaridade. No ano de 2010, mulheres com nível superior completo teriam sua entrada na família monoparental com 24 anos, enquanto que as mulheres de nível fundamental entraram com 20 anos. O autor pontua que:

Uma vez que as mulheres menos instruídas possuem, tanto um padrão de fecundidade quanto de uniões mais precoce, o efeito do aumento da escolaridade sobre o denominador da taxa tende a ser bastante grande em sua composição segundo as categorias de nível de instrução. (MINAMIGUICHI, 2017, p. 90).

Além da relação com a escolaridade, o autor ainda apresenta a predominância das idades das mulheres em famílias monoparentais, em uma proporção de mulheres entre 15 e 49 anos, na condição de responsável familiar; o maior índice encontra-se na faixa etária de 35 anos (MINAMIGUICHI, 2017, p. 53). Contudo, nas famílias monoparentais nunca unidas/primeiro filho fora de uma união, a idade predominante dessas mulheres fixa-se em uma faixa etária mais baixa, de 20 anos, ou seja, relacionando também com a entrada na monoparentalidade de mulheres que têm o primeiro filho fora de uma união (MINAMIGUICHI, 2017).

Utilizando-se dos dados apresentados, podemos destacar alguns pontos, como o contínuo aumento desse fenômeno, principalmente na vida das mulheres negras, com predominância na região Nordeste. Também podemos notar que a entrada na monoparentalidade se dá próximo aos 20 anos, contudo, sua maior proporção está na faixa etária de 35 anos.

No tocante à escolarização, percebemos a relação existente: quanto menos anos de estudo, menor é a faixa etária da entrada na monoparentalidade. Nos dados coletados há uma escassez sobre as questões de renda, ficando subentendido que as mulheres pobres são majoritariamente a maior proporção das mulheres monoparentais femininas, sobressaindo-se as mulheres negras e nordestinas, como também o alto índice de mulheres chefes de famílias que recebem abaixo de meio salário mínimo.

Além disso, vale a pena ressaltar que não foi possível achar dados sobre os índices de famílias monoparentais em classes médias e altas, mesmo sabendo de sua existência. Os dados do IBGE apresentam apenas os índices de renda das mulheres chefes de família e não das famílias monoparentais femininas.

Sendo assim, os dados apresentados, à parte a sua escassez, direcionados ao entendimento da feminização da pobreza, deixam implícito que as mulheres pobres são maioria nas famílias monoparentais, sem outras contextualizações necessárias.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A monoparentalidade não é um fenômeno apenas da sociedade atual. As primeiras pesquisas que abordaram essa temática apresentaram o fenômeno de maneira isolada, sem as contextualizações sociais necessárias, podendo, por vezes, ser uma ferramenta de apagamento social das mulheres que, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, já ocupavam esse lugar de mulheres/mães em famílias monoparentais, sem nem mesmo este modelo ser considerado enquanto família.

No segundo capítulo foi possível identificar, mesmo com dados fragmentados e escassos, pesquisas que acabavam por distanciar alguns grupos das problemáticas sociais; ainda assim, é possível afirmar que no Brasil a monoparentalidade se faz presente principalmente na vida das mulheres pobres e negras, sendo isso fruto de uma desigualdade social de gênero e de raça. Para que possamos visualizar como algumas populações têm sido apagadas, ou mesmo esquecidas de algumas discussões sociais, traremos um trecho do artigo de Sueli Carneiro, no qual a autora nos apresenta como as mulheres negras, mesmo diante do discurso feminista que teria por objetivo a igualdades das mulheres, têm sofrido os apagamentos sociais.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO 2017 *apud* RIBEIRO, 2019 p. 47).

No sentido de escutar as vozes que têm sido silenciadas, privilegiamos alguns recortes que passam a ser descritos a seguir.

3.1 História Oral

A metodologia da história oral dedica-se à história dos esquecidos, marginalizados e oprimidos. Objetiva mostrar a história do cotidiano e da vida privada, a história local e enraizada, como também uma história vista de baixo. Ou seja, os depoimentos orais, além de possibilitarem ampliar e desenvolver a pesquisa, contribuem para alterar, modificar e trazer à tona depoimentos de atores excluídos, contribuindo para uma ampliação da nossa história (NETO, 2010).

Os estudos das oralidades são uma técnica utilizada primeiramente na antropologia, contudo, suas técnicas foram sendo aprimoradas por várias áreas do saber. A história oral apresentou-se como método primeiramente na historiografia tradicional, como forma de preencher as lacunas existentes no decorrer da história; atualmente, a história oral é metodologia consolidada e interdisciplinar, sendo vista como mais que apenas um instrumento. De acordo com Lozano (2006, p. 16):

A história oral compartilha com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico. De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas internas e externas da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais.

De acordo com Portelli (2001), a história oral apresenta uma maneira única de discurso, em que história é a evocação de uma narrativa do passado, enquanto a oral apresenta a forma de expressão. Sendo assim, a história oral é vista como um discurso dialógico, desenvolvido a partir da narrativa do entrevistado, mediado pela relação com o pesquisador.

As narrativas trazidas durante uma entrevista da história oral, geralmente, nunca foram contadas daquela forma anteriormente, pois “a estória de uma vida como uma completa e coerente narrativa oral não existe na natureza, ela é um produto sintético da ciência social” (PORTELLI, 2001, p. 11). Dessa forma, a história oral é uma história que ainda não foi contada, sendo apenas o relato de alguns episódios que anteriormente foram repetidos nos ambientes familiares.

E, apesar da história oral ser apresentada na oralidade do narrador, seu desenvolvimento e conclusão acontecem em direção ao texto escrito pelo pesquisador; os entrevistados precisam estar cientes do destino de suas histórias, após as mesmas serem relatadas aos pesquisadores. Além disso, a história oral irá direcionar-se por meio de focos temáticos, baseados em termos

epistemológicos e práticos. A narrativa do entrevistado irá trazer, além de suas experiências individuais, sua relação com a sociedade (PORTELLI, 2001).

As teorias da história oral se fizeram amplamente presentes para mostrar que cada sujeito é autor da sua própria história, tendo um papel de destaque na construção de uma verdadeira história das mulheres, fazendo parte das discussões nas perspectivas de gênero (JOUTARD, 2000).

A narrativa do sujeito entrevistado permeada por conteúdos individuais e sociais se faz necessária para o entendimento das famílias monoparentais femininas que serão ouvidas nesta pesquisa, pois, além de conhecer suas vivências, será possível perceber como as relações sociais atravessam essas mulheres e como a sociedade atual e suas instituições têm reagido diante desses sujeitos.

Com isso, podemos afirmar que o gênero presente na história oral se movimenta entre o pessoal e o social, entre a biografia e a história, tendo o papel de conectar a vida aos tempos, trazendo do individual para o social, podendo ser uma ferramenta de representatividade e luta social.

Segundo Joutard (2000), a história oral deve estar aberta e atenta ao seu objetivo inicial: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos, trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar situações de extremo abandono” (JOUTARD, 2000, p. 32).

Reiterando os autores Portelli (2001), Ferreira (2002) e Neto (2010), uma das principais características da história oral é a possibilidade que concerne às pessoas que ainda não contaram suas histórias o direito ao discurso, a possibilidade de contar suas histórias, pessoas que não são vistas como protagonistas, sujeitos invisibilizados pela história anteriormente. Assim, a História Oral é uma metodologia que possibilita o encontro entre uma história que está prestes a ser contada e uma história que será reconstruída.

Apesar dos diversos destaques que devem ser pontuados quando falamos de história oral, principalmente a possibilidade de obter informações que só foram possíveis ouvindo diferentes pessoas e sujeitos, se faz necessário demonstrar aqui seus limites enquanto teoria e método, limites que alguns autores direcionam sobre as fraquezas da memória, memória que é sujeita ao esquecimento, às deformações e aos equívocos, mas pode também ser um campo fértil se estivermos atentos à subjetividade presente nas histórias narradas (JOUTARD, 2000).

Apesar das possíveis fraquezas presentes na memória, destacamos suas potencialidades, a memória nos apresenta diferentes elementos, identidades e relações de poder. Na memória

estão presentes as lembranças, sendo elas heranças, que acumulam histórias e tradições (DELGADO, 2003)

O desafio da história oral é mostrar, que “a memória não é apenas ideológica, mitologia e não confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir direito a identidades” (PORTELLI, 2000, p.13). Sendo assim, a memória não de ser vista como “depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significados” (THOMSON, 2000, p.52).

A história oral procura ouvir a história para além do discurso dos detentores de poder, ela pesquisa a memória de diferentes indivíduos, contrapondo-se as histórias que nos foram apresentadas. Dessa forma, nosso desafio é olharmos a memória para além de um amontado de informações, mas como um sinal de luta e como processo em andamento. “Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você "recorda" a história, mas memória "como" história” (PORTELLI, 2000, p. 69).

Para o uso da metodologia da história oral, algumas técnicas e teorias necessitam de uma contextualização, a entrevista, transcrição, subjetividade e interpretação. Em uma entrevista, seu início ocorre primeiramente pelo interesse do pesquisador, do qual deriva ostensivamente a legitimidade para falar, direito este que não é possibilitado a todos, especialmente nos grupos socialmente menos favorecidos, aos quais os pesquisadores frequentemente têm se dirigido. (PORTELLI, 2001).

De acordo com Caldas (apud Ferreira, 2002), as narrativas trazidas pelos sujeitos devem apresentar uma história viva, com particularidades, com as fases da lembrança e dos esquecimentos. Isso apresenta a essência de sua subjetividade. Ou seja, as histórias trazidas não devem ser postas de forma fragmentada ou parcial, como um banco de dados, pois são histórias repletas de subjetividade.

Dessa forma, na prática da história oral se fará presente, além da história trazida pelo sujeito entrevistado, sua subjetividade, a qual pode ser sentida também em suas expressões, como os gestos, timbre e a tonalidade de voz, dentre outros comportamentos que poderão ser visualizados durante a entrevista (FERREIRA E GROSSI, 2002).

O pesquisador, que trabalha com a história oral, precisa dedicar-se a uma escuta sensível, partindo do lugar dos sujeitos como portadores de memória e subjetividade, sendo assim, a relação entre os sujeitos da história oral demanda a responsabilidade de se conceber projetos comprometidos com o outro e com o próprio exercício do fazer histórico (FERREIRA E GROSSI, 2002, p.54).

Segundo Portelli (2001), durante uma entrevista algumas questões são colocadas em pauta objetivando conhecer o entrevistado; dentre elas destacam-se a ordem cronológica dos fatos, temas relevantes e interação individual com a sociedade. Mesmo com essas questões norteadoras, os entrevistados irão trazer para a entrevista suas próprias questões, temas relevantes para eles, situações que vão sendo organizadas durante a conversa.

Ferreira e Grossi (2002) reafirmam essa necessidade pontuando a importância de um enredo durante as entrevistas. Para que as histórias sejam trazidas e narradas torna-se necessário um “itinerário oral”, ou seja, o enredo da história tem um papel de relevância, apresentando temporalidade à narrativa do entrevistado.

Outro ponto a ser destacado sobre a entrevista na história oral é que ela pode partir de um questionário que seguirá por um monólogo ou de questões que levaram a longos diálogos, essas diferenças influenciam no tempo disponível do entrevistado, como também nas respostas que se apresentaram a partir das perguntas (PORTELLI, 2001).

As entrevistas podem ser utilizadas para a organização de livro biográfico, um ensaio, trabalhos acadêmicos; para nós cabe o destaque sobre as pesquisas acadêmicas, nelas “o pesquisador se manifesta por meio do entrevistado, utilizando-se de suas narrativas para explicitar uma temática ou situação e usando sua textualidade artificial para ampliar a autoridade do discurso histórico” (PORTELLI, 2001).

Com a entrevista em história oral pode-se conferir ao entrevistado o “poder de dizer, dizer-se, dizer-nos, o poder de resistir em sua singularidade, procurando apenas uma abertura dialógica”, sendo assim não se objetiva modificar ou enquadrar o depoimento ou a história do sujeito, mas apresentar de maneira nítida e clara a sua fala e dessa forma contextualizar sua história individual com experiências coletivas (FERREIRA; GROSSI, 2002).

O entrevistado que aceita narrar a sua história precisa ser visto enquanto um ser autônomo, em que a decisão de se colocar nesse lugar parte dele, isso pressupõe a necessidade de uma escuta sensível e cuidado por parte do pesquisador que necessita analisar os relatos construídos. Na pesquisa com história oral a interpretação e análise trazida pelos fatos é fundamental, mas, como destacam os autores, é um grande desafio (FERREIRA; GROSSI, 2002).

Ainda com os autores supracitados, esse desafio na interpretação se apresenta diante da ausência de métodos e técnicas para o momento da interpretação da história narrada pelo sujeito. Porém, cabe destacar que a subjetividade e a relação estabelecida no momento da entrevista são fundamentais para o campo da interpretação; além disso, o pesquisador da

história oral deve assumir uma responsabilidade ética diante dos sujeitos entrevistados, levando em conta sua subjetividade e individualidade.

Segundo Joudart (2000), a história narrada pelo entrevistado é repleta de esquecimentos, subjetividades, lapsos, distorções, contudo, tais “fraquezas”, como o autor apresenta acima, também devem ser vistas como um campo de interpretação; durante a interpretação das fontes, é indispensável a análise em sua totalidade, destacando os silenciamentos, as pausas, os lapsos. O autor ainda destaca que, apesar da necessidade que temos da transcrição das entrevistas, esta deve ser vista enquanto um suporte; a análise das entrevistas deve ser pautada no documento completo.

O autor ainda apresenta como as novas tecnologias atravessam o uso da história oral. Com a descoberta do gravador, as entrevistas que eram coletadas com o uso de notas escritas passam a ser gravadas, e com isso são possíveis análises mais detalhadas, como o cuidado com o não dito. Outra tecnologia que pode ser utilizada no momento da entrevista é a gravação das imagens, torna-se cada vez mais flexível o uso de imagens dos entrevistados, em que se destacam os gestos e as expressões.

Apesar das novas e diversas tecnologias, é preciso ficar atento ao objetivo principal do método, não há melhor tecnologia do que a escuta sensível e atenta por parte do entrevistador.

De acordo com Meihy (2011), a história oral apresenta 4 gêneros: história de vida, temática, testemunhal e tradição oral. Para realização desta pesquisa, faremos uso da metodologia da história oral temática, que possibilita a ênfase em algumas etapas da vida pessoal, ela é realizada com um grupo de indivíduos, eventos, movimentos sociais ou mesmo sobre uma temática delimitada a determinado contexto.

Segundo Xavier (2020), a história oral temática é classificada enquanto um recurso metodológico que se utiliza de técnicas de entrevistas, com um objetivo previamente estabelecido. Contudo, mesmo existindo um roteiro com questões norteadoras, o entrevistado que narra sua história não deve ser interrompido, ele deve ser ouvido com atenção sendo destacada a sua subjetividade.

Thomson (2000) reafirma em seu ensaio sobre história oral que os métodos não devem ser rígidos e seguidos sem contextualizações necessárias com o grupo entrevistado, o autor apenas destaca que se deve estar atento à preparação antes da entrevista, à importância do estabelecimento do *rapport*, da escuta atenta, além da realização das perguntas abertas; também deve-se conter os institutos de interrupção, destacando a importância das pautas e dos silêncios dos entrevistados.

Pudemos perceber, como apontado por Thomson (2000), que não existe uma maneira certa ou errada de se fazer história oral, a teoria nos deixa claro o cuidado com as histórias narradas, a ética, o ouvir e possibilitar que histórias sejam apresentadas, e dar voz, nesse trabalho em específico, às mulheres/mães que cuidam de seus filhos sozinhas, tirando-as de um lugar de invisibilidade.

Para que seja possível ouvir as narrativas das mulheres em famílias monoparentais, serão realizadas entrevistas que farão uso de questões norteadoras, a fim de aprofundar e enfatizar as temáticas da pesquisa. As entrevistas serão gravadas e depois cuidadosamente ouvidas. Todo o material gravado será transcrito. Após a transcrição de cada entrevista, o material será organizado, tabulado e catalogado. Os dados serão tabulados e catalogados dentro das seguintes categorias: maternidade, relações sociais/afetivas e responsabilidade paterna.

Após a conclusão da pesquisa, os dados serão encaminhados a órgãos públicos competentes para que esse trabalho possa ser um instrumento na criação de políticas públicas específicas para esse público. Além disso, a pesquisadora estará em contato com as participantes, apresentando uma devolutiva sobre os resultados encontrados.

Os resultados, tanto da pesquisa bibliográfica como dos dados quantitativos e qualitativos, poderão ser uma base sólida para a análise da realidade. A condução da pesquisa se realizará com reflexão teórica, trabalho empírico e de campo, e maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados, possibilitando que o conhecimento que será produzido se apresente de maneira rica e com relevância social e acadêmica.

3.2 Aplicação da Pesquisa

Escolheu-se para a abordagem da pesquisa o pressuposto qualitativo, utilizando-se como metodologia para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, acompanhada de entrevistas com uso das técnicas da história oral, de caráter exploratório.

A metodologia será constituída a partir do pressuposto da epistemologia qualitativa, com sua estratégia fundada na coleta de dados das interações sociais ou interpessoais. A abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados, a problemática da pesquisa precisa ser exposta e interpretada para então entrar no processo de compreensão e ser contextualizada (MINAYO, 2020). Portanto, as pesquisas qualitativas dedicam-se aos aspectos da sociedade e da realidade que não podem ser quantificados, direcionando seu olhar para as subjetividades.

Inicialmente, as pesquisas qualitativas restringiam-se aos estudos da Antropologia e Sociologia. Como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, atualmente essa forma de pesquisa tem se alargado para diversas áreas de conhecimento, como psicologia, educação, dentre outras (SILVANA; CÓRDOVA, 2009).

O processo de trabalho científico das pesquisas qualitativas divide-se em três momentos: a fase exploratória, o trabalho de campo e a análise e tratamento do material empírico e documental (MINAYO, 2020). O caráter exploratório, que tem como objetivo um maior contato com o problema, tornando-o mais claro, pode ser aplicado em pesquisa com levantamento bibliográfico, entrevistas e/ou estudos de casos (GIL, 2002).

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico a partir de uma pesquisa em bases de trabalhos científicos nacionais, que procura e apresenta bibliografias sobre a temática em questão, utilizando-se dos dados oferecidos pelo pesquisador, como palavras-chave, tipologia do material e idioma.

Dessa forma, o levantamento bibliográfico foi elaborado de acordo com as seguintes categorias temáticas: Famílias Monoparentais, Famílias Monoparentais Femininas, Gênero, Políticas Públicas, Maternidade, Paternidade, Raça, Classe e História Oral. O levantamento bibliográfico realizado objetivou identificar o perfil da mulher/mãe monoparentais realizado pela academia científica brasileira, sendo o mesmo apresentado no segundo capítulo desta pesquisa.

Após a realização da análise com base no levantamento bibliográfico, as entrevistas foram realizadas com mulheres/mães em famílias monoparentais, partindo das intersecções raça, mulheres brancas e negras, diferentes classes sociais, geração e espaço geográfico.

O acesso à seleção das mulheres participantes da pesquisa deu-se por meio de círculos de relacionamento, complementando com o uso das metodologias de amostragem não probabilística: Amostra por quotas e Amostra “Bola de Neve”. Na amostra por quotas, objetivava-se a representatividade do público da pesquisa; primeiramente será dividido o público em segmentos, posteriormente definido o tamanho das quotas e, por fim, a seleção dos participantes e a comprovação das quotas.

A amostra “bola de neve” é uma técnica não probabilística, que utiliza cadeias de referência, sendo uma alternativa para chegar a um público difícil de ser acessado, como populações estigmatizadas, que apresenta como temática questões privadas. Sendo assim, essa técnica objetiva, a partir de alguns participantes selecionados pelo pesquisador, trazer com o uso das redes sociais dos entrevistados, outros possíveis contatos que poderão se tornar participantes (VINUTO, 2014).

Optou-se pelo uso das duas técnicas de amostra, pois, dessa forma, torna-se possível atingir os diferentes segmentos, como questões de classe, raça e gênero, como também nos possibilita encontrar as possíveis participantes dessa pesquisa, sendo elas mulheres mães em famílias monoparentais.

Os critérios de inclusão e exclusão para seleção das participantes se dão com objetivo de justificar o público que será entrevistado. Os critérios de inclusão têm por objetivo conhecer mulheres de diferentes idades, em famílias monoparentais, destacando os segmentos de classe, raça e território, para que possamos identificar a multiplicidade das vivências de uma mulher mãe em família monoparental.

Os critérios de exclusão referem-se às mulheres que tenham menos de 18 anos e mais de 50 anos, às mulheres que não são mães e às mulheres que residem nas áreas rurais. As meninas com menos de 18 anos serão excluídas da pesquisa diante das particularidades a serem consideradas em uma pesquisa com adolescentes, necessitando um olhar exclusivo para essa demanda. A exclusão de mulheres com mais de 50 anos reside no fato de que muitas mulheres nessa idade já não estão mais com os filhos na mesma residência. Diante da abrangência do estudo, nesse primeiro momento as mulheres das áreas rurais serão excluídas da pesquisa, pois há prevalência das famílias monoparentais femininas nos espaços urbanos.

Segue, abaixo, o quadro com os critérios de inclusão e exclusão:

Tabela 4. Critérios de Inclusão e Exclusão. Fonte: A autora

Critério de Inclusão:		
Serão entrevistadas mulheres de 18 a 50 anos, responsáveis familiares, em estrutura monoparental atual, presente no espaço urbano, destacando:		
Quotas da amostra – Pesquisa		
Cor/Raça	Território/Cidade⁹	Classe
Branças	Pequeno Porte (<30 mil habitantes)	Até 1/2 salário mínimo
Negras ¹⁰	Porte Intermediário (30 a 200 mil)	De ½ a 1 salário mínimo
	Grande Porte (<200 mil habitantes)	1 a 2 salários mínimos
		Acima de 2 salários mínimos
Critério de Exclusão:		
Mulheres que tenham menos de 18 e mais de 50 anos.		
Mulheres que não possuam filhos.		

⁹ Com base na estimativa de 2014, segundo o IBGE.

¹⁰ O IBGE considera mulheres negras as mulheres que se autodeclararam pardas ou negras.

Mulheres das áreas rurais.
Número estimado de participantes: até 12 mulheres.

Dessa forma, as participantes da pesquisa foram 12 mulheres/mães, responsáveis familiares, em estruturas monoparentais, sendo elas mulheres negras e brancas, de diferentes classes sociais, idade e espaço geográfico. Foram entrevistadas mulheres de cidades de grande, médio e pequeno porte, do estado do Paraná, tais como Curitiba, Guarapuava, Pinhais e Turvo, para que possamos analisar as particularidades das vivências das mulheres em famílias monoparentais.

Tendo em vista as especificidades das famílias monoparentais e, ainda, em decorrência da pandemia de COVID-19, as entrevistas foram realizadas de várias maneiras, sendo elas presenciais ou por métodos remotos, com a utilização de ferramentas virtuais, como as plataformas digitais — *google meet*, *zoom* ou *whatsapp* —, como também, em última instância, a entrevista poderá ser realizada via ligação telefônica.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue e novamente lido no momento da entrevista, podendo ser entregue pessoalmente ou encaminhado via plataformas digitais. No caso de entrevistas via telefone o Termo será encaminhado via correio, anteriormente ao dia da entrevista. Dessa forma, a participante foi informada detalhadamente dos termos da pesquisa, levando em conta os riscos e benefícios de sua participação, destacando as informações pertinentes ao sigilo, podendo ser utilizado o anonimato quando mencionado no trabalho. Salientou-se que poderá haver desistência das entrevistas em qualquer momento da pesquisa, havendo apoio, caso necessário, até a finalização do trabalho.

3.3 O encontro com as Famílias Monoparentais Femininas – Dados preliminares.

Como já apresentado, esta pesquisa entrevistou 12 mulheres, mães, em famílias monoparentais, destacando as intersecções de classe, raça e idade. As mulheres fazem parte de diferentes lugares, sendo eles classes sociais, territórios, idade e raça. Para análise dos dados obtidos nas entrevistas, algumas categorias serão demarcadas como: maternidade, relações sociais/afetivas e a responsabilidade paterna.

As entrevistas foram realizadas tanto presencialmente quanto com o uso de plataformas digitais, e tiveram em média 40 minutos de duração, com um roteiro de questões norteadoras. Essas questões abordavam a percepção sobre a maternidade, a entrada na monoparentalidade,

os desejos e sonhos individuais, as relações sociais e afetivas, as redes de apoio e a relação estabelecida com os pais de seus filhos.

O roteiro utilizado foi desenvolvido com base na importância apresentada pelos teóricos da metodologia da história oral. De acordo com Ferreira e Grossi (2001), para que essas histórias sejam trazidas e narradas, o “itinerário oral”, ou seja, o enredo da história, tem um papel de relevância, apresentando temporalidade à narrativa do entrevistado.

Durante todas as entrevistas realizadas, a subjetividade das mulheres se mostrou presente. Elas destacaram pontos que não faziam parte do roteiro, porém pontos pertinentes, e foi perceptível durante as entrevistas o surgimento de sentimentos, como tristeza, revolta, abandono, além de afeto, amor e companheirismo. Em todas as entrevistas foi notável a sensibilização que a temática apresenta, demonstrando as dificuldades e exigências sofridas por elas na criação de seus filhos sozinhas.

Segue abaixo uma tabela com os principais dados das famílias monoparentais femininas entrevistadas e uma síntese sobre sua história de vida. Em respeito ao sigilo das participantes, todas receberam um pseudônimo, sendo dado a elas nomes de flores¹¹.

Tabela 5. Dados sobre as mulheres entrevistadas. Fonte: A autora

Nº	Nome	Idade	Nº de Habitantes	Cor	Profissão	Nº e Idade (anos) dos Filhos	Renda (R\$)	Nº de residentes
1	Margarida	30	12.977	Branca	Enfermeira	01 – 13	5000	2
2	Azaleia	34	1.948.626	Branca	Assistente Social	01 – 3	4500	2
3	Jasmim	36	183.755	Branca	Psicóloga	01 – 05	4500	2
4	Orquídea	36	1.948.626	Negra	Vendedora	02 – 10 e 11	1250	3
5	Rosa	22	12.977	Negra	Diarista	01 – 02	200	2
6	Hortência	42	183.755	Negra	Diarista	02 – 24 e 08	700	2
7	Begônia	26	183.755	Branca	Estudante	02 – 08,06	1500	6
8	Calêndula	46	12.977	Branca	Zeladora	01 – 18	1200	4

¹¹ As entrevistadas foram questionadas a respeito do anonimato, todas preferiram que seus nomes não estivessem expostos, principalmente diante do fato de relatarem situações que interferiam na vida de seus filhos e também de outras pessoas, como familiares, amigos e o pai de seus filhos.

9	Camélia	35	1.948.626	Branca	Operadora de telemarketing – Eventos	04 – 18, 14, 10 e 08	1600	5
10	Amarílis	44	133.490	Branca	Contadora/ Professora	01 – 10	4000	2
11	Gerbera	36	12.977	Negra	Coletora de Erva-Mate ¹²	05 – 17,14,10, 5 e 2	700	8
12	Iris	26	183.755	Branca	Artesã/Bolsista	01 – 04	1600	2

Com objetivo de sistematizar o público entrevistados, utilizaremos de alguns dados e gráficos, a maioria das mulheres entrevistadas são brancas, com renda de até no máximo dois salários mínimos, e a predominância são de mulheres que desistiram ou concluíram no ensino fundamental.

Objetiva-se no início dessa pesquisa apresentam uma maior população negras, porém, houve dificuldade de entrevista-las, dificuldade essa que se apresenta diante de algumas problemática, como o fato do estado do Paraná, ser de maioria de pessoas brancas¹³ e o momento da pandemia, em que as entrevistas aconteceram em sua maioria de maneira remota, e não foi possível encontrar esse público nas redes sociais.

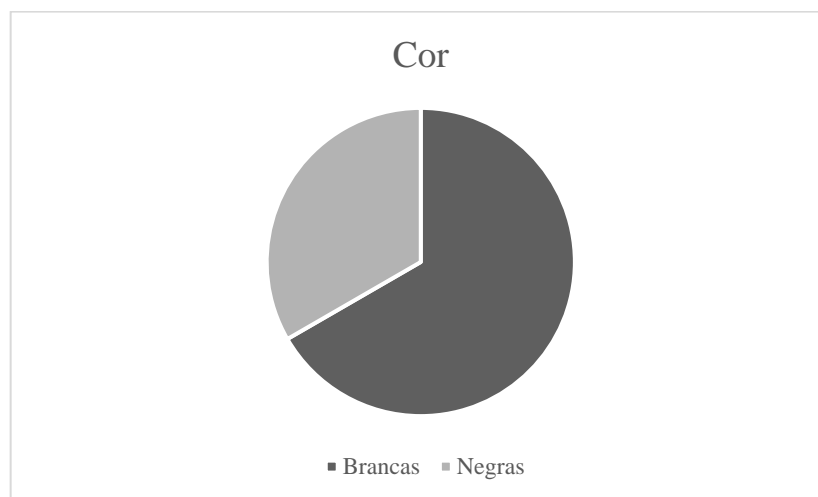


Figura 5 - Dados sobre a cor das mulheres entrevistadas - IBGE. Fonte: A autora

¹² A Colheita de erva-mate no Paraná é realizada tanto na safra, entre os meses de junho e setembro, quanto na safrinha, que vai de novembro até o início de fevereiro.

¹³ 70% da população do paraná é branco, enquanto que 30% é preta ou parta.

Sobre a questão da renda, cabe explicitar que a renda relatada no momento da entrevista pelas participantes e posteriormente apresentada nesse trabalho é a renda familiar, diferenciando da renda per capita¹⁴. De todas as mulheres entrevistadas apenas quatro delas recebiam mais de dois salários mínimos, sendo estas as mesmas que possuem ensino superior. A maioria das entrevistadas recebiam um salário mínimo e meio. E todas as entrevistadas descrevem as dificuldades financeiras vivenciadas.

As questões referentes a renda apresentam destaque nesse trabalho, pois ao entrevistar diferentes mulheres, de diferentes classes sociais esperava-se visualizar que as dificuldades das mulheres mais pobres iriam ser evidenciadas por elas no momento de suas narrativas. No entanto, as narrativas das mulheres entrevistadas se assemelham quando descrevem as dificuldades financeiras. Ao entrevistar as mulheres com rendas abaixo de um salário mínimo percebe-se uma naturalização de sua situação de pobreza, e com isso, a dificuldade de destacar as dificuldades vivenciadas.

O processo de naturalização das desigualdades sociais é fruto da ideologia neoliberal, ideologia está, presente em nossa sociedade capitalista contemporânea, de acordo com Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012),

A naturalização, enquanto um *modus operandis* da Ideologia, se produz quando um estado de coisas, que é uma criação social e histórica de grupos humanos em certo momento histórico-social, é tratado e abordado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais (Thompson, 1995). Essa é a "força da ideologia fatalista dominante que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores" (Freire, 2000, p. 43). (ACCORSSI, SCARPARO E GUARESCHI, 2012, p. 537)

Nas famílias em vulnerabilidade sociais com contextos em que não é possível tempo para reflexões críticas, em decorrência de suas várias atribuições para sobrevivências, os indivíduos ou famílias acabam por aceitar os diversos problemas sociais, os considerando como normais, é nesse movimento que a sociedade passa a legitimar a manutenção de situações desumanas, decorrentes da desigualdade social e da pobreza (ACCORSSI, SCARPARO E GUARESCHI, 2012).

Um exemplo da naturalização das situações de pobreza pode ser evidenciado no discurso de Rosa, Rosa é uma mulher negra, mãe de uma menina, e reside em uma cidade de pequeno porte, Rosa foi questionada sobre as dificuldades de criar sua filha.

¹⁴ Renda dividida pelo número de pessoas da família.

Eu sinto que to conseguindo fazer meu papel, eu to achando muito fácil sabe eu acho que é por causa de eu te só ela, mas é eu acho que é fácil sabe, não é aquela coisa assim de outro mundo que nem falavam (Rosa, 2021).

Outro exemplo dessa naturalização é presente no discurso de Gerbera, negra, mãe de cinco filhos, apesar de vivenciar situações de pobreza, relata que sua maior dificuldade com os filhos está em educar.

Educar a criançada do jeito certo né, hahaa, acho que isso é o maior problema porque o resto a gente resolve, vai indo. (Gerbera, 2022).

Com isso, diante do processo de naturalização das situações de desigualdade social, e a não oportunidade de desenvolver um pensamento crítico, as mulheres entrevistadas acabavam por naturalizar as situações de desigualdade que vivenciam como a situação de pobreza e até mesmo, as dificuldades no exercício da maternidade como uma obrigação natural.

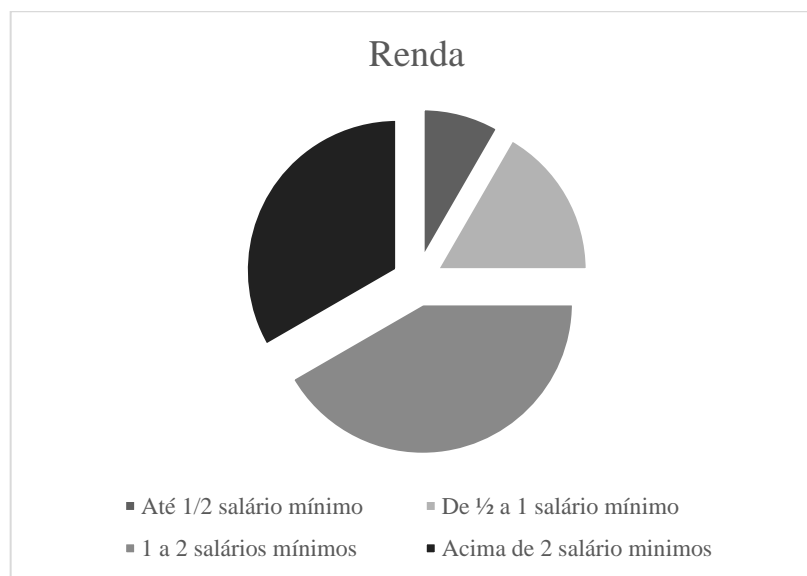


Figura 6 - Dados sobre a renda das mulheres entrevistadas. Fonte: A autora

3.3.1 A história das mulheres entrevistadas

Entrevistada 01: Margarida tem 30 anos, reside numa cidade de pequeno porte, com pouco mais de 13.000 habitantes. Reside atualmente com seu filho de 13 anos, ela relata que engravidou na adolescência, no auge dos seus 16 anos. Durante a entrevista, Margarida se emocionou diversas vezes; relata que sempre desejou ser mãe, que isso fazia parte de um ideal de sua vida, contudo que aquele não era o momento para ter engravidado. Logo que engravidou,

a relação que tinha com seu namorado tornou-se fragilizada, e ela acabou por criar seu filho sozinha, porém, ela reafirma diversas vezes que criou seu filho com a ajuda da sua mãe, que possibilitou a ela um suporte emocional e financeiro. O pai do seu filho não possuiu contato com o filho, atualmente não paga pensão, mesmo que já tenha sido preso anteriormente por sua negligência financeira. Margarida destaca durante a entrevista o preconceito sofrido na sociedade, sendo considerada “mãe solteira”, “separada”, e relata, ainda, que algumas pessoas não vão querer se relacionar com alguém que já tem um filho, pois nem sempre alguém está disposto a isso. Margarida relata que, apesar das dificuldades, consegue vivenciar a maternidade de maneira mais saudável pelo suporte que teve de sua mãe, dessa forma conseguiu se formar e ter um emprego fixo, e com isso a situação financeira não foi um empecilho na sua vida. Expõe que se arrepende de ter deixado o pai registrar seu filho porque, hoje, isso torna-se apenas um problema, pois não existe vínculo nem responsabilidade financeira ou afetiva, sendo apenas um problema na vida dela e de seu filho.

Entrevistada 02: Azaleia tem 34 anos, é mãe de um menino de 04 anos, concursada como assistente social. Ela descreve a maternidade enquanto um lugar de bastantes dificuldades, apontando as vulnerabilidades que sofreu ao ocupar esse lugar. Azaleia reside em uma cidade de grande porte, sem rede de apoio, o que torna toda situação com a maternidade mais desafiadora. A entrada de Azaleia na monoparentalidade se deu logo no início da gravidez, ela estava apenas saindo com uma pessoa, recém tinha terminado um relacionamento de longa data, e acabou engravidando. Decidiu seguir com a gravidez, mas a relação com o pai da criança foi tornando-se mais difícil e com 4 meses de gravidez de Azaleia o pai parou de fazer contato, até negando a paternidade. Azaleia passou todo período de gestação sozinha. Quando foi para ganhar seu filho, voltou à sua cidade natal para ter o suporte da família. O pai da criança sabia que Azaleia ganharia o bebê em outra cidade, mas não se prontificou a participar desse momento, dessa forma seu filho não foi registrado, sendo encaminhado o processo desde seu nascimento para reconhecimento de paternidade. Ainda hoje, 4 anos depois, seu filho não tem o pai na certidão de nascimento e o processo ainda corre na justiça, Azaleia enfatiza o descaso da justiça nos casos de família. Ela relata sobre as questões financeiras. Apesar de possuir uma renda fixa e estável, tudo ficou mais difícil com a chegada do seu filho, pois ele não fazia parte de seus planejamentos, ela relata que consegue arcar com as despesas, mas que as coisas seriam mais fáceis se houvesse responsabilidade financeira por parte do pai do seu filho. Sobre as relações familiares, Azaleia descreve a dificuldade que sempre teve nesse quesito, principalmente diante do fato de residir sozinha, sem familiares, em uma cidade de grande

porte. Ela relata que no início teve depressão pós-parto, e alega, ainda, diversas vezes, que um dos sentimentos que predominam é o de desamparo. Azaleia também enfatiza as dificuldades de se relacionar afetivamente, principalmente porque algumas pessoas não estão dispostas a ficar com alguém que tenha filhos; enfatiza, também, os preconceitos sofridos na sociedade, como a pejorativa “mãe solteira”. Azaleia relata que demorou para sentir o vínculo entre mãe e filho, mas destaca que isso aconteceu porque vivencia sempre as dificuldades sozinha, sem suporte, então as coisas positivas acabam por ficarem não tão evidentes.

Entrevistada 03: Jasmim, 36 anos, tem um filho de 05 anos, concursada, reside em uma cidade de médio porte, com pouco mais de 170.000 habitantes. Jasmim descreve a maternidade em sua ambivalência, destacando as dificuldades como também os pontos positivos. Ela entrou na monoparentalidade quando seu filho estava com dois anos. De acordo com ela, seu relacionamento inicialmente não era um namoro, mas com a gravidez decidiram tentar ficar juntos. No início do relacionamento, durante a gravidez e no primeiro ano de seu filho o pai foi presente, era responsável pelos cuidados dividindo as tarefas, entretanto, com o passar do tempo, ele retornou a um vício que tinha anteriormente ao relacionamento e, a partir disso, a relação foi ficando fragilizada. Jasmim relata que sofria violência psicológica, chegando ao momento em que decidiu se separar. Quando isso aconteceu, o pai do seu filho não aceitou dividir os bens e ela saiu de casa sem nada. Após dois anos da separação, o pai do seu filho veio a falecer, hoje os cuidados com seu filho são exclusivamente dela, ela mesma reforça que mesmo antes de sua morte ele não tinha mais responsabilidade com o filho, pegava-o quando queria e podia, pagava pensão quando podia, atrasava com frequência. Sobre as questões financeiras, Jasmim relata que está endividada porque paga uma escola particular para seu filho, que permanece na escola das 8 da manhã às 6 horas da tarde. Destaca que só consegue trabalhar por possuir condição de terceirizar o cuidado com seu filho, que atualmente recebe 1/2 salário mínimo da pensão por morte. Apesar de possuir uma renda fixa, os gastos com seu filho são altos, o que é um dificultador. Sobre a rede de apoio, ela relata ser fragilizada, sua mãe fica com seu filho quando pode, quando não tem outro compromisso, mas não considera um suporte. Jasmim também relata sobre as relações afetivas e sociais, destacando as dificuldades em vivenciá-las, afirmando que seu filho estará em primeiro lugar e que nem todo mundo está pronto para estar em segundo plano, ela relata que para estar com alguém essa pessoa precisa se adequar à rotina dela e não o oposto, o que torna relacionar-se algo difícil. Nesse momento, ela afirma que está cogitando a ideia de que talvez ela não se relacione de maneira fixa com ninguém, e que irá acabar envelhecendo sozinha.

Entrevistada 04: Orquídea tem 36 anos, reside com suas duas filhas, uma de 10 anos e outra de 15 anos, em uma cidade de grande porte, com mais de 2 milhões de habitantes. Orquídea é uma mulher negra, possui deficiência física, amputação de uma perna e sua filha mais velha também tem deficiência física e intelectual. Ela atualmente não está trabalhando, mas recebe auxílio-doença pelo INSS. Orquídea, no início de nossa entrevista, fala das dificuldades de ser mãe, principalmente por ser uma mãe negra e deficiente. Destaca a dificuldade de ser mãe sozinha. De acordo com ela, a pessoa que devia dividir essa função, o pai, simplesmente se recusa a isso. Orquídea relata que não possui uma rede de apoio sólida, que sua mãe auxilia quando pode, mas que a responsabilidade recai sobre ela. Relata ainda as dificuldades de cuidar de uma filha com deficiência e ainda sem esse apoio, de acordo com ela, pois sua filha precisa de atendimento médico semanalmente, o que toma bastante tempo. Com isso, Orquídea relata não ter tempo para outros compromissos além da maternidade. Sobre relacionamento, diz que isso nem é algo que cogite, que neste momento não tem como pensar em se relacionar com alguma pessoa, pois suas filhas exigem sua atenção integralmente. Orquídea relata a falta de responsabilidade afetiva e financeira do pai de suas filhas que, de acordo com ela, não possui contato com as mesmas, estando ainda em processo judicial relativo aos acordos para pensão. Orquídea relata sobre os estereótipos que carrega, sendo mãe solo, e principalmente por ser negra e com deficiência. Esse assunto a sensibiliza e a revolta, demonstrando as desigualdades vivenciadas por ela.

Entrevistada 05: Rosa tem 22 anos, reside com sua filha de dois anos em uma cidade de pequeno porte com pouco mais de 13.000 habitantes. Rosa está trabalhando apenas como diarista no momento, tendo como renda pouco mais de 200 reais por mês. Ela é atendida pela política de assistência social e também recebe auxílio de vizinhos, familiares e conhecidos. Sobre a maternidade, Rosa fala da ambivalência que o lugar reserva, destacando a necessidade de estar 24 horas por dia com a filha e a dupla e tripla jornada de trabalho. Sobre as questões pessoais e familiares, Rosa relata que parou de estudar muito cedo, mas que não tem interesse em retornar; de acordo com ela, estudar é difícil, mas que seu sonho era ter um emprego com carteira assinada. Sobre a rede de apoio, a entrevistada relata que tem ajuda de sua mãe, mas ela mora no interior do município, por isso vê a mãe apenas uma vez por mês, tendo que cuidar de sua filha sozinha o tempo todo. Rosa relata que não tem com quem deixar sua filha, que os cuidados são de responsabilidade dela, contudo, destacou que com o retorno das creches as coisas estão começando a ficar mais fáceis, pois pode deixar sua filha na instituição de educação

para procurar emprego. Sobre o pai de sua filha, Rosa contou um fato interessante, relatou que quem registrou sua filha não é o pai biológico, mas uma pessoa com quem ela possui um vínculo, ela não afirma esse vínculo como um namoro ou relacionamento, mas alguma forma de relação. Segundo ela, essa pessoa auxilia ela com algumas coisas, como fraldas e remédios. Quando ficou grávida, ela percebeu que o pai biológico da sua filha não era uma boa pessoa, era envolvida com situações ilegais, e dessa forma acabou se distanciando dele. Relata que ele a perseguia, ia em sua casa, mas depois que ela mesma ameaçou chamar a polícia isso não aconteceu mais. Rosa conta também que se relacionar afetivamente é difícil, que nem coloca no momento isso como uma opção, pois sua prioridade é sua filha e pensa que casar com alguém pode lhe trazer mais problemas do que benefícios. Apesar das dificuldades, Rosa afirma que consegue cuidar de sua filha, que há pessoas dispostas a ajudar, que ganha bastante coisa e o fato de sua filha estar na escola torna as coisas um pouco mais fáceis.

Entrevista 06: Hortência tem 42 anos, é mãe de dois meninos, um de 08 anos, que reside com ela, e outro rapaz de 24 anos, que está casado, mas que frequenta sua casa diariamente. Hortência é atendida pela política de assistência social, recebe o benefício de transferência de renda “Auxílio Brasil” no valor de 400,00 reais. No dia da entrevista, Hortência tinha iniciado como zeladora em uma lanchonete, porém, ainda estava com receio do novo emprego, não sabia se daria conta de continuar por diversos empecilhos, como o fato de ter de deixar seu filho todos os dias com sua mãe, que já é idosa, como também de ter medo de ficar sozinha na lanchonete durante o expediente de trabalho. Hortência é uma mulher religiosa, frequenta uma igreja protestante, onde recebe ajuda, como alimentos. Hortência demonstra afeto pelos seus filhos, relata que ser mãe foi um sonho, que seu primeiro filho foi planejado e que o segundo foi um “susto”. De acordo com Hortência, o pai de seus filhos é presente, auxilia com a pensão para seu filho de 08 anos, e quando as coisas apertam, compra remédio ou comida para a casa. Hortência vê o pai de seus filhos como responsável emocionalmente e financeiramente pelos mesmos. Depois da separação, Hortência dedicou-se exclusivamente aos cuidados do seu filho mais novo. Ela tem poucos laços sociais, não frequenta espaços de lazer ou socialização. Sua rede de apoio restringe-se mais à sua família, principalmente à sua mãe. Hortência demonstra um cuidado extremo com seu filho, e relata que prefere não trabalhar o dia todo, pois não confia em deixar seu filho com ninguém.

Entrevista 07: Begônia tem 26 anos, é mãe de dois meninos, um de 08 anos e outro de 06, e reside com sua mãe. Begônia não está trabalhando no momento, faz um curso de técnico em

enfermagem, a renda é proveniente do trabalho de sua mãe e também é beneficiária do programa de transferência de renda “Auxílio Brasil”. Begônia, durante a entrevista, estava bastante fechada. Relata sentir muito afeto pelos seus filhos, destacando o amor que sente por eles. Sobre as dificuldades vivenciadas nesse lugar, Begônia destaca a questão financeira; ela relata não conseguir trabalhar, pois poderia trabalhar apenas meio período, e não compensaria pagar uma babá para ficar com seus filhos. Com isso, decidiu terminar seu curso para trabalhar na área. Begônia relata não ter contato com o pai de seus filhos. De acordo com ela, a separação aconteceu quando o mais novo tinha 1 ano, e depois disso nunca mais teve contato com o mesmo, não recebe pensão dos meninos, mas também relata que decidiu não entrar na justiça, pois não quer que seus filhos tenham contato com ele. Begônia afirma não ter confiança nele e ter medo de deixar seus filhos sozinhas com ele. Begônia possui uma rede de apoio fortalecida. Sua família, como mãe, irmão e tios, é bem presente na educação e cuidado com seus filhos, o que possibilita que a mesma consiga ter momentos de lazer. Begônia relatou que atualmente está namorando, e que a relação com seus filhos não interfere em seu relacionamento.

Entrevista 08: Calêndula tem 46 anos, reside com seu filho adolescente de 17 anos e com seus sobrinhos, um de 19 anos e uma de 14 anos. Calêndula trabalha como zeladora em uma escola municipal e reside em casa própria. A entrevistada fala sobre a maternidade com muito afeto, relata que sempre teve o sonho de ser mãe, “desde menina”, durante a entrevista enfatiza que teve uma filha mais velha, mas que a mesma faleceu com três meses, descreve em vários momentos o sofrimento em relação à sua perda. Sobre seu filho adolescente, Calêndula afirma que o mesmo é um bom menino, que só lhe dá orgulho, que irá começar a fazer faculdade em outra cidade. Calêndula relata que apesar de não ter uma relação afetiva com o pai do seu filho, ele é presente, paga pensão, auxilia nos cuidados, e que tem um vínculo positivo com o menino. Calêndula contou que o pai do menino possuía outra família e que a mesma demorou muito tempo para descobrir, que ele vinha, ficava alguns dias em sua casa e ia embora, pois era caminhoneiro. Calêndula também é a responsável legal por seus dois sobrinhos. Sua irmã tem esquizofrenia, e os adolescentes acabaram vindo morar com ela. Atualmente Calêndula está em um novo relacionamento, demonstra estar feliz. Calêndula afirma que a parte mais difícil de cuidar do seu filho sozinho foi no momento em que ele era pequeno. Nesse momento ela tinha medo de perdê-lo, tinha medo de deixá-lo sozinho, relatou que agora seu filho não lhe dá motivos para se preocupar, conseguindo dedicar-se também às suas atividades e suas relações. Relata que quando ele era pequeno, sua rede de apoio era sua mãe, mas que a mesma veio a falecer, e que hoje não possui uma rede de apoio, mas que seu filho é um menino tranquilo,

porém, nos momentos em que precisa de ajuda com a educação do seu filho, Calêndula entra em contato com o pai do adolescente. Afirma que ele dá o suporte quando solicitado. Calêndula enfatiza a responsabilidade afetiva e financeira que o pai do seu filho tem com ele. Afirma que seu sonho foi ter uma família, e que isso não aconteceu como o planejado, mas mesmo assim é muito feliz por ter um filho e poder ser mãe.

Entrevista 09: Camélia tem 35 anos, é mãe de quatro filhos, a mais velha tem 18 anos, e tem mais duas, uma filha de 15 e outra de 11, e seu caçula é um menino de 08 anos. Mora em uma cidade metropolitana, de médio porte, trabalha como operadora de telemarketing e é responsável pelo cuidado de seus filhos. Camélia relatou que sua filha mais velha está em processo de sair de casa. Camélia engravidou logo na adolescência e ficou residindo com suas duas primeiras filhas na casa de seus pais. Relata que o pai das suas primeiras filhas era seu namorado, e ele ficou morando na casa da mãe dele e ela na casa da mãe dela; descreve o primeiro relacionamento como horrível, destacando ser muito dependente emocionalmente do mesmo, e ter demorado muito tempo para conseguir sair da relação. Sua terceira filha foi de um relacionamento que estava tendo na época, chegou a morar junto com o pai da criança, mas a relação não deu certo, ele tinha outros filhos, tinha problemas com álcool, e quando sua bebê estava com 08 meses engravidou de seu último filho. Camélia relatou que teve que tomar antibióticos, o que cortou o efeito do anticoncepcional e acabou engravidando. Nesse relacionamento o pai de seu filho era bem mais novo que ela, tiveram uma relação tumultuada e duradoura, ficando 6 anos entre idas e vindas. Camélia relata que hoje, com seus filhos maiores, consegue tempo para lazer, também está estudando e pretende crescer profissionalmente. Está em processo judicial constante sobre a pensão das suas filhas, pois os pais não pagam os valores de forma contínua. As crianças não possuem contato com os pais, sendo ela a única responsável pelos cuidados, destaca na entrevista dificuldade de ocupar esse lugar materno, principalmente diante do fato de ter de ser a única responsável. Camélia, em sua fala, apresenta ser uma mulher batalhadora, que corre atrás dos direitos dos seus filhos, como também dos seus próprios, mas destaca a dificuldade e os desafios da maternidade. Logo no início diz que a maternidade pra ela nunca foi como é para as outras pessoas, com fotos, quartos decorados, foi difícil.

Entrevista 10: Amarílis reside em cidade de grande porte, tem 44 anos e uma filha de 10 anos. Ela enfatiza durante sua entrevista a dificuldade em conciliar sua vida profissional com a maternidade. Quando engravidou, Amarílis estava estabelecida profissionalmente, mas não

conseguiu conciliar as duas questões durante muito tempo, pedindo a conta de seu emprego e ficando em casa durante um período para cuidar de sua filha. Amarílis foi casada por algum tempo com o pai da sua filha, porém ele não ajudava nos cuidados, recaindo todos os cuidados para ela. No momento da separação a situação não se alterou praticamente. No momento em que aconteceu a separação, o pai da sua filha saiu de casa e hoje não possui contato com a filha e também não paga pensão. Amarílis também enfatiza a dificuldade de relacionar-se amorosamente, pois sente medo de levar alguém para sua casa, para conhecer sua família.

Entrevista 11: Iris, 26 anos, é mãe de um menino de 04 anos. Reside em uma cidade de médio porte, relata que sua visão sobre a maternidade foi se construindo a partir do momento que pegou o resultado positivo, e que não se imaginava como mãe, pois a forma como levava sua vida não seria conciliável com a maternidade. Iris tem uma fonte de renda suficiente, desempenha várias funções, é artesã, bolsista e também trabalha em bares. Durante a pandemia, sua fonte de renda principal foi o artesanato, atualmente é bolsista em um projeto de extensão da universidade em que estuda. Iris é acadêmica do 4º ano de Serviço Social. Iris tem uma boa relação com o pai do seu filho. Com a guarda compartilhada, seu filho permanece uma semana com ela e uma semana com o pai. Os avós maternos e paternos também auxiliam no cuidado com seu filho. Iris reside apenas com seu filho, destaca que um dos maiores desafios está em educar, deseja realizar uma educação não violenta, sente receio diante das desigualdades e de uma sociedade sexista. Iris relata ter uma boa rede de apoio, o que possibilita realizar os cuidados com seu filho e conciliar seu papel como mãe com os outros lugares que ocupa. Iris, em sua experiência materna, relata as dificuldades de romper com ideias sobre a maternidade, e mesmo entendendo a problemática, em muitos momentos se sente culpada por não conseguir atingir esse ideal. Apresenta como exemplo o momento da amamentação. No início, quando seu filho nasceu, desejava amamentá-lo até o momento que a criança desejasse, porém, com o passar do tempo, seus desejos enquanto mulher sobressaíram-se e, com isso, desmamou seu filho, pois queria retornar a trabalhar em bares à noite, o que a impedia de continuar amamentando.

Entrevista 12: Gérbera, 36 anos, negra, reside em uma cidade de pequeno porte, é mãe de 05 crianças e possui a guarda de dois meninos, que são seus primos de segundo grau. Gérbera era casada com o pai de seus filhos, mas vivenciava uma relação conflituosa. Separou-se definitivamente durante a gestação de sua última filha, que, de acordo com ela, “ela foi um deslize, a gente já estava separado”, mas antes disso já houve período em que estiveram

separados. O pai de seus filhos ajuda financeiramente de forma esporádica, porém em vários momentos a família fica desassistida em decorrência da dificuldade financeira. Gérbera recebe o benefício de transferência de renda “Auxílio Brasil”, além de benefício eventual municipal de “Auxílio Alimento”. Gérbera mora no mesmo terreno que sua mãe e seus irmãos, com isso o cuidado com as crianças é compartilhado. No momento em que está trabalhando, seus familiares realizam o cuidado com as crianças. Gérbera é uma mãe afetiva e cuidadosa com as crianças. Não relata sobre um sonho individual, diz apenas que gostaria de ter uma vida melhor para seus filhos. Sobre as dificuldades, relata que ficou mais complicada a situação após o término, mas que também foi a melhor decisão a ser tomada. Relata ter uma boa relação hoje com o pai de seus filhos, que frequenta sua casa, possui vínculo com as crianças e ajuda quando pode; relatou que em alguns momentos, quando está sem emprego e sem renda, ele acaba dormindo algumas vezes na sua casa. Gérbera relata que não deseja se relacionar novamente, que atualmente não namora, que nos momentos de lazer sai para dançar, e que nesses momentos sua mãe fica com as crianças.

4. ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS HISTÓRIAS NARRADAS PELAS MULHERES/MÃES EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS.

Nesta seção será realizada a análise das histórias narradas, sendo estas divididas em três categorias. Para isso, serão utilizadas epistemologias interseccionais objetivando demonstrar a heterogeneidade e particularidades das famílias monoparentais femininas, observando o fenômeno da monoparentalidade de maneira ampla.

O capítulo será dividido em três partes. Iniciaremos a análise da primeira categoria, “Significação da maternidade”, e então partiremos para a segunda e terceira categorias: “Responsabilidade paterna” e “Relações sociais e afetivas”.

4.2 Significação da Maternidade

Eu acho que é pra mim é longe de ser algo romantizado, algo bastante difícil, é um desafio muito grande e muito exaustivo, é incrível algumas coisas no dia a dia, é um misto assim, né, uma montanha-russa, ao mesmo tempo que tem, tem momentos incríveis, tem momentos que você se arrepende até o último de ser mãe. Mas pra mim isso é um desafio muito grande, é cansativo, e é uma responsabilidade muito grande, você está formando, auxiliando formar outro ser, outro ser humano” (Azaleia, 2021)

“Ah, ser mãe é bão, né, tem os dias que é bão, tem os dias, tipo, estressante, né, porque daí é praticamente só a gente, 24h com a criança, daí tem dias que a gente tá com a cabeça bem cansada, sabe, porque é a gente pra tudo, é a gente pra limpar a casa, pra arrumar as coisa, pra arrumar a bagunça deles, tem dias que é cansativo o tar de ser mãe” (Rosa, 2021)

Nesses dois relatos, temos duas mães que ocupam diferentes lugares, pertencendo a diferentes classes sociais e de diferentes raças, mas que, apesar de suas diferenças, suas percepções sobre maternidade assemelham-se, elas não vivenciam da mesma forma, mas vivenciam essas dificuldades em suas subjetividades.

A maternidade é uma discussão que vem sendo realizada em diversos espaços, historicamente esse papel de mãe foi desenhado e moldado para ser desempenhado pela mulher, um indivíduo que não precisaria estar atento às relações sociais, à política, ao trabalho remunerado, às guerras, ao desenvolvimento global, enfim, as relações que ocorrem nos espaços públicos, sendo sua função restrita ao espaço privado e ao cuidado com os filhos.

Badinter (1985), em sua pesquisa sobre a construção histórica da maternidade, afirma que com o decorrer do tempo construiu-se historicamente a ideia de que os cuidados de uma

mãe são insubstituíveis para a vida do bebê. Com isso a mulher passa a desempenhar antes de tudo o papel de mãe, que trará consigo responsabilidades cada vez maiores.

A construção histórica da maternidade e o lugar ocupado pelas mulheres nessa função é enfatizado diversas vezes durante as histórias narradas pelas participantes desta pesquisa. Jasmim, 36 anos, branca, mãe de um menino de cinco anos, classe média, relata sua percepção sobre maternidade: *“É quase impossível você ser mulher e ser mãe individualmente, você tem que ser mãe e o resto que dá pra fazer ao mesmo tempo, porque separar não dá”*.

A definição apresentada por Jasmim vai de encontro com o título dessa pesquisa, em que “mulher/mãe” encontram-se separadas por uma barra, isso se dá em decorrência da dificuldade de separar esses dois lugares, sendo a maternidade construída para sobressair-se ao lugar de mulher, ou seja, com a exclusividade dos cuidados dos filhos destinados apenas às mulheres elas passam a vivenciar, antes de tudo, o lugar materno.

Laqueur (1994), em seu livro “A Invenção do Sexo”, apresenta contribuições importantes sobre a distinção dos sexos e a definição da maternidade como determinação biológica da mulher.

No início de seu livro, Laqueur (1994) constata que durante o século XVIII era estabelecido que para que a mulher pudesse engravidar era necessário que ela chegasse ao orgasmo, sem o orgasmo a gravidez não se concretizaria, mas tal argumentação foi sendo rebatida demonstrando que “a mulher não só não precisava sentir prazer para conceber, como não precisava nem ao menos estar consciente” (LAQUEUR, 1994, p. 15). Próximo ao final do Iluminismo deixa-se de considerar o orgasmo feminino como relevante para a gestação.

Colocar em xeque a sexualidade da mulher e defini-la como frígida é um debate que veio para demonstrar que sempre que necessário as classes dominantes (homens) irão redefinir, debater, negar ou desqualificar a sexualidade feminina (LAQUEUR, 1994).

Durante as entrevistas, as mulheres relatam as dificuldades em se relacionar e os preconceitos vivenciados por serem mães solo, limitando, com isso, o exercício de sua sexualidade. Jasmim relata sua experiência sobre os relacionamentos: *“Existem (homens) que não querem mulheres que têm filhos, existem muitos, existem aqueles que querem que você tenha disponibilidade para eles”*.

A vivência narrada por Jasmim é presente também em outras entrevistas. Rosa, negra, mãe de uma menina de 3 anos, reside em uma cidade de pequeno porte e relata as dificuldades em se relacionar: *“É difícil, as minhas amigas que tinham criança já falavam, Rosa, você vai ver um dia, não é fácil e não é fácil mesmo”*. Os relatos das entrevistadas corroboram com a

citação de Laqueur, em que a sexualidade das mulheres e suas experiências são definidas pelos homens.

Além disso, cabe salientar, sobre quando e como a diferença biológica é trazida pela ciência e pela política da época, durante muitos anos acreditou-se que a mulher teria a mesma genitália que o homem, a diferença era a de que a das mulheres não havia saído para fora. Galeno, no século II d.C., afirma que “mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resulta na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis” (LAQUEUR, 1994, p. 16).

É apenas no século XVIII que esta concepção sobre o ser humano se altera. Sendo assim, deixa-se de lado a classificação homem e mulher, que vinha de uma perfeição metafísica, conforme seu calor vital, e entra em campo um dimorfismo radical de diferenças biológicas. Nesse momento também alguns médicos começam a estudar como se dá o processo de reprodução na mulher. Essas diferenças biológicas foram um ponto importante para a sociedade validar as desigualdades de gênero (LAQUEUR, 1994).

Segundo Laqueur (1994), a mudança do modelo de sexo único para dois sexos se tornou relevante para ser estudado quando politicamente seria interessante para a sociedade que existisse uma diferença biológica entre homem e mulher, confirmando uma hierarquia sexual. Foi com a instalação desse mundo de dois sexos que a sociedade dominante eliminou o gênero, entendendo as diferenças sociais e culturais como diferenças biológicas (LAQUEUR, 1994).

Podemos perceber que a história trabalhou para racionalizar e legitimar as distinções não só entre os sexos, mas também de classe e raça, com desvantagem para os destituídos de poder. A mulher passou a ser definida em razão de seu útero. Essa discussão desenvolvida por Laqueur traz a reflexão de como o papel da mulher enquanto mãe foi pensado e planejado pelos homens dominantes, distanciando a mulher de um papel ativo na sociedade e destinando a ela a responsabilidade pela criação e desenvolvimento das crianças.

Zanello (2018) vem corroborar as afirmações de Laqueur, a partir do século XVIII: a maternidade, na sociedade ocidental, começa a ser vista como o único destino possível para as mulheres e, com esse destino, engendra-se também a ideia do amor materno, um amor instintivo e espontâneo.

Nas histórias narradas pelas participantes desta pesquisa, encontra-se presente a construção da destinação biológica da maternidade, sendo ela ainda muito presente em nossa sociedade. Margarida, branca, mãe de um adolescente, que vive em cidade de pequeno porte e trabalha como enfermeira, e Hortência, negra, mãe de dois meninos, um adulto e uma criança,

mora em cidade de médio porte e trabalha como vendedora, descrevem a maternidade segundo a construção do instinto materno, pautada nos estereótipos de gênero.

“Além de ser algo prazeroso, ser algo que eu desejei um dia acontecer, né, é uma responsabilidade muito grande como pessoa, e eu acho que a questão também de realização como mulher, eu acredito para mim, faz parte, não que ele esteja no ideal, mas para mim é algo que me faz ser importante” (Margarida, grifo nosso)

“pra mim ser mãe eu me sinto muito feliz, sabe, e é uma coisa que sempre eu quis, que quando eu era casada, né, e até meu marido saiu pra trabalhá muito de madrugada, e ele e eu passava o tempo inteiro sozinha e daí eu falei pra ele assim, eu tomava remédio, né, pra não engravidar, aí nós decidimos assim, planejemo, né, falamo, não, então vamo pará co remédio porque eu preciso duma companhia pra mim” (Hortência)

Os estereótipos de gênero e a destinação das mulheres à maternidade encontram-se presentes nas narrativas. Hortência evidencia ainda mais essa construção, primeiramente em seu desejo intrínseco de ser mãe, como também na separação dos papéis segundo as esferas pública e privada. Hortência teria por função engravidar, ficar em casa e zelar pelo seu filho, enquanto seu marido sairia para prover a família, ou seja, além da maternidade, o papel de “dona de casa”, tem suas raízes na idealização do papel materno. Os cuidados com uma criança começam a depender também da boa organização do lar, destacando o tempo dedicado à limpeza e à alimentação de todos os membros da casa. Mais uma vez vemos a dicotomia do público e privado fazendo-se presente.

Nas entrevistas realizadas, a idealização da maternidade encontra-se presente. Nas mulheres de classes sociais mais altas e maior escolarização, percebe-se uma compreensão mais ampla sobre a imposição da maternidade para as mulheres. Enquanto para as mulheres de classe média baixa, nota-se o não questionamento desse lugar, sendo o único destino possível.

Iris, branca, 26 anos, mãe de um menino de quatro anos, acadêmica de Serviço Social, afirma que a maternidade é uma construção diária, e não um sentimento inato:

é difícil falar sobre esse tema, também não acredito que o ser mãe começa aparecer na gestação e tudo mais, acredito que é algo muito subjetivo, um sentimento de cada mulher. E eu acredito que essa maternidade é algo que se constrói no dia a dia, sabe, então eu estou me descobrindo como mãe, desde o momento em que eu soube que ele estava aqui, e que vai se transformando a casa dia (Iris, 2022)

Enquanto Calêndula, 46 anos, branca, mãe de um adolescente, vive em uma cidade de pequeno porte, possui ensino fundamental, coloca que a maternidade é o único destino possível: *Ai, Jéssica, ser mãe é o sonho da gente, ser mãe, né, desde menina a gente tem aquela vontade de ser mãe (Calêndula).*

Dessa forma, apesar das mudanças no papel desempenhado pelas mulheres, e um tímido movimento de divisão dos cuidados parentais, ainda existe o pensamento, tanto dos homens como das mulheres, de que cuidar da casa e dos filhos é dever delas e que a parte financeira é de responsabilidade do homem, ou seja, segue a forma de pensamento de que a melhor pessoa para cuidar dos filhos é a própria mãe (Rocha-Coutinho, 2005).

Conforme Laqueur (1994), Mattar e Diniz (2002), a maternidade, que pode ser considerada compulsória, visto que aprisiona as mulheres em seus próprios corpos, é regulada por diferentes instituições sociais como o Estado, a sociedade, a igreja e a ciência. Sendo assim, as mulheres ficaram aprisionadas ao papel materno durante vários séculos e ainda hoje tal experiência acaba sendo vivenciada como uma “identidade forçada”, um ideal, um lugar, um papel que deve ser experimentado por todas as mulheres. E caso essa mulher negue esse lugar é vista com receio, pois se nega a exercer um papel que é esperado de todas as mulheres.

Os relatos de Camélia (2022) e Margarida (2021) demonstram como a maternidade pode ser entendida como compulsória, sendo destinado às mulheres a responsabilidade sobre ela:

“E esse meu filho que eu tive por último, eu me relacionei com um, com ele, quando a minha terceira filha tinha 08 meses, por aí, foi uma relação bem estranha, ele é bem mais jovem que eu, na época a gente só ficava e tals, depois de um tempo eu engravidei, tive um problema lá, renal, eeee, acabou o efeito do anticoncepcional e acabei engravidando” (Camélia, 2022).

“A mãe tem uma cobrança muito maior, pra que a mãe faça o papel, ué, tem a mãe, como que não vai fazer, agora pro pai ok, tudo bem, né, então isso voltou bastante assim pra mim essa” (Margarida, 2021)

Além disso, Camélia, que é mãe de quatro filhos, descreve em sua entrevista a dificuldade em ocupar o lugar materno, porém, o descreve como a única possibilidade para sua vida.

“Então, pra mim sempre foi difícil a maternidade, nunca foi fácil, nunca teve aquela coisa, ai que felicidade, eu estou grávida, eeee, e coisas assim, que hoje em dia eu vejo, pessoas tirando foto, fazendo book, eu nunca tive isso. Não por estar grávida, mas pela decorrência, pelo fato, pelas coisas que aconteceram, então eu nunca tive assim, ai que legal, estou grávida, foi ruim” (Camélia, 2022).

O relato é acompanhado por outro, de Camélia (2022), sobre sua dificuldade de identificação com o papel materno. A historiadora Badinter apresenta uma reflexão importante sobre o ideal materno.

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode "maternar" uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus "deveres maternos". A moral, os valores sociais, ou religiosos,

podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe (BADINTER, 1985, p. 16).

Os relatos podem ser aproximados às observações tecidas por Elisabeth Badinter, quando trabalhou com a multiplicidade dos papéis de mães. Orquídea, 36 anos, negra, deficiente, mãe de duas meninas, narra a impossibilidade de dedicar-se a si mesma:

“Olha, eu vou falar bem a verdade, cuidar de mim, cuidar, cuidar, não tenho tempo, porque a minha menina, ela, ela exige bastante de mim, apesar dela ser bem independente e tudo, mas ela exige bastante (só um minutinho, pega, filha, pega, já pedi para vocês, respeito aí). Então, assim, é médico praticamente a semana inteira com ela, então, assim, se eu for parar assim, hoje eu vou fazer uma hidratação no cabelo, eu tenho que pensar, mas eu tenho que, será que eu vou ter tempo, será que vai ter água, fazer uma sobrancelha, ir no cabeleireiro, enfim, coisas assim, ultimamente não tenho tido tempo para nada” (Orquídea, 2021)

Azaleia, branca, mãe de um menino de 04 anos, assistente social, também relata não conseguir vivenciar momentos em que separa-se do lugar materno:

“Algo bastante difícil de perceber, talvez se tivesse minha família aqui por perto, uma rede de apoio, eu acabava pensando mais isso, por eu estar sempre só eu e ele, só eu e ele, não tem muita gente com quem contar, a babá é durante o dia, então não consigo nem ter muito planos” (Azaleia, 2021)

As duas histórias são novamente de diferentes mulheres, no entanto, os estereótipos de gênero acabam as atravessando, podendo elas sentir essas vivências de forma e intensidade distintas, mas ainda experimentado pelas duas.

A fim de que as mulheres conseguissem transpor esse lugar materno, alguns movimentos fizeram-se necessários, por exemplo, os movimentos feministas. Uma das primeiras autoras feministas a apresentar essa necessidade foi Betty Friedman, ela mesma defende a necessidade de homens e mulheres partilharem os cuidados com os filhos, exercendo essa função de maneira igualitária (MATTAR E DINIZ, 2002).

Partindo desse lugar de igualdade entre os sexos e da necessidade de que o cuidado e a reprodução sejam pensados enquanto função de dois sujeitos responsáveis pela criança, inicia-se um movimento internacional de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, destacando os direitos reprodutivos (MATTAR; DINIZ, 2002).

A fim de que as mulheres pudessem ter o mínimo de direito sobre seus próprios corpos, diversas convenções internacionais ocorreram. A primeira menção oficial foi realizada durante a “I Conferência Internacional dos Direitos Humanos”, em 1968. Entretanto, é apenas em 1994, no programa de ação de Cairo, que os direitos reprodutivos são declarados.

[...] se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos. (ONU, 1994: parágrafo 7.3 *apud* Mattar e Diniz, 2002, p. 110).

Como destacado pela autora, a declaração dos direitos reprodutivos das mulheres ainda não trata da discussão de gênero, direcionando o cuidado novamente para as mulheres.

Hoje, a agenda feminista torna-se cada vez mais ativa diante das desigualdades de gênero, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos; ainda assim, um número elevado de mulheres não possui meios de exercer sua autonomia reprodutiva, fato que se dá diante da falta de políticas públicas específicas, planejamento familiar, além das leis proibitivas do aborto. Evidencia-se, assim, que ainda hoje os corpos das mulheres são regulados pelo Estado e principalmente pela Igreja (MATTAR; DINIZ, 2002).

A autora destaca: “Em nosso entender, faz-se necessário criar condições para que a maternidade seja exercida em um contexto de direitos humanos, isto é, para que ela seja voluntária, segura, socialmente amparada e prazerosa, promovendo assim a igualdade de gênero” (MATTAR; DINIZ, 2002, p. 111). Além disso, é fundamental que a maternidade seja vista enquanto uma pauta social, gerida não como responsabilidade individual da mulher, mas de toda uma sociedade:

Esse suporte social faz-se ainda mais importante diante da relação existente entre maternidade e empobrecimento, uma vez que as mulheres desamparadas – seja pela ausência de sua própria família, parceiro (pai da criança) ou políticas públicas do Estado – têm limitada a sua capacidade de trabalhar e gerar renda fora de casa, bem como dentro de casa, tendo em vista que o trabalho doméstico não é nem reconhecido como trabalho, nem remunerado. Neste sentido, pode-se dizer que, na ausência de um suporte social, entre outras consequências, exerce-se, contra a mulher, uma violência de ordem patrimonial que a priva de conseguir suprir suas necessidades básicas e as de seus filhos. (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 112).

Seguindo pelo entendimento das autoras, a maternidade é também ancorada em uma sociedade que legitima algumas maternidades e discrimina outras segundo pirâmides de hierarquias reprodutivas. A maternidade, enquanto um fenômeno social, é marcada pelas desigualdades sociais, raciais e de gênero. Isso pode ser reafirmado pela narrativa de Orquídea.

“Aaa, ser mãe é complicado (se emociona, silêncio), é bem complicado, no meu caso ainda, negra e deficiente, tenho uma filha que também é deficiente, ela é deficiente intelectual, e a sociedade assim, não acolhe muito a gente, não tem um acolhimento da sociedade, é muito complicado, e as pessoas que ajudam, elas ajudam, mas elas

não são obrigada, teria que ser um apoio do pai, mas o pai simplesmente não faz nada” (Orquídea, 2021)

A história narrada por Orquídea retrata as desigualdades e sofrimentos sofridos, demonstrando como as relações de poder atravessam as diferentes intersecções.

As mulheres de classe média são colocadas em um lugar de mãe perfeita e dona de casa dedicada, enquanto as mulheres pobres e negras são colocadas em um lugar de subalternidade, exercendo seus trabalhos na casa de “brancos”, no cuidado com os filhos dos “brancos”, devendo retornar ao seu lar e dedicar-se ao cuidado de seus filhos e de seu companheiro, caso o tenha, sendo, ainda, demandado o exercício do papel de mãe dedicada pelo Estado. (ZANELLO, 2018).

Ou seja, o dispositivo materno pode ser explorado de formas diferenciadas (e com intensidades diversas), recaindo sobre as mulheres negras e nordestinas seu maior peso: cuidam sem reciprocidade, sem receberem cuidados e, sobretudo, trabalham no cuidado de outros que podem lhe pagar pelo serviço, sem poderem muitas vezes, cuidarem de si mesmas e de sua própria família. (ZANELLO, 2018, p. 162).

Sendo assim, o ideal de uma maternidade aceitável, que está no topo da pirâmide hierárquica reprodutiva, é pautado em uma mulher casada que exerça os cuidados com a criança e com o suporte financeiro do pai do seu filho, ou seja, o modelo padrão da maternidade ideal é um “casal heterossexual monogâmico branco, adulto, casado e saudável, que conta com recursos financeiros e culturais suficientes para criar ‘bem’ seus filhos” (MATTAR; DINIZ, 2002, p. 114).

Enquanto que na base da pirâmide hierárquica reprodutiva estão as mulheres que contemplam mais itens “negativos” no exercício da maternidade, como as questões de raça, classe, geração/idade e parceria sexual, essas são consideradas ilegítimas, subalternas ou marginais, isto é, uma mulher negra, pobre, que cuida de seus filhos sozinha vivencia uma maternidade menos aceita pela sociedade, estando na base da pirâmide reprodutiva (MATTAR; DINIZ, 2002).

Esse preconceito é presente em diversas entrevistas, porém, intensifica-se ainda mais conforme as intersecções raciais e de classe. Durante a entrevista, foi questionado se as entrevistadas sentiam preconceitos em relação ao exercício da maternidade. Camélia e Rosa relatam os preconceitos sofridos em seu cotidiano.

Ah, existe, existe bastante, esse preconceito é bem grande. [...] é presente, as pessoas têm um olhar diferente, mas não é pro bem, é muito julgamento (emocionada). (Camélia, 2022).

Eu percebi que já, eu percebi que já e principalmente quando a criança é assim pequena, é não tem sabe, é muito mais complicado. (Rosa, 2021)

As novas epistemologias do conhecimento nos dão base para pensar as mulheres mães em famílias monoparentais, rompendo com uma visão eurocêntrica de suas vivências e particularidades.

Destacamos, nesse momento, a significação da maternidade. Em suas narrativas, as “mulheres/mães” descreveram a maternidade sem enfatizar a monoparentalidade, expondo que, antes de tudo, as mulheres se colocam no lugar de mãe, independentemente da composição familiar. Além disso, quando questionadas sobre sua entrada na monoparentalidade, as mulheres descrevem esse momento de maneira simples e direta, afirmando que sua única opção seria assumir e seguir com a maternidade independente do lugar paterno.

pensando na paternidade eu sempre sozinha, né, pensando nesse sentido desde sempre (Margarida, 2021).

foi, deixa eu ver, quando o segundo filho fez 1 ano, ele fez um aninho a gente se separou que não deu certo, cada um seguiu sua vida, ele meio que sumiu assim, sabe, não tenho mais contato com ele (Begônia, 2022).

Eu acho que eu entrei na monoparentalidade quando eu engravidei, quando o pai dele não era nada meu, então assim quando fiz o exame e descobri que eu estava grávida, eu não tava namorando, eu convivia com ele, a gente ainda tinha uma dinâmica junto assim, fazia pouco tempo que a gente tava junto, mas eu já me senti sozinha ali, entende (Jasmim, 2021).

*e da mais nova eu tive um relacionamento com ele um tempo, porém ele não aceitava a gravidez, daí eu saí, fiz como eu fiz da outra menina, **vim cuidar dela sozinha e como eu cuido até hoje** (Orquídea, 2021).*

Então foi, desde a concepção, eu tava, tive um relacionamento curto, cerca de um mês mais ou menos e eu descobri que estava grávida. Mas ele queria ficar comigo, ele propôs da gente casar, eu achei muito prematuro, não gostaria, e aii, tinha outras questões, eu não quis ficar com ele, eu gostava ainda do meu ex, eu peguei uma aversão muito grande por ele, e ele não conseguiu dar conta disso, ele não conseguiu me dar e entender que talvez pós-gravidez isso mudasse, ele se afastou, então ele não teve relação nem enquanto esse, de casal, nem relação mais entre mãe e pai, do F., a partir do 4º, 5º mês, a gente não teve mais contato, foram contatos eventuais por telefone e depois disso não teve mais (Azaleia, 2021).

Na fala das entrevistadas, nota-se que, independentemente do lugar paterno, precisavam seguir em frente e assumir a maternidade sem titubear, sem questionar, apenas seguir, como afirmado por Orquídea (2021): “*Vim cuidar dela sozinha e como eu cuido até hoje*”.

Com essa análise, destaca-se que ocupar o lugar materno em uma família monoparental apresenta diversas dificuldades, que são atravessadas de diferentes formas, de acordo com as

intersecções de poder. Essas dificuldades são, citadas por elas, no cansaço físico, na dificuldade financeira, no preconceito sofrido, na falta de apoio, na exaustão, na falta de tempo, dentre tantas outras singularidades que se apresentam a cada uma e a todas, que seria impossível listar.

A vivência da maternidade é experimentada pelas mulheres entrevistadas com diferentes sentimentos, em todas as narrativas nota-se a ambivalência em ocupar esse lugar. Em vários momentos houve silêncios, lágrimas, risos e suspiros, demonstrando que a maternidade não é algo fechado e linear, mas sim um lugar que promove sentimentos de satisfação e bem-estar, como também de exaustão e desespero.

Como a descrição realizada por Jasmim (2021),

é muito diferente de algo que eu já tinha sentido, então essa sensação de felicidade, de amor mesmo, que, que não é constante, mas que são momentos, mas esses momentos que são únicos assim.

4.3 Responsabilidade Paterna

Essa pesquisa preocupou-se durante todo o processo em ouvir as histórias de diferentes mulheres, que fazem parte de diferentes processos sociais, e, ao ouvi-las, a questão sobre a responsabilidade ou não responsabilidade paterna se fez presente. Com isso, nessa categoria, pretendemos, com base em suas falas, discutir o lugar paterno.

Justificando também que ao nos propormos a realizar uma pesquisa que destaque as relações de gênero, reafirma-se novamente que gênero não se restringe apenas ao estudo das mulheres, mas como as masculinidades têm sido construídas em nossa sociedade.

Nas entrevistas realizadas, uma das questões abordava a respeito da responsabilidade afetiva e financeira exercida pelo pai de seus filhos, a maioria das respostas descreve um pai totalmente ausente ou, então, pouco presente. Em apenas três entrevistas há o relato do exercício da paternidade de forma responsável.

Corroborando com nossa pesquisa, Bergmann e Eizirik (2004) afirmam que, diante das mudanças na sociedade e as novas configurações familiares, nota-se um aumento na ausência paterna e, com isso, a necessidade de compreender os atravessamentos desse fenômeno.

Lyra e Medroso (2000) realizam um trabalho que busca responder sobre a ausência paterna, utilizando como base os dados demográficos. Os autores destacam que a desigualdade de gênero e a construção social dos papéis femininos e masculinos têm distanciado o homem de seu lugar paterno. Os dados sociodemográficos trazem uma invisibilidade dos homens no

exercício da paternidade, excluindo os pais dos bancos de dados e, com isso, sendo mais um legitimador da ausência paterna.

Claudia Fonseca (200, p. 17) pontua que:

[...] o homem sente uma forte dose de ambivalência quanto ao seu lugar na família que pretende constituir. Muitos, sem emprego fixo e sem dinheiro para cumprir seu papel de provedor, não conseguem realizar a contento o modelo de pai/marido 'antigo'. Outros, mesmo tendo renda suficiente para cumprir com o dever financeiro, não sabem lidar com os modelos 'novos' de comportamento – do casal igualitário e da mulher independente. A ambivalência que o homem sente em relação à paternidade faria parte de um quadro geral da chamada 'crise de masculinidade'.

Com base nas histórias narradas pelas mulheres/mães participantes desta pesquisa, dividimos os pais de seus filhos em três categorias, quais sejam: nenhuma responsabilidade afetiva e financeira; pouca responsabilidade afetiva e financeira; e responsável afetivamente e financeiramente. Segue abaixo o gráfico segundo o relato das entrevistadas.

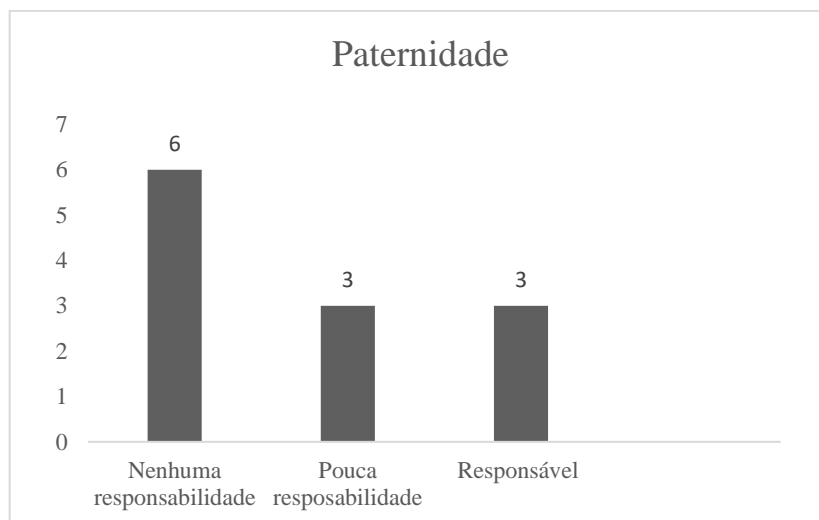


Figura 7 - Dados sobre a responsabilidade paterna afetiva e financeira, segundo as participantes da pesquisa. Fonte: A autora.

De acordo com os relatos das participantes, descreveu-se como nenhuma responsabilidade afetiva e financeira uma ausência total da participação da vida dos filhos, como, por exemplo, o não registro de nascimento, o não pagamento de pensão e nenhuma forma de contato. Margarida (2021) descreve que o pai do seu filho não tem nenhum vínculo afetivo com o menino:

Hoje não tem nenhuma participação dele, não tem nada, absolutamente nada, nem afetiva nem financeira, nem nada. [...] ele registrou, mas foi barra para registrar, ele

não queria, ele se negou a registrar, a partir do momento que eu queria colocar o meu sobrenome, sabe, e ele não aceitava colocar meu sobrenome, ele falou que só registrava se fosse só o sobrenome dele, e aí ficou só o sobrenome dele (emocionada), porque na época para mim, vamos dizer assim, ser mãe solteira seria algo ruim né, mas eu já sou, não mudou em nada né, mas pra mim na época, eu achei que isso era importante para ele, pra mim, então eu resolvi aceitar, mas se eu souber hoje, eu com certeza teria aceitado, de primeira, falava: Nossa, joia, só o meu mesmo! (Margarida, 2021).

Sobre os dados, referentes à pouca responsabilidade afetiva e financeira, refere-se à situação em que o pai encontra esporadicamente seu filho, como também realiza o pagamento de pensão de forma descontinuada. A situação é vivenciada, também, por Camélia (2022):

O pai das minhas mais velhas agora se tornou presente, assim, ele conversa mais com elas, vê elas mais, até porque como elas estão grandes, elas vão, elas vão e procuram ele, se elas quiserem ver ele, elas vão até ele, mas quando elas eram pequeninhas não tinham não, era uma luta pra ele poder ficar com elas pra mim, era bem difícil.

Responsabilidade afetiva e financeira é entendida como o contato diário com os filhos, presencialmente ou via meios de comunicação, além da divisão das responsabilidades, financeiras e de cuidado. Essa descrição é presente na narrativa de Iris (2022), ao descrever a existência de uma paternidade responsável:

Eu ter um filho, e o meu filho conhecer o pai dele, então o pai dele vai ser pai, porque o meu pai não foi, porque eu não queria ter essa certa ausência, sabe, eu preferia criar sozinha do que meu filho ter um pai, saber que ele está ali, querendo ele, mas o pai não ter essa responsabilidade afetiva. Então o D. sempre foi extremamente responsável afetivamente, financeiramente, nas questões dos cuidados, tanto com o G. quanto comigo, e continua sendo, então eu considero isso perfeito para criação e formação do G.. (Iris, 2022).

Contrapondo-se à centralidade destinada à paternidade, as participantes da pesquisa descrevem o lugar paterno com sentimentos de abandono e ausências, elas expressam a dificuldade de serem as únicas responsáveis pelos filhos, situação presente no relato de Camélia (2022):

Ele nunca ajudou nem em casa, nem financeira, porque a gente nunca chegou a morar junto, ele sempre enrolava, falava que a gente ia morar junto, enfim, também a mãe dele nunca quis que a gente se casasse, eu não tive essa parte com ele, de morar junto, de cuidar junto, não, ele nunca teve esse tipo de presença, a gente namorava, eu tive o filho, ele ia visitar, e ficava lá meia hora, uma hora, e ia embora fazer a coisa dele, da vida dele.

O relato de Camélia (2022) demonstra como aos homens é legitimada a ausência e o abandono, enfatizando o fato do homem poder “fazer as coisas dele”, separando-se do lugar paterno.

Os papéis ocupados por homens e mulheres segundo os estereótipos de gênero vêm sofrendo mudanças em nossa sociedade, ocasionando em novas configurações familiares, aumento das famílias chefiadas por mulheres e os novos significados destinados ao lugar paterno. Porém, apesar das mudanças nas configurações familiares, ainda prevalece a dicotomia imposta historicamente, destacando a naturalização da função materna, sendo as mulheres consideradas as mais competentes para exercerem esse papel e a ideia de que o homem deve prover materialmente a família (CÚNICO & ARPINI, 2016). Segundo Cúnico e Arpini (2016), essa naturalização torna-se evidente na separação conjugal, pois o homem afasta-se do convívio com os filhos e restringe-se apenas ao pagamento de pensões.

Na fala de Calêndula (2022), mãe de um adolescente, a naturalização dessa percepção do pai-provedor se apresenta da seguinte forma:

Se não fosse ele me ajudar, como ele me ajudou, não está assim 24 horas, como muitos pais estão, se não fosse ele me ajudar, eu já tinha, tinha ido pro interior, alguma coisa assim, porque eu não ia conseguir viver na cidade com o piá, ele sempre pagou aluguel pra mim aqui, agora, agora não, já faz o que, mais de 10 anos que ele comprou aqui pra nós, então ele me ajudou bastante, eu não posso falar dele. (Calêndula, 2022).

Na narrativa de Calêndula (2022) está presente a naturalização do papel do homem enquanto provedor, tendo ela que ficar satisfeita por ele ser responsável financeiramente. Outro exemplo refere-se às famílias das camadas populares. Quando o homem não possui condição de arcar financeiramente com as despesas familiares, afasta-se do convívio, muitas vezes negando tal paternidade (FONSECA, 2004). Essa situação é visualizada no relato de Orquídea (2021). De acordo com ela, os pais de suas filhas não auxiliam nas despesas, relatando não ter condições para isso, como também eximem-se dos cuidados:

Eu estou desde 2019, tanto o pai de uma como o pai da outra na justiça e nada se desenrola aí, o que que eles falam mais, se você me colocar na justiça, você nunca mais vai ver um centavo meu, tipo, já faz dois anos que o cara não paga nada e não tá nem aí, se a filha dele tem o que comer, se a filha aquele tem que vestir. (Orquídea, 2021).

Enquanto que ao homem é destinado o lugar de provedor, suprimindo as necessidades financeiras da família, as mulheres eram e ainda são destinadas ao lugar de cuidado. Com isso, os homens são distanciados de exercerem outras funções além das financeiras. De acordo com

as teorias feministas e de gênero, a elaboração do conceito de cuidado vem sendo desenvolvido com base na construção do papel destinado às mulheres. Desde muito cedo elas são ensinadas a exercer tais funções.

Seguindo por uma análise de gênero, dos homens é esperada a repressão dos sentimentos, negando-se as possibilidades de cuidado, empatia e compaixão, necessitando seguir pelo modelo hegemônico de masculinidade: branco, heterossexual, ativo, rude, agressivo e dominante (LYRA; MEDROSO, 2000).

Inicialmente, nas sociedades primitivas não havia a dicotomia homens e mulheres, como também a relação de superioridade e poder. Porém, com a necessidade da caça, das técnicas de fundição e do início das cidades, o poder masculino começa a ser valorizado e o homem é colocado no espaço central da sociedade (LYRA et al., 2018).

Como já discutido nos capítulos anteriores desta pesquisa, com a descoberta da paternidade as sociedades passam de configurações matrilineares para as instituições familiares monogâmicas e patriarcais, e os homens passam a controlar a sexualidade feminina, sendo a fidelidade uma exigência social. Além disso, inicia-se a construção histórica da maternidade e infância como conhecemos hoje.

A noção de cuidado direcionada às mulheres é presente nas narrativas das entrevistadas, como na fala de Begônia (2022), que considera que o pai não seria uma pessoa adequada para realizar os cuidados com seus filhos:

Eu até cheguei a ir na Unicentro pra procurar advogado pra pedir pensão, mas daí eu pensei melhor e acabei desistindo, né, por ele ter direito de levar os piá pra ficar com ele e esse foi meu medo de tirar eles pra viajar, ter direito a conviver, eu não confio assim, a gente não sabe se vai cuidar mesmo, né. (Begônia, 2022).

Outra narrativa é a constatação de Orquídea, que expõe como as mulheres são julgadas socialmente quando destinam o cuidado de seus filhos a outras pessoas, ou mesmo ao pai: “*Se uma mãe abre a boca para dizer ‘aí, eu vou deixar o filho com o pai’, ela extremamente julgada, agora se um pai simplesmente abandona, ninguém fala nada*”. (Orquídea, 2021).

As narrativas das entrevistadas demonstram como as construções históricas sobre as diferenças de gênero ainda encontram base sólida em nossa sociedade, responsabilizando as mulheres pelos filhos e isentando os homens de ocupar um lugar de cuidado e pai responsável.

De acordo com Erik Erickso, Maria Malta Campos e Jurasá Viera Gomes, as práticas de cuidado devem ser compreendidas diante de diferentes contextos sociais, presentes em diferentes grupos sociais. Entretanto, ainda hoje reforça-se a ideia de que o cuidado é uma

função majoritariamente feminina, sendo constituída desde a infância. Um exemplo são os brinquedos infantis, como bonecas, casinhas e cozinhas para as meninas, enquanto para os meninos as brincadeiras são externas e exigem esforço e força:

“Dessa forma, quando nasce um bebê, e com consequência, surge um pai, a este último é passada a ideia de que um homem não é capaz de exercer de modo competente as tarefas de cuidado que um bebê requer. Mesmo para aqueles que, felizmente, conseguem ir contra esses modelos que a sociedade tenta impor, ainda resta um “ensinamento”: ainda que exerçam o cuidado, nunca conseguirão ser tão bons quanto as mães, afinal, a sociedade sustenta o senso comum de que as mulheres possuem um “instinto materno” a seu favor.” (LYRA et al., 2018, p. 102).

Contraopondo-se às imposições sociais, a autora Marília Pinto de Carvalho (1999) apresenta uma crítica à naturalização do cuidado; de acordo com ela, é necessário ampliar o conceito e inserir o masculino nos espaços de cuidado: “Abrangemos o aspecto relacional com o mundo para além do aspecto relacional entre homens e mulheres; mantemos relação de cuidado diariamente com objetivos, plantas, animais e pessoas” (LYRA et al., 2018, p. 102). As relações de cuidado encontram-se presentes em diversas situações, como na execução de trabalhos, prestação de serviços e sentimentos, ou seja, o conceito de cuidado necessita se descolar do que se construiu por ser mulher.

Dessa forma, as novas discussões baseadas na perspectiva de gênero, como também as teorias feministas, têm possibilitado movimentos que estão rompendo com os padrões postos, possibilitando uma quebra na dicotomia mulher-cuidado e homem-provedor-líder; com isso, abre-se espaços para que o cuidado comece a fazer parte da vivência do homem (LYRA et al., 2018).

Isso pode ser identificado na fala de Iris (2022) sobre a divisão dos cuidados:

Tem muita gente assim que fala, no início, quando eu separei dele, eu falei, não, o G. vai ficar meia semana com o pai, meia semana comigo, como que você consegue deixá teu filho com o pai dele tanto tempo, será que o pai dele vai cuidar dele mesmo, como que você uma coisa de outro mundo o pai dele estar fazendo isso. Como se a gente nascesse assim, com um dom supremo pra cuidar de uma criança, e homem não. (Iris, 2022).

A divisão dos cuidados em relação aos filhos é um movimento contemporâneo, sendo o homem nesse movimento denominado “novo pai”, porém, é processo que ainda avança timidamente. Os dados levantados na pesquisa demonstram que majoritariamente os pais eximem-se de exercer a função paterna e, diante disso, há diversos processos judiciais.

Os processos judicializados, como reconhecimento de paternidade, guarda e solicitação de pensão alimentícia, estão cada dia mais presentes na sociedade. Claudia Fonseca (2004) apresenta um trabalho importante sobre a temática, mostrando principalmente as controvérsias dos testes de DNA. De acordo com a autora há um aumento no número de testes de DNA em todo o Brasil. São mulheres de diferentes classes sociais solicitando investigação de paternidade, com objetivo de garantir direito para seus filhos. Apesar do objetivo do exame ser o reconhecimento da paternidade, efetivamente o teste não garante a responsabilização do pai com essa função (FONSECA, 2004).

Segundo Fonseca (2004), mesmo quando os casos chegam à Vara da Família e o nome do pai é colocado na certidão de nascimento, isso não garante que o mesmo exerça uma responsabilidade afetiva e financeira. Dessa forma, podemos refletir que o fator sanguíneo por si só não produz uma paternidade, sendo, então, necessário aprofundar as discussões sobre a paternidade em uma perspectiva interseccional.

Nada garante que o homem declarado pela corte como o pai de certa criança cumpra seu compromisso paterno. Há de se convir: a afirmação de um fato biogenético, o cumprimento de uma lei e o desenvolvimento de uma relação social são processos distintos. (FONSECA, 2004, p. 15).

Cabe destacar que a autora não exclui a importância dos processos de reconhecimento de paternidade, mas aponta que a construção da paternidade envolve diferentes processos sociais, entre eles a construção da dicotomia dos papéis de gênero, a naturalização da maternidade destinada às mulheres, a vulnerabilidade social, a reestruturação produtiva e o aumento do desemprego (FONSECA, 2004).

Azaleia (2021) fala sobre a não responsabilidade paterna, demonstrando como a paternidade e sua ausência precisam ser problematizadas:

Eu acho que, assim, não entra na minha cabeça a ideia que você é pai e simplesmente nega a existência do outro ser ali, então durante muito tempo isso era muito pesado pra mim, era muito assim, acho que foi ali o primeiro, segundo ano do F. que isso me causava, me trazia muita ira assim, muita revoltada, principalmente naquelas noites assim de acordar várias vezes à noite que tava doente.

Como já apresentado, com a Constituição Federal (1988) todos os filhos possuem direitos iguais, eliminando as diferenças entre filhos nascidos no casamento e os filhos concebidos de uniões extraconjugais. De acordo com Almeida e Soares (2012), com o reconhecimento da paternidade, a pensão alimentícia ganha status de direito, independente da

configuração da relação conjugal entre os pais. Apesar do reconhecimento de direitos presentes na Constituição, Orquídea (2021), mãe negra e deficiente, afirma:

Se a justiça assim se fizesse valer mesmo, né, o que tá ali na Constituição, com certeza muitas muito desses processos já teriam sido desenroladas, porque eles só fazem isso porque a justiça tá simplesmente não está nem aí, praticamente cega, aí tem gente que fala, mas a única coisa que dá cadeia no Brasil é pensão, eu acredito que dá cadeia para tipo assim, para quem tem dinheiro realmente, porque a hora que eles veem o bicho pegando eles vão lá e dão um jeito de pagar, mas nós que ele não temos nada, não temos perspectiva.

De acordo com a Constituição de 1988, os pais devem assistir, criar e educar seus filhos menores, mas, apesar da responsabilidade ser de ambos, as mulheres são notoriamente mais responsabilizadas. Isso também destaca-se nos processos judiciais. Majoritariamente, são as mulheres que recorrem à justiça para solicitar o pagamento de pensão alimentícia, mesmo que os homens, pais, possam oferecer judicialmente ou por acordo os alimentos para seus filhos (ALMEIDA; SOARES 2012):

A pensão alimentícia é um direito dos filhos, pois a partir do momento que os pais reconhecem a paternidade, devem exercer esse papel social tanto na manutenção, dividindo com a genitora o custo da sobrevivência do filho, quanto na criação de vínculos afetivos e participação na educação, através das visitas. (ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 147).

Apesar da efetivação enquanto direito, a falta do pagamento de pensão alimentícia é uma problemática na vida das mulheres que exercem cuidado por seus filhos, sendo que além da responsabilidade pela educação e as necessidades básicas, ainda tem por função a responsabilidade financeira. O direito às visitas também é visto pelo judiciário com atenção, pois os processos realizados mostram que muitas vezes, após a separação, o dever de visita não é exercido de maneira favorável à criança, sendo que alguns pais acabam por distanciar-se dos filhos (ALMEIDA; SOARES, 2012).

Nas entrevistas, essa dificuldade discutida pelos autores é evidenciada pelas participantes da pesquisa. Camélia (2022), mãe de quatro filhos, relata que:

A parte financeira foi difícil, o pai das minhas filhas mais velhas, se eu pedisse dinheiro, meu Deus do céu, ah, porque eu quero sair, porque quero gastar com macho, aquela ladainha que homem sem vergonha fala, hoje em dia ele não faz mais isso, porque eu falei que iria processar ele, né, daí ele nunca mais falou, depois que eu fiquei louca, ele nunca mais falou.

Amarílis (2022) também relata essa dificuldade sobre a pensão alimentícia, enfatizando os processos judicializados:

Eu pedi o divórcio e ele foi embora, daí como imóvel era meu ele foi embora e eu acabei ficando com ela sozinha, né, ele nunca pagou pensão alimentícia, ele tem condições hoje em dia, mas ele não paga, tem processo judicial, tem cobrança, tem mandado de prisão, né, mas nada se cumpre no Brasil, não adianta, né.

Segundo Almeida e Soares (2012), o pedido de alimento realizado pela genitora se dá quando o genitor que deveria ser responsável não o faz. Em decorrência da doutrina da “prioridade absoluta” da criança e do adolescente, presente no ECA, há urgência nas ações de alimentos, devendo ser um processo diferenciado e prioritário. Porém, efetivamente isso não ocorre, principalmente considerando as comarcas de vara única, em que há também outras prioridades, como direito de idosos, direito de crianças, proteção da mulher, ou seja, a prioridade proposta pela Lei de Alimentos nem sempre é observada.

A demora nos processos de alimentos e as dificuldades vivenciadas diante disso são presentes na fala das participantes. Azaleia (2021) lembra que ainda aguarda o reconhecimento de paternidade, processo encaminhado para a Justiça há mais de quatro anos:

4 anos que poderia ter o contato com pai, que poderia ter uma relação diferente, eu optei pela justiça gratuita, não me concederam justiça gratuita, né, as custas eu tenho que pagar, mas não pago a advogada, né, e a gente sabe que mesmo que se eu pagasse, essa comarca aqui tem um déficit, então assim, tá faltando funcionário, tá, mas ok, os processos tão lá, então é só mais um caso e a criança vai passando, vai esperando. (Azaleia, 2021).

O relato de Azaleia evidencia a não priorização da criança e do adolescente, apesar da ênfase da doutrina da priorização integral presente no ECA. Santos (2019), defensor público, afirma que sua experiência enquanto defensor observa que as mulheres apenas procuram ajuizar ações de alimentos após diversas tentativas de acordos informais com o pai da criança.

Pensar a paternidade, segundo o relato das mulheres/mães entrevistadas nesta pesquisa, possibilita olhar para essa problemática, ressaltando as desigualdades de gênero e a necessidade de refletir e discutir sobre as limitações e desafios dos homens em ocuparem esse lugar.

Diante disso, compete a essa pesquisa ressaltar a informação contida nos dados do Conselho Nacional de Justiça, que diz que no Brasil há mais de 5,5 milhões de crianças sem o nome do pai na certidão de nascimento. Dado este que reflete na fala das entrevistadas e escancara a necessidade de discussão sobre a paternidade em nossa sociedade.

4.4 Relações Sociais e Afetivas

Quando eu engravidei, não tinha pra onde ir, eu achei que ele (pai da entrevistada) ia ser o primeiro a me expulsar de casa, mas eu tive essa rede de apoio, da parte dele, porque minha mãe ficou bem abalada, ficou com vergonha, e tals, então ela me ajudou, assim, porque sabia que não tinha pra onde eu ir, vamos dizer assim, por mais que seja contra a vontade dela, sempre né, eu vi como uma rede de apoio, realmente ela me ajudou bastante, depois que ela separou do meu pai também, a gente, sempre morei com ela, eu trabalhava, ajudava ela, ajudava a pagar conta e ela me ajudava com as minhas filhas às vezes, ficava com elas às vezes pra mim trabalhar, ficava com elas no final de semana pra mim poder trabalhar, então essa rede de apoio eu sempre tive por parte da minha mãe. Mesmo sendo julgada na época, bastante julgada, é, eu tive apoio, vamos dizer assim, dá com uma mão e tira com a outra, mas eu tive assim, não posso ser ingrata também, foi o que me ajudou, porque se eu não tivesse esse apoio também, apoio mesmo que forçado, é, eu sei lá, eu teria ido pra rua, teria largado meus filhos com os pais e seguido minha vida, né.

Camélia (2022) engravidou cedo, ainda na adolescência, e precisou do apoio dos familiares para realizar o cuidado das filhas e filhos. Como o relato de Camélia apresenta, o apoio que recebeu era ambivalente; era oferecido a ela apenas o necessário para poder trabalhar. A história de Camélia é presente na fala da maioria das entrevistadas, uma rede de apoio existente, às vezes rasa, às vezes julgadora, às vezes pouco eficaz, ainda assim importante e/ou necessária.

As redes de apoio são pensadas como redes de relações, representadas pela família, escola, comunidade, trabalho, entre outras. As relações sociais entre as pessoas são ferramentas de suporte e apoio frente aos momentos de crise ou fases do desenvolvimento humano (nascimento de filhos, filhos pequenos, adolescência, velhice). Os seres humanos são sujeitos sociais e para seu desenvolvimento saudável necessitam de interações sociais (BRITO; KOLLER, 1999).

As redes de apoio e as relações sociais são objetos de estudo em diversas áreas, pois influenciam diretamente no desenvolvimento saudável e subjetivo das pessoas, sendo tais redes definidas como um “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo” (BRITO; KOLLER, 1999, p. 115). Além disso, o afeto é um adendo importante para o conceito, sendo ele uma das motivações para o entrelaçamento das relações.

Dessa forma, nas relações de apoio há uma influência direta na forma como as pessoas se desenvolvem, e a qualidade dessas relações é um determinante positivo ou negativo na qualidade de sua saúde física e emocional. As relações que possuem laços sociais duradouros

apresentam sua importância, pois atravessam os diversos momentos de crise e mudança do indivíduo, tornando-se um pilar para sua superação.

Bronfenbrenner (1979/1996), autor da teoria ecológica, afirma que as redes de apoio social estão presentes nas diferentes mudanças que acontecem no decorrer da vida, não apenas de forma individual, mas também no contexto social ao qual estamos inseridos.

Há momentos no desenvolvimento humano em que existe uma maior necessidade de apoio, como doenças, perdas, traumas, separações, ou ainda fases específicas, como filhos pequenos, adolescência e velhice. Esses momentos podem apresentar mais incidência de risco, a depender das circunstâncias sociais e culturais. Avaliar uma rede de apoio requer olhar para seu desenvolvimento e as diferentes situações que ocorreram ao longo dos anos de sua vida.

A eficácia de uma rede de apoio é visualizada em suas estratégias e interferência em momentos de crise, sendo uma forma de prevenção e redução de sintomas psicopatológicos, como depressão e sentimento de desamparo. Avaliar uma rede de apoio requer olhar para seu desenvolvimento e as diferentes situações que ocorreram ao longo dos anos. Um indivíduo sem uma rede de apoio apresenta um aumento das vulnerabilidades individuais e sociais (BRONFENBRENNER, 1979/1996).

Um exemplo desses sentimentos é descrito por Azaleia (2021), que reside sozinha em uma cidade de grande porte, sem rede de apoio:

Eu acho que é uma situação de desamparo, acho que é isso, que acaba predominando mais, um desamparo bem grande, assim, sempre ter que estar, até um dia alguém falou, mas que babá é essa, arrume uma babá de verdade, tem custo envolvido nisso, uma babá que fique mais tempo e também não é fácil de conseguir, então, éééé, é uma sensação de não liberdade, é um de desamparo, esses são os sentimentos.

O relato de Azaleia mostra experiências que se aproximam dos apontamentos criados por Bronfenbrenner (1979/1996), quando discutiu o aumento dos sentimentos de desamparo frente a experiências individuais sem uma rede de apoio. O autor também descreve a vivência de sintomas depressivos, sintomas também presentes na fala de Azaleia (2021):

Me deu uma crise, entrei em desespero, como que eu vou fazer pra ir no banheiro, que daí já estava vivenciando aquela coisa, ele não parava de chorar, ele não dormia de dia, só se estivesse no meu colo, e aí que eu me dei conta que ele ia vim pra cá e ia ser mega puxado, um desafio imenso, tanto que eu vim no carro, na viagem, me segurava pra não chorar, me segurava, foi ali que eu me dei conta, eu estou sozinha.

Na narrativa de Azaleia é expressiva a temática, principalmente pelo fato da não existência de rede de apoio, situação que torna a experiência da maternidade ainda mais difícil.

A maior dificuldade pra mim é o cansaço mesmo, de não ter com quem dividir, assim, de aaah, minhas limitações, maiores dificuldade, físicas né, e psicológica, por não ter

uma rede de apoio mesmo, sejam mais, não tenho tempo para, eu estou cansada e não consigo escoar aquela agitação, aquele, eu tenho que continuar, estando irritada ou não.

Maria Cristina Carvalho Juliano e Maria Ângela Mattar Yunes problematizam como as redes de apoio social se organizam, de acordo com elas.

Construir e consolidar redes são processos intimamente ligados à convivência. Conviver com outros seres humanos, significa interagir de forma recíproca, a partir de trocas, principalmente afetivas, que possibilitam o desenvolvimento na diversidade de papéis, alteração e equilíbrio de poder, conjunção de olhares, contato físico, respeito mútuo, entre outros elementos a depender da situação. (JULIANO; YUNES, 2014, p. 2014).

A citação nos apresenta a importância dos laços relacionais e do respeito nas redes de apoio social, porém, percebe-se na fala das entrevistadas que nem sempre a rede de apoio existente é uma rede respeitosa e disponível. Como na fala de Jasmim (2021), mãe de um menino de 6 anos, que diz não conseguir ver sua rede sólida e eficaz:

Minha mãe é minha rede de apoio e quando eu não tenho minha mãe às vezes eu tenho o meu pai, minha mãe todo dia ela tem uma coisa, ela tem massagem, ela tem pilates, ela tem balada da noite das amigas, então ela tem uma noite livre, que geralmente ela dorme com o A. 1 vez por semana, porque ela gosta, não porque eu preciso, se eu precisar que seja no dia do pilates ela leva o A. pro pilates com ela, então eu não vejo que ela tá disponível pra me ajudá.

Contrapondo-se às histórias de Azaleia (2021) e Jasmim (2021), a narrativa de Margarida (2021) descreve como a rede de apoio foi indispensável para seu desenvolvimento e para o exercício da maternidade:

*A maternidade não, ela não é um empecilho, porque você consegue, eu sou prova viva disso que a gente consegue conciliar isso, **mas eu considero fundamental a gente ter uma rede de apoio, porque realmente, senão acaba dificultando, e não seria impossível** que teria que pensar nesse sentindo, como eu iria fazer, por exemplo, de repente ter os meus momentos, sozinha com os meus amigos, com o meu namorado, né, de repente, teria que ter meu momento de lazer, eu sozinha porque já pensou, a gente sozinha na verdade tempo são as duas pessoas, muito ruim, é difícil, é bem difícil.*

Seguindo pelo relato de Margarida, de acordo com Menezes (2017), diante do aumento das famílias monoparentais e as novas configurações familiares, as redes de apoio apresentam lugar essencial, proporcionando às mulheres um suporte no desempenho de sua função como única responsável familiar.

Importante dizer que Azaleia (2021), Margarida (2021) e Jasmim (2021) fazem parte da mesma classe social, as três entrevistadas possuem nível superior, o que possibilita outras alternativas, como pagar por serviços de babá ou escolas integrais particulares, porém, apesar da existência de outras possibilidades, ainda vivenciam dificuldades particulares, como o discurso de Azaleia, onde ela aponta as limitações de uma babá com um preço razoável, ou ainda a situação narrada por Jasmim (2021), *“a pensão do A. é 700,00 reais, o gasto com a escola é 1200 fixos fora o material, então o 700 não cobre nada, mais o dinheiro que eu ganho mal dá pra gente viver, minha mãe ainda paga o aluguel, tipo dinheiro nunca tem, vivo zerado no vermelho toda semana todo mês no vermelho”*. Jasmim trabalha em uma cidade vizinha e necessita deixar seu filho na escola em período integral.

Os relatos das entrevistadas demonstram as dificuldades vivenciadas por elas em uma maternidade solo, em que são responsáveis pelos cuidados com os filhos de maneira exclusiva, além de prover as despesas financeiras. Com isso, as escolas e as babás são encaradas como uma rede de apoio. De acordo com Menezes (2017), as redes de apoio não restringem-se apenas aos familiares, mas também a vizinhos, comunidades, equipamentos sociais e espaços de trabalho, as redes de apoio são uma estratégia para o bom funcionamento familiar, possibilitando às mães outras vivências além da maternidade.

Porém, ao pensarmos em redes de apoio, são o apoio de outras mulheres que se apresentam primeiramente, como avós, tias, amigas, babás, cuidadoras, evidenciando assim, como o trabalho de cuidado é direcionado majoritariamente as mulheres, ou seja, como aponta Marcondes (2020), por trás de uma mãe, há outras mulheres responsáveis pelo cuidado.

[...] em uma perspectiva interseccional, é possível questionar essa representação normativa esconde, por detrás da imagem da mãe, outras mulheres responsáveis pelo cuidado, como as trabalhadoras domésticas, que, no Brasil, são majoritariamente negras. E essa invisibilidade sustenta a precariedade e a vulnerabilidade a que elas são submetidas em decorrência dessa organização social do cuidado vigente (MARCONDES, 2020, p.184).

Desta forma, as relações de cuidado em nossa sociedade precisam ser pensadas para além de uma função que foi socialmente imposta as mulheres, mas sim, pensar as relações de cuidado enquanto uma política, uma política de cuidado, e para isso, faremos uso de duas pesquisadoras, como Mariana Mazzini Marcondes e Marlene Bueno Zola.

Orquídea (2021), negra e mãe de duas meninas, relata que, além das redes sociais familiares, as políticas públicas são importantes para que ela possa cuidar de suas filhas e dela mesma. Suas filhas estudam em período integral, em instituições públicas, porém, relata as dificuldades de acesso:

A grande eu lutei bastante, teve intervenção do Conselho Tutelar, daí eu consegui mais rapidamente né, ela já estava com quase um ano quando ela foi para creche, aí a pequena ela demorou mais ou menos o mesmo tanto, mas é porque assim, daí quando eu voltei de licença-maternidade já estava entrando as férias, mas daí assim que já tava terminando as férias, elas já entraram contato para matricular ela também. (Orquídea).

A história de Orquídea demonstra como as relações de apoio devem ser olhadas de forma ampla, assim como as políticas públicas também podem ser vistas como uma rede de apoio, atuando como suporte para as famílias monoparentais.

Políticas públicas podem ser entendidas como uma ação do Estado, ou seja, é “um conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo” (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 22). Há diferentes definições de políticas públicas, o seu conceito é aberto e mutável. Dessa forma, as políticas públicas são compreendidas como ações realizadas pelo Estado diante das necessidades (sociais, econômicas, políticas, culturais) da sociedade.

As políticas públicas nos países em desenvolvimento, como na América Latina, têm buscado, com sua implementação, minimizar as desigualdades sociais e ampliar o desenvolvimento econômico (Rossini, ROTTA e BORKOVSKI, 2019). Apesar do Estado ser o grande gestor das políticas públicas, sendo responsável pela sua implementação e manutenção, diversos órgãos públicos, organismos e agentes da sociedade civil organizada estão relacionados à sua implementação; com isso, as políticas públicas não devem ser vistas apenas como ações estatais isoladas (HOFLING, 2001).

As políticas públicas são classificadas segundo diferentes tipologias, como políticas sociais, políticas econômicas, políticas de infraestrutura e políticas de Estado, sendo a cada uma delas distribuídos recursos em maior ou menor quantidade. A prioridade na implementação de determinadas políticas públicas será influenciada por diferentes entes sociais, como grupos políticos, organizações sociais, mercado, dentre outros (ROSSINI; ROTTA; BORKOVSK, 2019).

De acordo com os autores, as políticas públicas sociais acabam muitas vezes sendo colocadas em lugar subalterno na agenda de políticas a serem implementadas, priorizando a formulação de políticas econômicas ou mesmo de ações que interessem ao desenvolvimento do mercado e/ou do capital. As políticas públicas sociais podem ser entendidas como “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio,

para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOFLING, 2001, p. 31).

Na Constituição Federal, as políticas públicas sociais apresentam destaque. “Na sociedade brasileira, a centralidade da família nas políticas públicas mais recentes ficaria estabelecida na Constituição Federal de 1988” (GELINSKI; MOSER, 2015, p. 130). Além disso, outras pautas apresentam-se de maneira relevante, como a maternidade, a infância e as políticas de gênero. Diante da ampliação dos movimentos feministas na década de 80, e a crescente mobilização das mulheres, nesse período iniciaram-se as primeiras discussões sobre políticas públicas direcionadas às mulheres (FARAH, 2004).

As políticas públicas sociais no Brasil foram desenvolvidas com o foco na família, com a política da assistência social destinada principalmente às mulheres, tidas como as responsáveis pela manutenção dos benefícios. As políticas sociais no Brasil têm como um dos objetivos a redução da pobreza, focando na proteção das crianças e adolescentes, porém, são insuficientes e incapazes de intervir nas desigualdades das relações de gênero. O modelo das políticas sociais acaba ainda fortalecendo o entendimento do modelo tradicional familiar, atribuindo às mulheres a função de cuidadora de todos os membros (ZOLA, 2015).

A transferência de renda é uma das políticas assistenciais importantes, pois possibilita às famílias em situações de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar adquirir o mínimo necessário, porém, além das políticas públicas de transferência de renda, torna-se necessário pensar além dos subsídios financeiros, com propostas adequadas e medidas relativas às condições do trabalho feminino no Brasil (ZOLA, 2015).

Hortência, 42 anos, uma das entrevistadas, descreve as limitações das políticas de transferência de renda de maneira isolada: “*Eu com o E. não tinha ninguém pra ficar com ele, falei eu prefiro ficá remando com o dinheirinho de pensão, com os **dinheiros do governo**, mas não deixo meu filho com qualquer um, não deixo porque eu sei como que é*” (HORTÊNCIA, 2022).

Com o cuidado exclusivo e as redes de apoio frágeis, as mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas acabam ficando com poucas alternativas para poder inserir-se no mercado de trabalho, pois precisam terceirizar o cuidado para outras pessoas ou instituições, porém nem sempre se sentem seguras a fazê-lo.

Apesar do avanço das políticas públicas sociais no combate à pobreza, não se pode com ela passar ainda mais responsabilidade para essa família, e a essa mulher, exigindo responsabilidades que ela não consiga cumprir, gerando ainda mais sobrecarga. É preciso

elaborar mais medidas protetivas que promovam autonomia, como educação e trabalho (ZOLA, 2015).

“Na atual Política social, no tocante às mulheres, aspectos indispensáveis, como seu trabalho, sua formação, igualdade salarial, empregos, não constituem ainda os focos principais, de efeito prolongado, na direção real de promover sua autonomia em relação a certos entraves a uma emancipação humana.” (MIOTO, 2015, p. 40).

Com as mudanças no lugar desempenhado pelas mulheres, destacando a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento das separações e divórcios, o modelo tradicional familiar sofre suas interferências e, com isso, a mulher é ainda mais sobrecarregada pelas funções familiares, como o cuidado com as crianças e idosos; dessa forma, destaca-se a necessidade de novas políticas públicas com foco nas desigualdades de gênero (ZOLA, 2015).

Corroborando com a autora, Marcondes, também afirma, que diante da entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, evidenciou-se, que não há mulheres “de sobra” nas residências para exercer os afazeres domésticos e o trabalho de cuidado. E ainda, não houve uma nova divisão sexual do trabalho, responsabilizando os homens no exercício, e tampouco, uma reorganização da provisão pública desta demanda, ou seja, “a naturalização da responsabilização das mulheres pela promoção do bem-estar cotidiano é o ponto de partida para explicar a ausência do tema na agenda de políticas públicas” (MARCONDES, 2020, p. 176).

Camélia descreve a sobrecarga vivenciada em desenvolver todas as funções destinadas a ela.

O maior desafio é criar. Criar ali, sustentar, ter como manter o pão de cada dia, porque eu não tive ajuda paterna, minha ajuda paterna assim, minha mãe e meu pai me ajudou bastante, até eu ir morar sozinha, eles me ajudaram bastante assim, sabe, mas, é, em relação ao cuidado, era tudo eu, eu levava pra escola, eu levava pra creche, era uma correria, minha vida sempre foi uma correria, chegava do serviço, logo ia buscar um, ia buscar outro, então eu nunca tive apoio assim, nem por parte de vó paterna, nem do pai. Ele só pagava pensão porque era obrigado pela Justiça, então isso foi muito desafio. (Camélia, 2022).

Pensando nas sobrecargas vivenciadas pelas mulheres, a autora Zola (2015) apresenta uma definição ampla sobre o trabalho doméstico realizado pelas mulheres: as tarefas realizadas na moradia, como limpeza, arrumação, alimentação e higiene; a prestação de cuidados físicos e psicológicos aos familiares, incluindo acompanhamento escolar; administração da unidade doméstica, pagamento de contas, compras diversas; e manutenção das rede de parentesco e social, sendo a manutenção social um determinante para a proteção social das famílias.

Dessa forma, pensando nas mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas, torna-se necessário, cada vez mais, pensar na elaboração de políticas públicas específicas, destacando

as políticas públicas de cuidado. Estas podem ser pensadas como uma maneira de reduzir as desigualdades de gênero e a sobrecarga das mulheres com o cuidado com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos. “Um importante desafio das sociedades deste século é compreender as mudanças da dinâmica familiar e agir para prevenir e proteger seus membros, adaptando políticas sociais aos novos papéis exercidos pelas mulheres” (ZOLA, 2015, p. 81).

Azaleia (2021) descreve o momento, pós-pandemia, em que seu filho retornou para creche: *“Eu também consigo ficar tranquila porque eu sei que ele está lá se divertindo e ok então, não fico com peso na consciência de, vou pra casa pra ir dormir, pra ir tomar um café com alguém, ok, ele está lá na creche, está legal, então é algo que me ajuda bastante”*.

O discurso de Azaleia narra as necessidades básicas que muitas vezes as mulheres/mães não conseguem vivenciar em decorrência da sobrecarga com as funções maternas e profissionais, como dormir, sair com alguém ou descansar; dessa forma, os serviços públicos, os equipamentos, as políticas públicas pensadas para as famílias e as crianças possibilitam autonomia para as mulheres, podendo, com isso, afastar-se da maternidade temporariamente e exercer também outras funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembro o momento em que decidi ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário. Estava no Congresso Internacional de Saúde Mental - Unicentro - Campus Irati, havia várias palestrantes falando sobre as desigualdades de gênero e as diferentes maternidades. A maternidade foi uma temática que me despertava interesse. Naquele momento ainda não tinha realizado um filtro sobre as maternidades. Mas ao voltar para meu trabalho prático, no dia a dia, a maternidade solo se apresentou de maneira clara.

Atendo diariamente e predominantemente mulheres mães em famílias monoparentais, mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas, mulheres que vivenciam situações de vulnerabilidade social, que são responsáveis pelo cuidado, provento e manutenção de um lar, mulheres que precisam estar atentas aos cuidados com a escola e com a saúde de seus filhos, e ainda, caso não o façam, são culpabilizadas individualmente pelos fatos, reforçando sua responsabilidade exclusiva.

E é centrada nessa temática que iniciei este percurso, porém, durante a caminhada, as famílias monoparentais vão se apresentando múltiplas, são diferentes mulheres, de diferentes idades, classes, cores e lugares. A monoparentalidade feminina é um fenômeno social, e foi preciso olhar para ele em suas multiplicidades; com isso, essa pesquisa preocupou-se em olhar para as mulheres/mães em famílias monoparentais de forma ampla, cuidadosa, respeitosa e empoderada, ressaltando as experiências, desafios, significados e dificuldades vivenciados por elas.

As famílias monoparentais femininas estão presentes em nossa sociedade. Os dados demonstram um aumento ao longo dos anos, desde as pesquisas realizadas por Berquó, até os dados mais recentes do IBGE, IPEA e PNAD. O aumento da monoparentalidade se dá diante de vários fatores, como as constantes transformações no papel da mulher, fruto da aquisição dos direitos sociais e reprodutivos, e, com isso, uma diversidade nas configurações familiares.

Hoje, as famílias monoparentais femininas fazem parte de toda uma sociedade, com a segunda maior configuração familiar¹⁵, onde estão presentes diferentes mulheres, de diferentes classes sociais, diferentes cores, raças, espaços geográficos, idades, religiões, orientações sexuais. Porém, sua prevalência encontra-se nas famílias das classes populares, fruto das

¹⁵VERZA, Fabiana, et al. Mãe, Mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar. *Pensando Famílias*, 19 (1), jun. 2015, (46-60).

desigualdades sociais em que os estereótipos de gênero acabam sendo ainda mais enfatizados pela sociedade.

As mulheres, ao ocupar o lugar materno de forma exclusiva e solitária, acabam muitas vezes tendo que renunciar a outros lugares, em decorrência dos papéis de gênero socialmente construídos. É diante desse fato que essa pesquisa se propôs a estudar, ouvir, aprender, conhecer e ler sobre essas mulheres, mulheres que compõem uma família monoparental, sem divisão de responsabilidades com a parte paterna, sem apoio financeiro, com redes de apoio frágeis, sem políticas públicas exclusivas, e até mesmo sem dados estatísticos amplos e diversos sobre suas realidades.

Dessa forma, um dos objetivos dessa pesquisa foi tornar visível uma população que predominantemente tem sido invisibilizada. Quando partimos de uma discussão em nível macro, como as contribuições presentes nas primeira e segunda sessões desta pesquisa, e retornamos para o espaço local, podemos visualizar e conhecer as diversas vivências dessas mulheres/mães.

A primeira sessão apresenta os novos arranjos familiares, quando visualiza-se como a família vai sendo constituída na sociedade, destacando sua função reguladora, e percebe-se que as mudanças se apresentam em consonância com os direitos sociais e reprodutivos das mulheres e com os movimentos feministas, que o lugar destinado às mulheres nas famílias vai alterando-se, porém, apesar dos avanços visíveis, a maternidade ainda apresenta caráter compulsório na vida das mulheres, posta como sua principal função a ser desenvolvida.

Além disso, com apoio de autoras e autores, esta dissertação caminhou no sentido de destacar a diversidade e as diferentes mulheres que desempenham esse papel, rompendo com uma perspectiva eurocêntrica e universal das mulheres. A pesquisa teve como uma de suas bases centrais a interseccionalidade. Nas entrevistas realizadas, as narrativas demonstram as desigualdades vivenciadas pelas mulheres no exercício da maternidade solo, sendo entendida como uma maternidade subalterna; destaca-se também o relato das mulheres negras, que trazem a existência do preconceito sobre elas na sociedade.

Ainda sobre as mulheres negras que desempenham esse papel, frisa-se que poucos trabalhos pesquisados destacam, ou mesmo citam, as problemáticas referentes às questões de raça, porém, de acordo com os dados, um número expressivo de famílias monoparentais femininas e mulheres chefes de famílias são negras.

Com a análise das entrevistas, percebe-se que é a partir dessa construção social da maternidade que as mulheres/mães em famílias monoparentais acabam sendo destinadas ao cuidado integral e exclusivo com os filhos. A determinação biológica e a destinação das

mulheres à maternidade como único destino possível, pautado no instinto materno, prevalece vivo e forte nos dias atuais. Essa afirmação é visualizada quando majoritariamente as famílias monoparentais são femininas; além disso, no relato das entrevistadas desta pesquisa, a responsabilização sobre o cuidado com os filhos e o exercício da maternidade como único destino possível se destaca.

Nota-se a partir das entrevistas, que as mulheres com maior escolarização, classe sociais mais privilegiada e as que residem em cidade de grande porte, e dessa forma tem mais acesso a informações, são as que trouxeram reflexões sobre a destinação biológica da maternidade, e a obrigatoriedade deste lugar, questionando as responsabilidades destinadas a elas de maneira exclusiva. Enquanto que as mulheres, de classe sociais mais baixa, com menos escolarização e que residem em cidades de pequeno e médio porte, vivenciam as dificuldades da maternidade com a naturalização social desse papel, não questionando as sobrecargas deste lugar, tendo como base o instinto materno, e a destinação biológica da maternidade.

Apesar de algumas mulheres apresentarem reflexões sobre a maternidade, ainda assim, as mesmas não veem outro destino a não ser realizar o cuidado integral e solitário de seus filhos, tendo em vista, a imposição social e cultural de que a melhor pessoa para cuidar de seus filhos é a mulheres, em seu papel materno.

O sofrimento psíquico por vivenciar a sobrecarga da maternidade e a destinação dos cuidados de maneira exclusiva e perceptível em todas as mulheres entrevistadas, independentemente da renda, território, idade ou cor. Cabe ainda destacar, que nenhum das mulheres entrevistadas apresentam uma renda alta, mas sim, são mulheres de renda média, e dessa forma, quando necessitam do pagamento de babás ou escolas particulares, encontram-se endividadas e necessitam de doação/ajuda de terceiros, geralmente, as avós maternas.

As mulheres pobres e negras entrevistadas nesta pesquisa são atravessadas pelas diferentes intersecções de poder, e vivenciam diferentes desigualdades sociais, como situações de pobreza, racismo, sexismo e machismo, vivenciando dessa forma, a base da pirâmide hierárquica reprodutiva.

Ainda sobre o lugar da maternidade solo, ou das mães em famílias monoparentais, outro dado que merece destaque é em relação ao preconceito, apensar de demonstrarmos na primeira sessão as mudanças nas constituições familiares, e os novos arranjos, estabelecidos na forma de lei, as mulheres em famílias monoparentais ainda vivenciam diferentes formas de discriminação, como o estigma da incapacidade como provedora, além dos preconceitos para relacionar-se afetivamente.

Na análise sobre a responsabilidade paterna e relações sociais e afetivas evidencia-se que o cuidado é direcionado às mulheres, sendo os outros pares vistos como ajudantes, apoio, redes, mas não no lugar de responsabilidade. Ao pai, é permitida socialmente sua ausência. Essa “permissão” é presente no discurso das entrevistadas, como a longa espera judicial para a regularização da guarda, pensão e visitas ou, em outros casos, a ausência total do lugar paterno. Isso se destaca quando mais de 5,5 milhões de crianças no Brasil não têm o pai na certidão de nascimento.

Sobre a categoria relacionada as redes de apoio e as relações afetivas, percebe-se que ao pensar em redes de apoio, são outras mulheres que são posicionadas neste lugar, como mães, avós, tias, madrinhas, amigas ou babás, com isso, novamente são mulheres as responsáveis por serem apoio sobre as relações de cuidado. A destinação do cuidado a figura feminina se apresenta diante da construção social da maternidade.

Além disso, nas redes de apoio, trazemos também as questões referentes à responsabilidade do Estado; percebe-se no relato das entrevistadas a necessidade de políticas públicas, desde as políticas públicas de educação, como escolas em tempo integral, como também especificamente as políticas de cuidado. Cabe lembrar que políticas públicas específicas para esse público são praticamente inexistentes ou de difícil acesso.

Portanto, com base nas análises das categorias, pode-se afirmar que as mulheres/mães em famílias monoparentais vivenciam diversas dificuldades e desafios no exercício da maternidade, apesar dos momentos de satisfação e afeto; em suas narrativas destaca-se a complexidade das situações, como prover financeiramente, a realização do cuidado (alimentação, saúde, escola), as divisões sobre a vida profissional e pessoal, os empecilhos para relacionar-se ou mesmo ter momentos individuais de lazer.

Sendo assim, ao debruçar-se sobre esse lugar “Mulher/Mãe”, percebe-se a quase impossibilidade de separar esses dois lugares, as mulheres são *a priori* destinadas à maternidade, lugar a ser executado com prioridade, como relata Jasmim (2021): “*É quase impossível você ser mulher e ser mãe individualmente, você tem que ser mãe e o resto que dá pra fazer ao mesmo tempo, porque separar não dá*”.

Dessa forma, pensar as famílias monoparentais femininas destaca a necessidade da contínua discussão sobre a perspectiva de gênero, pensando o cuidado além da figura materna. Além disso, a possibilidade de pensar em uma paternidade ativa, uma divisão dos cuidados e responsabilidades parentais, para que então as maternidades possam ser exercidas de maneiras mais saudáveis e satisfatórias.

No desenvolvimento dessa pesquisa, alguns questionamentos permanecem necessitando ser respondidos, como o fato de poucas pesquisas realizarem uma discussão sobre as mulheres negras e as famílias monoparentais femininas, embora predominantemente as mulheres chefes de famílias sejam negras. Outra pauta que necessita ser investigada refere-se à paternidade, constatou-se uma escassez de materiais que abordassem a relação paterna ou a ausência paterna nas famílias monoparentais femininas; com isso, percebe-se nessa pesquisa a relevância de analisar como a paternidade atravessa o fenômeno da monoparentalidade feminina.

Ainda cabe destacar que esse trabalho foi desenvolvido durante a pandemia do novo coronavírus. Durante as entrevistas as participantes acabaram por trazer as dificuldades presentes naquele momento, como a impossibilidade de trabalhar, a falta das políticas de educação, o cansaço diante do isolamento e do cuidado exclusivo. Dessa forma, dedicar-se sobre os efeitos da pandemia para esse público apresenta sua relevância.

Por fim, para além das contribuições acadêmicas, esse trabalho importa-se com as questões sociais, comprometido com políticas sociais, antirracistas, feministas, igualitárias e anticapitalistas ao caracterizarmos quem são essas mulheres/mães em famílias monoparentais e quais experiências vivenciam ao ocuparem esse lugar. Será possível utilizá-lo como instrumento para criação de políticas públicas, políticas estas tão necessárias diante desse cenário. Dessa forma, Santos (2003) nos inspira a pensar e fazer uma ciência para além dos muros acadêmicos: é necessária uma nova forma de conhecimento, que nos possibilite pensar a ciência para a transformação social.

REFERÊNCIAS

ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 95–117, 24 maio 2012.

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P.. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 536–546, 2012

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**: Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, M. J. A.; SOARES, A. C. N. Pensão Alimentícia: A Efetivação de Direitos e Deveres Sociais. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 21, n. 2, 2012.

ÁLVARES, L. DE C. **Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Franca: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2003.

AREND, S. M. F. Ainda vivemos como nossos pais? **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 21, p. 144–164, 30 nov. 2013.

AREND, S. M. F. Legislação brasileira, família e relações de gênero: entre diálogos e desigualdades (1962 – 1996). - **VIII Congresso Iberoamericano de Estudios de Género**, 2017.

ARIAS NETO, José M. Sob o Signo de Clio: Historiográfica, Política e História Oral. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti, et al. (orgs.). **Perspectivas Historiográficas**. Pontes, 2010.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENATTI, A. P. et al.. Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

BERQUÓ, E. A família no Século XXI – Um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de estudos da população**, 1989

_____. Perfil demográfico das chefiãs femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002. p.243-265.

BRITO, R. C. & KOLLER, S. H. Redes de apoio social e afetivo e desenvolvimento. In A. M. Carvalho (Org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. (pp. 115-130). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRONFENBRENNER, U. (1996). **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979).

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo **Cadernos Pagu**, (11), 11-42, 2013.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Caderno de Pesquisa**. 2002

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL, **Arranjos Familiares no Brasil**. Observatório Nacional da Família. Secretaria Nacional da Família, 2021.

CASTRO, M. G. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho**, v. 1, n. 0, 2001.

CAPELETTE, Paula Cristina. **A teoria da justiça de John Rawls e a missão do Programa Bolsa Família: o caso das famílias monoparentais femininas no município de Palotina-PR**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 10, n. 2, 21 dez. 2016.

COLLINS P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021

EIZIRIK, M.; BERGMANN, D. S. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 26, p. 330–336, dez. 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*. **Rev. Estudos Feministas**, v. 12 (1), jan. 2004.

FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. DE S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/112>.

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Revista Estudos Feministas**. v. 12, n. 2 pp. 13-34, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200002>. Acessado 16 setembro 2021

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz Gutierrez; MOSER, Liliane. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso, Et. Al. (Orgs). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Kelinês C. **Atando e desatando os nós: a auto-eco-organização das mulheres chefes de famílias monoparentais**. 2006, 209 f. Tese (Doutorado) Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: **A História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Organização: Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES** v. 21, n. 55 pp. 30-41, 2001. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>>. Acessado 29 Outubro 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de Gênero. <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,53,54,55,-17,-18,128&ind=4704>. Acessado em 08 de junho de 2021

_____ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 31-45.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Ângela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVII, n. 3, p. 135-154, 2014.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

LACERDA, Silvia Mauricio de. **Monoparentalidade: um fenômeno em expansão**. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006..

LEAL, M. D. DE S. **Renegociando tempos e acionando redes sociais : um estudo sobre famílias monoparentais e unipessoais femininas das camadas médias**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 6, n. 73, p. 2–23, 1 jan. 2005.

LEONARDO, F. A. M.; MORAIS, A. G. L. de. Família monoparental feminina: A mulher como chefe de família. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, [S. l.]**, v. 3, n. 1, p. 11–22, 2017. DOI: 10.33027/2447-780X.2017.v3.n1.02.p11. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7386>. Acesso em: 21 fev. 2023.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LYRA, J.; MEDRADO, B. Gênero e Paternidade nas Pesquisas Demográficas: O Viés Científico. **Estudos Feministas**, v. 8 n. 1, p.14, 2000.

LYRA, J., LEÃO, L. S., LIMA, D. C., TARGINO, P., CRISÓTOMO, A., & SANTOS, B. (2015). Homens e cuidado: uma outra família? In A. R. Acosta, M. A. F. Vitale (Orgs.), **Família, redes, laços e políticas públicas** (6a ed., pp. 91-106). São Paulo, SP: Cortez

MACEDO, M. DOS S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 385–399, ago. 2008.

MARCONDES, Mariana m. Transversalidade de gênero nas políticas de cuidado. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42378>. Acesso em: 1 maio. 2023.

MATTAR, Laura Davis e DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 107-120, 2012.

MENEZES, Marília Rufino de. **Um estudo sobre famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social**. 2017 Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco: 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzano L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MINAMIGUCHI, M. M. **Monoparentalidade Feminina no Brasil: Dinâmica das Trajetórias Familiares**. 2017, Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016

Moreira, M. I. C. (2013). Novos rumos para o trabalho com famílias. Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente [NECA]. <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20para%20o%20trabalho%20com%20familias.pdf>

NOVELLINO, M. S. F. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). Apresentação apresentado em **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, 2002. Disponível em: <https://abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1129/1092>>. Acesso em: 29 abr. 2020

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: **Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambú - MG, 2004.

PEDRO, J. M. As mulheres e a separação das esferas. **Diálogos**, v. 4, n. 1, p. 33 - 39, 12 jun. 2017.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. A Família Triunfante. In: **A História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Organização: Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

PERROT, Michelle. Funções da Família. In: **A História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Organização: Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: **A História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Organização: Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

PORTELLI, A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELON, R. T. D. História oral como gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 22, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728>. Acesso em: 21 fev. 2023.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral**. Conferência. Proj. História, São Paulo: 1997

REGO, A. P. E. DE A. **Gênero, classe e raça: uma aproximação da experiência de vida de mulheres empobrecidas chefes de famílias monoparentais no município de Campos dos Goytacazes/RJ**. 2017, Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2017.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala: Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

ROSSINI, N., ROTTA, E., and BORKOVSKI, A. Políticas públicas sociais e desenvolvimento: tecendo relações. In: ROTTA, E., LAGO, I.C., JUSTEN, A.F., and SANTOS, M., eds. **Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira – Rede CIDIR: 10 anos** [online]. Chapecó, SC: Editora UFFS, 2019, pp. 487-503. ISBN: 978-65-5019-011-8.

ROUDINESCO Elizabeth, **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, B. DE S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SANTOS, B. A. A defensoria pública como espaço de reflexão e análise das questões de gênero no direito das famílias. **Coisas do gênero: Revista de estudos feministas em teologia**

e **religião**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 115–119, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero/article/view/667>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SARTRI Cynthia. Famílias Enrendadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

SILVA, A. D. **Mãe/Mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere às famílias monoparentais femininas**. 2014, Dissertação (Mestrado em Franca: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SCOTT, Joan W. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio A. Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In. PINSKY, Carla Bassanazi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 15-42

SILVEIRA Denise Tolfo; CÓRDOVA Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS; Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIQUEIRA, L. M. M. **Direito Humano à Educação e as determinantes de raça, gênero, classe e família: Análise sobre a interação entre famílias monoparentais chefiadas por mulheres de cor preta e instituição escolar, no município de Juiz de Fora**. 2015, Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Inovações) Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

SOUZA, Virginia de. **Famílias monoparentais e vulnerabilidades: uma abordagem a partir dos Centros Municipais de Educação Infantil de Ponta Grossa - PR - 2007/2008**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

SOUZA, Andressa Sullamyta Pessoa de. **E não viveram felizes para sempre: A vulnerabilidade emergente do divórcio e seus efeitos sobre o comportamento de consumo para a criança em famílias monoparentais femininas**. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: ALBERTI, Verena et al. (Orgs.). **História Oral: desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz /CPDOC – FGV, 2000. p. 47 – 6

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977.

VITALE, M. A. F. **Famílias monoparentais: indagações.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 71, ano XIII. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

VITURINO, Maria Mirtes Magalhães. **A função do avô na família monoparental feminina.** 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, 2017.

VITORELLO, Marcia Aparecida. **A mãe na dobradiça: A função educativa da maternidade em Famílias monoparentais femininas contemporânea.** 2013, Tese (Doutorado em Educação) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação.** 1ed. Curitiba: Appris, 2018

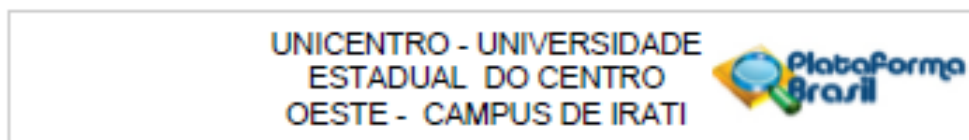
ZOLA, Marlene Bueno. Políticas Sociais, família e proteção social: Um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso, Et. Al. (Orgs). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015.

WEISSMANN, L. **Famílias Monoparentais.** 1ª edição ed. São Paulo: Casa Do Psicólogo, 1905.

WOORTMANN Klaas; WOORTMANN, E. **Monoparentalidade e chefia feminina.** Conceitos, contextos e circunstâncias. Série antropologia. p. 90, 2004.

APÊNDICES.

Apêndice A - Parecer consubstanciado do comitê de ética em pesquisa (cep)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SER MÃE/MULHER EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: UMA DISCUSSÃO INTERSECCIONAL DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO.

Pesquisador: Jessyka Lopes Rickli

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 48130621.2.0000.8967

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Centro Oeste - Campus de Irati

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.857.331

Apresentação do Projeto:

Trata-se de segunda apreciação do Projeto "SER MÃE/MULHER EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: UMA DISCUSSÃO INTERSECCIONAL DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO. Segundo informações protocoladas, a partir de diferentes lugares, a pesquisadora manifesta sua inclinação sobre as questões referentes a maternidade e suas diversas nuances, trazendo como proposta compreender acerca do ser mulher/mãe em famílias monoparentais, diante da perspectiva de classe, raça e gênero.

Objetivo da Pesquisa:

Devidamente apresentados no parecer parecer consubstanciado do CEP

Nº: 4.810.795

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Devidamente apresentados no parecer parecer consubstanciado do CEP

Nº: 4.810. 795

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Na metodologia da pesquisa, a pesquisadora explicitou como a seleção das participantes será realizada, primeiramente o acesso as participantes ocorrerá por meio de círculos de relacionamento, complementando com o uso das metodologias de Amostragem não probabilística: Amostra por quotas e Amostra "Bola de Neve". Justificando ainda os critérios de inclusão e

<p>Endereço: PR 153 Km 07 - Prédio principal, 2º piso, sala 219 Bairro: Ricosinho CEP: 84.500-000 UF: PR Município: IRATI Telefone: (42)3421-3081 E-mail: comepirati@unicentro.br</p>

UNICENTRO - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CENTRO
OESTE - CAMPUS DE IRATI



Continuação do Parecer: 4.857.331

exclusão, também foi destacado novamente como será realizado o contato com as participantes, apresentando diferentes meios de comunicação que poderão ser utilizados, como contato via ligação telefônica, e-mail, e/ou redes sociais. E no caso de contato presencial seguindo as normas de biossegurança, como também adequando nos documentos apresentados em segunda apreciação a adequação do número de participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para a segunda apreciação o pesquisador anexou os seguintes documentos:

- 1) Folha de rosto (com as alterações solicitadas realizadas).
- 2) Informações básicas da pesquisa (riscos e benefícios, critérios de inclusão e exclusão apresentados, e complementações solicitadas)
- 3) Projeto de pesquisa com os ajustes realizados na metodologia do projeto.
- 4) Resposta ao parecer especificando as alterações realizadas.

Recomendações:

De acordo com a Resolução 466/2012 e 510/2016:

- 1 "manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;"
- 2 "garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora atendeu todas as pendências e/ou adequações solicitadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1771534.pdf	12/07/2021 14:26:28		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	12/07/2021 14:24:17	Jessyka Lopes Rickil	Aceito

Endereço: PR 153 Km 07 - Prédio principal, 2º piso, sala 219

Bairro: Riozinho CEP: 84.500-000

UF: PR Município: IRATI

Telefone: (42)3421-3051

E-mail: comepirati@unicentro.br

UNICENTRO - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CENTRO
OESTE - CAMPUS DE IRATI



Continuação do Parecer: 4.857.331

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa_alterado.pdf	11/07/2021 15:24:03	Jessyka Lopes Rickli	Aceito
Outros	resposta_parecer.docx	11/07/2021 15:08:40	Jessyka Lopes Rickli	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	14/06/2021 13:37:16	Jessyka Lopes Rickli	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Irati.docx	14/06/2021 13:35:40	Jessyka Lopes Rickli	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	14/06/2021 13:34:39	Jessyka Lopes Rickli	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

IRATI, 20 de Julho de 2021

Assinado por:
Cristiana Magni
(Coordenador(a))

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – COMEP****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezada Colaboradora,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Ser mãe/mulher em famílias monoparentais: Uma discussão interseccional de raça, classe e gênero”, sob a responsabilidade de Jessyka Lopes Rickli que irá investigar o fenômeno da monoparentalidade feminina, diante da intersecção de gênero, classe e raça, no Estado do Paraná, ou seja, conhecer as mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas, diante das diferentes particularidades existentes em cada família.

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo COMEP/UNICENTRO.

DADOS DO PARECER DE APROVAÇÃO

emitido Pelo Comitê de Ética em Pesquisa, COMEP-UNICENTRO

Número do parecer: 4.857.331

Data da relatoria: 20/07/2021

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa você será entrevistada pela pesquisadora, que realizará perguntar sobre suas relações familiares, afetivas e sociais, tendo como foco, as suas vivências enquanto mãe que cuida de seus filhos sozinha. A entrevista será gravada e, posteriormente, transcrita para o uso das informações. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, tendo você a liberdade de recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, mesmo após ter iniciado as entrevistas sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: As pesquisas realizadas com a utilização de entrevistas apresentam riscos mínimos ao participante, contudo, a entrevista pode trazer ao participante, algum desconforto, como sensação de constrangimento ou tristeza diante de alguma vivência negativas, há também a existência de riscos de como a divulgação do nome da participante e informações confidenciais inadvertidamente. Para minimizar esses riscos, a condução das entrevistas ocorrerá de maneira cuidadosa e humanizada, podendo ser interrompida a qualquer momento, além disso, o pesquisador organizará os dados coletados, os arquivando em computador pessoal, redobrando os como o cuidado com o sigilo dos participantes. Se você precisar de algum tratamento, orientação,

encaminhamento etc, por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, ou sofrer algum dano decorrente da mesma, o pesquisador se responsabiliza por prestar assistência integral, imediata e gratuita.

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados com o estudo são no sentido imediato de trazer elementos para refletir sobre a desigualdade social, de gênero e raça, que podem ser experimentadas pelas famílias monoparentais femininas. Além de ser um instrumento para formular políticas públicas específicas para essas mulheres-mães em famílias monoparentais.

4. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que a senhora nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados pessoais ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum do roteiro de entrevista, e nos áudios gravados. Quando os resultados da pesquisa forem divulgados, isto ocorrerá sob forma codificada, para preservar seu nome e manter sua confidencialidade.

5. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Jessyka Lopes Rickli

Endereço: Rua Vereador Rene Rickli

Telefone para contato: (42) 999977149

Horário de atendimento: 13h00 às 17h00

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se a senhora estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em **duas vias**, sendo que uma via ficará com você.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sra. _____ portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Irati, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

Apêndice C: Roteio de Entrevista

Vivência de Mulheres Mães em Famílias Monoparentais.

Questionário.

Idade: _____

Cor: _____

Renda Familiar: _____

Quantos filhos? _____

Cidade: _____

1) Você poderia de me falar, como é pra você ser uma mãe?

1.1 Dificuldades?

1.2 Desafios?

1.3 Pontos Positivos?

2) Como se deu sua entrada na monoparentalidade?

3) Você poderia me falar um pouco de você, quais as coisas que gosta, quais seus sonhos?

2.1 Trabalho?

2.2 Escolarização?

2.3 Lazer?

4) Como são suas relações sociais e afetivas?

3.1 Vizinho

3.2 Familiares

3.3 Relações Conjugais

3.4 Redes de apoio

5) Sobre o pai dos seus filhos?

4.1 Responsabilidade Afetiva

4.2 Responsabilidade Financeira